



Diálogos com o PDDE



Organizadores
Cairo Mohamad Ibrahim Katrib
Peterson Elizandro Gandolfi



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib
Peterson Elisandro Gandolfi
(Organizadores)

DIÁLOGOS COM O PDDE: vivências, experiências e boas práticas

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2022

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem da Capa: Freepik
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

D536

Diálogos com o PDDE: vivências, experiências e boas práticas / Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Peterson Elizandro Gandolfi (organizadores) – Curitiba : CRV, 2022.
130 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-4084-1

ISBN Físico 978-65-251-4086-5

DOI 10.24824/978652514086.5

1. Educação 2. Políticas públicas 3. PDDE I. Katrib, Cairo Mohamad Ibrahim, org. II. Gandolfi, Peterson Elizandro, org. III. Título IV. Série

2022-29303

CDD 370

CDU 37

Índice para catálogo sistemático

1. Educação - 370

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2022

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
 Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
 Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
 Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
 Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
 Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)
 Carmen Tereza Velanga (UNIR)
 Celso Conti (UFSCar)
 Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
 Três de Febrero – Argentina)
 Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
 Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
 Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
 Êlsio José Corá (UFSF)
 Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
 Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
 Gloria Fariñas León (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Guillermo Arias Beatón (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
 João Adalberto Campato Junior (UNESP)
 Josania Portela (UFPI)
 Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
 Lúdia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
 Lourdes Helena da Silva (UFV)
 Luciano Rodrigues Costa (UFV)
 Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
 Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
 Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
 Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
 Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
 Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
 Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
 Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
 Simone Rodrigues Pinto (UNB)
 Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
 Sydione Santos (UEPG)
 Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
 Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Altair Alberto Fávero (UPF)
 Ana Chrystina Venancio Mignot (UERJ)
 Andréia N. Militão (UEMS)
 Anna Augusta Sampaio de Oliveira (UNESP)
 Barbara Coelho Neves (UFBA)
 Cesar Gerónimo Tello (Universidad Nacional
 de Três de Febrero – Argentina)
 Diosnel Centurion (UNIDA – PY)
 Eliane Rose Maio (UEM)
 Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
 Fauston Negreiros (UFPI)
 Francisco Ari de Andrade (UFC)
 Gláucia Maria dos Santos Jorge (UFOP)
 Helder Buenos Aires de Carvalho (UFPI)
 Ilma Passos A. Veiga (UNICEUB)
 Inês Bragança (UERJ)
 José de Ribamar Sousa Pereira (UCB)
 Jussara Fraga Portugal (UNEB)
 Kilwamy Kya Kapitango-a-Samba (Unemat)
 Lourdes Helena da Silva (UFV)
 Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (UNIVASF)
 Marcos Vinicius Francisco (UNOESTE)
 Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
 Maria Eurácia Barreto de Andrade (UFRB)
 Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
 Mighian Danae Ferreira Nunes (UNILAB)
 Mohammed Elhajji (UFRJ)
 Mônica Pereira dos Santos (UFRJ)
 Najela Tavares Ujiie (UNESPAR)
 Nilson José Machado (USP)
 Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
 Silvia Regina Canan (URI)
 Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)
 Suzana dos Santos Gomes (UFMG)
 Vânia Alves Martins Chaigar (FURG)
 Vera Lucia Gaspar (UDESC)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAMINHOS CRUZADOS: vivências, experiências e boas práticas
com o PDDE 9

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Peterson Elisandro Gandolfi

A ARTE É IRMÃ DA EDUCAÇÃO 15

Elisandra Beatriz de Faria

RELATO DE EXPERIÊNCIA: um sonho realizado, a implementação de
uma sala de informática na Educação Infantil 25

Eduardo Silva Benetti

Fábio Luiz Colombo

Pedro Fernandes da Silva Neto

PDDE EMERGENCIAL E REDES SOCIAIS PROMOVENDO
INTERAÇÕES E DIÁLOGOS EM UMA CRECHE MUNICIPAL 37

Maria Isabel Bezerra de Lima

Elisabete Filomena dos Santos

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: construindo o amanhã
aplicando recursos, articulando boas práticas: um relato de experiência
na Escola Municipal Hilda Leão Carneiro 43

Caroline Cardoso Marra

A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DOS
RECURSOS FINANCEIROS DO PDDE: a experiência exitosa da E. M.
Prefeito Camilo Chaves Junior em Ituiutaba-MG 53

Marivania Xavier Cavalcanti Costa

Keila Cristina Alves Carneiro

Yone Maria Gonzaga

OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AOS
RECURSOS DO PDDE EM IGARAPAVA/SP 61

Débora Borges Martins

GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA QUE? POR QUÊ? 73

Teresinha Minelli Tavares

Glaucia Cristina Cruz Severi

Denise Cristina Sartori Granja

O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE: experiência exitosa no Centro de Educação Infantil Água Dourada em Ibirité – Minas Gerais	79
--	----

Buarque Caetano Gariglio Dumont

Lenir Mendes Miguel

Yone Maria Gonzaga

CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTÁRIO BASEADO EM FINALIDADES PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARÍLIA – SP	89
--	----

Helter Rogério Bochi

Renata Guedes do Nascimento Azevedo

Érika Christina Kohle

GESTÃO INICIANTE E DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA: autobiografia temática de um processo formativo.....	99
---	----

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

Carlos Antonio Resende Filho

RELATO DE EXPERIÊNCIA PDDE: Escola Municipal José Paulo de Amorim	107
--	-----

Farley Júnio Rocha

PDDE E AÇÕES INTEGRADAS: a importância dos recursos durante a pandemia causada pelo COVID-19	111
---	-----

Lúcia Ferraz da Silva

O USO DO CARTÃO MAGNÉTICO COMO APLICAÇÃO PRÁTICA DO PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS DAS CAIXAS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG	117
--	-----

Áquila Priscila Souza Santos

Julianne Peixoto Rodrigues

Lunara Costa Borges

ÍNDICE REMISSIVO	125
------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS	127
-------------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

CAMINHOS CRUZADOS: vivências, experiências e boas práticas com o PDDE

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib¹
Peterson Elisandro Gandolfi²

A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal. É isso que constitui o discurso do outro [...], e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto (BAKHTIN, 1992, p. 320).

Partilhar. É esta a ideia que conduz essa coletânea. Experimentar, vivenciar e trocar, são verbos cuja semântica dos tempos verbais nos conduzem a reflexão.

Refletir é um exercício complexo, embebido de significados que conferem à esta coletânea o caráter múltiplo e plural, construídos pelos sujeitos que, cotidianamente, experimentam e vivenciam o chão da escola. Desta forma, através dos seus fazeres, das suas práticas diárias, esses atores *recriam* insistentemente o verbo gestar, reinserindo-o numa dinâmica peculiar, a aplicação consciente dos recursos suplementares do PDDE (Programa Dinheiro direto na Escola). Neste processo, são agregados e redimensionados diferentes elementos e procedimentos, os quais, dialeticamente, transformam a utilização do

- 1 Professor Associado da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e Tecnologias (FACED/UFU) e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Artes (PROFARTES/UFU). Membro da comissão de heteroidentificação da Universidade Federal de Uberlândia, Comissão de Denúncias Afirracionais. É vicecoordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFU) e Coordenador Geral do Institucional do Centro Colaborador de Apoio à Gestão, Monitoramento e Avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola (CECAMPE Sudeste) vinculado a Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) e em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- 2 Professor Associado da Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenador do Centro de Incubação em Empreendimentos Populares e Solidários do Campus Patos de Minas (CIEPS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional - Curso Mestrado Profissional da Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN). Subcoordenador Geral do Institucional e Coordenador de Monitoramento do Centro Colaborador de Apoio à Gestão, Monitoramento e Avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola (CECAMPE Sudeste) vinculado a Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) e em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

montante financeiro numa prática plural, num processo marcado por desejos, vontades, inquietações, questionamentos e redescobertas.

Assim, ao colocarmos o desafio da materialização da palavra falada em palavra escrita, incentivamos também a conjugação do verbo reinventar. Reinventar a escola e a caminhada em direção a melhoria contínua da gestão, fazendo dela um processo democrático, em que o experimentar o chão da escola possa ser uma prática mesclada por diferentes saberes, diversos olhares, inúmeras intencionalidades. Dentre vários outros, essas experimentações interagem esses saberes a sensibilidades e novas/velhas experimentações coletivas, marcadas pelas trocas, pelo fazer-se na prática, conferindo significados a escola e aos sujeitos que dão vida a ela.

Experimentar tudo isso, acaba se tornando uma bricolagem de práticas e representações que movimentam sonhos, criam expectativas, costuradas a realidades multifacetadas, que permitem aos envolvidos o constante refazer de seus discursos. É justamente esse movimento que nos impulsiona a promover o desafio da materialização dessas vivências no contexto escolar na forma de escrita, pois entendemos que esse processo, subjetivo e complexo, aproxima as diversas experiências exitosas, reacendem desejos, abrem novas brechas, diversos caminhos...

Nesta dinâmica, percebemos que a troca propicia a reelaboração de posturas e impressões. Logo, ao serem redimensionadas na lógica de que a escola é um espaço social e culturalmente produzido pelos sujeitos que a compõem, e que eles se (re)faz na/pela intersecção de diferentes culturas – localizadas no tempo e no espaço –, recriando a própria realidade escolar.

Humanizar a escola é torná-la para todas/todas, fazendo com que as diferenças sejam o canal para se pensar a educação pública, de qualidade e referenciada pelos valores e pertencimentos étnicos, raciais, sociais, culturais, dentre tantos outros, capazes de nos auxiliar no enfrentamento dos medos nos incentivando ousar e (re) aprender a conjugar o verbo escutar.

Pensar as experiências exitosas sobre a aplicação dos recursos do PDDE, nos permitem inseri-las num *palimpsesto* de práticas e representações, conforme o sentido conferido por Pesavento (PESAVENTO, 2004, p. 25-30), ou seja, vestígios de uma realidade que, impressa sobre outra, nos incita um “ver além”. As vivências partilhadas, despertam interpretações, sentidos, (re) elaborações, presenças, ausências; indícios deixados na tessitura da dinâmica escolar quando observamos a gestão e a escola pelo prisma das políticas públicas de financiamento. Desse ponto de vista, nos permitem ver e ler além daquilo que os fios da objetividade insistem forjar.

Se as experiências exitosas em torno do PDDE, nos apresentam assemelhada a um palimpsesto, na prática, a aplicação dos recursos deste Programa revela-se como um corpo único e, ao mesmo tempo múltiplo, que se concretiza

por meio de ações pedagógicas e de gestão que primam pelo fortalecimento e melhoria do fazer pedagógico e administrativo.

Sob este prisma, os relatos aqui apresentados não só exprimem a significância do PDDE, mas também a pujança que o Programa imprime às escolas, redimensionando a sua capacidade de recriação, de liberdade de definir os caminhos a serem trilhados e apresentar alternativas de melhorias do espaço escolar intercambiando com as realidades culturais, sociais, locais, raciais a construção de uma educação equânime e democrática.

O Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e a Gestão de Programas Educacionais da região Sudeste – CECAMPE, compreende que proporcionar aos gestores a socialização das narrativas aqui compiladas por meio de experiências exitosas, só referenda o trabalho coletivo concretizado na gestão dos recursos do PDDE e brinda-nos com relatos que provocam a reflexão, servem de ponto de partida e de chegada, rumo a uma educação de qualidade e à gestão consciente dos recursos públicos recebidos.

Abrimos essas experiências com o relato de Elisandra Beatriz de Faria que nos apresenta a importância da escuta sensível, do planejamento colaborativo da gestão dos recursos financeiros com o fazer pedagógico por meio da arte educação. Ela relata o processo gestacional de escolhas que despertaram nela o gosto pela educação e, como gestora, aprendeu a promover as transformações na escola. Essa é uma ação que, com certeza, inspirou e inspirará vários gestores.

Convidamos, você leitor, a realizar a leitura do relato produzido por Eduardo Silva Benetti, Fábio Luiz Colombo e Pedro Fernandes da Silva Neto do município de Catanduva-SP, idealizadores e protagonistas da construção da primeira sala de informática para a Educação Infantil do município. Para além do uso dos recursos do PDDE Básico e de suas ações integradas, os profissionais mobilizaram toda a cidade na concretização do sonho de terem, na escola, esse espaço.

Elisabete Filomena dos Santos e Maria Isabel Bezerra de Lima narram suas experiências de envolvimento com a comunidade escolar nas tomadas de decisões de aplicação dos recursos do PDDE. Destacam como envolveram a escola durante a Pandemia a participar das decisões de aplicação dos recursos do PDDE Emergencial.

Caroline Cardoso Marra nos traz também sua experiência enquanto uma das gestoras da Escola Municipal Hilda Leão Carneiro Cívico Militar, em Uberlândia estado de Minas Gerais que, por meio dos recursos das ações integradas, pode redimensionar as ações de acolhimento na escola no período de Pandemia. Ela referenda como esses recursos alavancaram o olhar para a necessidade de efetivação de uma gestão democrática permitindo a

comunidade escolar “compreender que todos dentro da escola possuem um papel social, uma responsabilidade para a formação da sociedade do amanhã”.

Keila Cristina Alves Carneiro, Marivânia Xavier Cavalcanti Costa e Yone Maria Gonzaga trazem a experiência exitosa da E. M. Prefeito Camilo Chaves Junior em Ituiutaba-MG, no Pontal do Triângulo. Elas apresentam o papel dos conselhos escolares na tomada de decisões e na aplicação consciente dos recursos financeiros. Destacam “a importância do Conselho Escolar no processo de gestão, pois ele tira do gestor e da gestora a responsabilidade de gerir isoladamente os recursos contribuindo para o direcionamento das urgências e prestação de contas, favorecendo a transparência no uso dos recursos financeiros os quais devem ser administrados de forma a atingir melhorias que ajudem alcançar a qualidade na aprendizagem e da própria escola”.

Débora Borges Martins, do município de Igarapava-SP, destaca os desafios da gestão escolar na aplicação dos recursos do PDDE, enfatizando a importância da formação continuada no exercício e na superação das dificuldades dos gestores em gerir tais recursos financeiros. Apresenta uma série de ações que se consolidaram, justamente no experimentar, no resignificar e no compartilhar de decisões e tomadas de atitudes.

Denise Cristina Sartori Granja, Glaucia Cristina Cruz Severi e Teresinha Minelli Tavares de Tatuapé-SP, relatam as construções dialógicas tecidas no chão da escola, a fim de dar sustentação ao exercício permanente de uma gestão que fosse coletiva, democrática e voltada para atender as necessidades da comunidade escolar, em especial o alunado. Nesse relato procuram responder a indagação que gesta o relato que é: Gestão democrática pra que, pra quem? E concluem referendando que: “Para sermos útil a sociedade, para desempenharmos com qualidade o que nos propusemos a fazer, para que nossos sonhos se transformem em realidade e porque MERECEMOS uma escola democrática e de qualidade”.

Quando o assunto é gerenciamento dos recursos do PDDE vários aspectos emergem. Buarque Caetano Garíglia Dumont, Lenir Mendes Miguel e Yone Maria Gonzaga falam com propriedade desse olhar sensível para a gestão dos recursos públicos que para muitos parece burocrático, mas que, na verdade, precisam ser recriados à luz da compreensão do arcabouço jurídico normativo que os regem tendo sua aplicação enquanto recurso suplementar como a mola propulsora das mudanças do chão da escola e da superação das demandas cotidianas surgidas.

Érika Christina Kohle, Helter Rogério Bochi e Renata Guedes do Nascimento Azevedo, do município de Marília- SP, trazem suas experiências com o planejamento e aplicabilidade dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola. O relato destaca a necessidade de “assegurar a participação social, fortalecer a autogestão escolar, promover o controle social e fomentar a gestão

democrática” como caminhos essenciais para a eficiência da prestação dos serviços públicos, além de contribuir com a qualidade dos índices educacionais.

Os desafios do gestor iniciante é o tema do relato de Carlos Antônio Resende Filho e Luciane Ribeiro Dias Gonçalves. No relato os autores, em tom autobiográfico, narram como a interlocução com as formações ofertadas pelo Cecampe Sudeste possibilitaram novas perspectivas e olhares para a utilização das verbas suplementares, além de proporcionar “diálogo entre gestores/as da rede municipal de ensino, de Ituiutaba - MG com os/as discentes da Pedagogia, numa prática formativa que juntou a formação inicial com a formação continuada”.

Farley Júnio Rocha, do município de Patos de Minas, nos apresenta de forma sucinta suas experiências no trato com os recursos do PDDE, enfatizando a importância da compreensão dos processos de execução e prestação de contas dos recursos recebidos.

A Pandemia Covid19 é o pano de fundo para as reflexões tecidas por Lúcia Ferraz da Silva, que nos traz importantes questões alusivas à sua experiência frente ao apoio aos gestores na execução das verbas repassadas durante a pandemia, no município de Uberlândia, uma vez que é a coordenadora das Caixas escolares, assessorando a gestão dos recursos do PDDE no município.

Áquila Priscila Souza Santos, Julianne Peixoto Rodrigues e Lunara Costa Borges trazem enquanto gestoras de parcerias do município de Uberlândia-MG, reflexões sobre o uso do cartão PDDE, fruto de suas vivências em contato com as dúvidas alusivas a aplicabilidade do plástico no processo de aquisição dos bens e serviços do PDDE Básico.

Todos estes lineamentos, entremeados como os fios que tecem as práticas dos gestores servem-nos como registros, estímulos a concretização de ações exitosas que referendam a importância das políticas públicas, na contemporaneidade. Aos leitores, desejamos boa leitura e múltiplas reflexões!

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PESAVENTO, Sandra J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. v. 11, n. 11, 2004.

A ARTE É IRMÃ DA EDUCAÇÃO

Elisandra Beatriz de Faria

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Tudo começou quando uma menina com poucos anos de posse no ensino fundamental de sua cidade engravidou-se de sonhos. Professora de Língua Portuguesa, recém-chegada à escola que acabara de ser inaugurada, ela vislumbrava mil coisas que poderiam ser melhoradas naquela instituição, não somente no quesito estrutura como, e principalmente, na criação de um ambiente educador.

Na primeira oportunidade, candidatou-se à direção. Foi consideravelmente votada entre os alunos e comunidade, mas não era a hora ainda... No ano seguinte, foi convidada a assumir a vice direção no período da manhã e no ano subsequente começava uma história, como diretora da escola, que durou um período de treze anos.

Foi um longo tempo de diálogo com a comunidade escolar (funcionários, alunos, pais, órgãos diversos da Secretaria Municipal de Educação) e também com inúmeros parceiros. Aos poucos, muitos sonhos foram se materializando, outros foram nascendo e outros sendo gerados. Trabalho intenso que, conjuntamente, transformou os espaços da escola, alterando, sobremaneira, o entorno também.

Engravidar de sonhos tem isso, gerar esperanças. Nunca foi fácil, todavia, sempre houve desejo, energia e alegria para arrastar quantos se deixassem seduzir por ideias de melhoria. Desta forma, os projetos foram muito bem-vindos na prática pedagógica e o envolvimento dos alunos nas decisões de demandas passou a ser algo incorporado à prática escolar. Construímos grêmios, estreitamos laços com pais/responsáveis, promovemos intensa participação dos conselhos escolar e fiscal e, por meio, de inúmeras iniciativas, fomentadas pelo apoio da equipe, fomos construindo um espaço agradável que, por sua vez, refletiu no comportamento de todos, especialmente, dos alunos. O alto índice de violência, devido a vários fatores, reduziu consideravelmente, sendo, portanto, um estímulo para que o trabalho da gestão avançasse e tivesse, cada vez mais, resultados positivos.

Mas onde entra o PDDE nesse contexto? Em uma gama de lugares! Essa verba financiou grande parte de nossas conquistas. Tornou possível materializar os desejos coletivos, pois a diretora tinha um projeto de escola imaginária em seu íntimo e, ao ter a oportunidade de externá-lo, pôde constatar que o sonho dela era o de muitos. Assim, o número de pessoas que também passaram a gerar aquele sonho foi aumentando e, a cada conversa promovida com o grupo, novas ideias iam surgindo, sendo os projetos aperfeiçoados. Quando a verba do PDDE chegava, era o momento de executá-los.

Fosse falar de todos eles, precisaria editar um livro, o que é muito bom, pois deflagra o crescimento da instituição nesses treze anos de intenso trabalho. Contudo, de modo a ilustrar a essencial contribuição do Programa Federal PDDE, faço um recorte e pinço a deliciosa história de construção de espaços educativos por meio da arte. Mais especificamente, momentos em que utilizamos a pintura, pela técnica da aerografia, para dar às paredes brancas e vazias a oportunidade de falarem diretamente às mentes de aproximadamente oitocentos alunos de 1º ao 9º ano, além dos profissionais e pessoas que visitam a escola.

A estrutura de qualquer escola é grandiosa. Longos corredores, paredes intermináveis e espaços que, em muitos momentos, lembram paredes prisionais. Desde que comecei a trabalhar na Educação, isso me incomodava muito. Pouco espaço, ou nenhum, para a beleza, para a cor, para a alegria, para a criatividade. Imagens que divergiam muito do meu ideal de escola e que também era sonhado por outros tantos que, assim como eu, sentiam-se oprimidos num espaço grande e frio, aquecido apenas por muitos conflitos que se multiplicavam, contaminavam os outros e, gradativamente, adoecia aquele lugar e, também, as pessoas. É uma espécie de reação em cadeia. Um aspecto se interliga a outro que, por sua vez, se reflete no modo de agir daqueles que compartilham do mesmo lugar. Refletindo o pensamento de Paulo Freire,

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência ou tecnologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar, não é possível (FREIRE, 1996 p. 24).

Era urgente, pois, uma mudança de paradigmas, de modo que a energia fosse transmutada e, também como efeito cascata, pudesse transformar a prática pedagógica e refletir-se no modo de ensinar dos professores, no modo dos alunos receberem às aulas e também no modo de participação dos responsáveis na vida escolar dos educandos. O intuito era promover o sentimento de pertencimento e o desejo, por parte de todos, de retornar àquela escola. É nesse mega projeto que entraram as pinturas artísticas. Elas foram artimanhas pedagógicas para despertar olhares vários, fazer nascer a curiosidade, a interpretação e a construção de sentidos autônomos. Desta forma, as pinturas, além de alegrarem os espaços, por meio da avalanche de cores, também funcionaram como molas propulsoras para ajudarem os alunos a despertarem para o conhecimento. Já dizia Rubem Alves, “o normal é ver as crianças como aquelas que precisam ser ensinadas, seres inacabados que, à semelhança do Pinóquio, só se tornam pessoas de carne e osso depois de serem submetidas às nossas artimanhas pedagógicas” (ALVES, 1994, p. 54). Portanto, cabe à escola, em tarefa conjunta, propiciar um ambiente que instigue

o aluno a desenvolver-se. Refletindo um pouco mais além da citação de Rubem Alves, penso que cabe primeiro à gestão escolar fazer chuva de sementes no vasto campo da escola. É por meio do exemplo, à frente, que os pedagogos, os professores, asg's – assistentes gerais e secretaria vão se embebecendo do mesmo desejo de transformação. Certamente, essas artimanhas serão sentidas pelos educandos que responderão aos estímulos recebidos.

Munidos desse pensamento, estabelecendo inúmeros diálogos com a comunidade e diante da concordância do Conselho Escolar, que encantou-se com o projeto, fomos fazendo, gradativamente, as intervenções necessárias na escola. Para tanto, entramos em contato com alguns artistas da cidade, realizamos os orçamentos e demos início à execução de nosso projeto. Foram anos de trabalho. A cada chegada da verba do PDDE, tomávamos as devidas providências e realizávamos pelo menos um painel. Ao longo do tempo, as pinturas artísticas se tornaram a marca de nossa escola que passou a ser conhecida na cidade, pelos belos e educativos trabalhos em aerografia (técnica de pintura e ilustração que utiliza o aerógrafo para sua execução). Por mais de um momento, a escola foi palco de filmagens para divulgações de trabalhos educacionais da prefeitura da cidade, justamente por irradiar alegria, cor, criatividade e imaginação.

Um aspecto que merece ser relatado é o fato da comunidade escolar ter absorvido esse projeto, a ponto de esperar a chegada da verba no ano seguinte, para que mais painéis fossem feitos. Tornou-se, de fato, um acontecimento benéfico que fez vibrar as cordas do grande órgão que pulsa na escola. Porém, o caminho não foi sempre tranquilo. Críticas e apontamentos ao Estatuto das Caixas Escolares e também às regras que entravam os trabalhos dos gestores devem ser lembrados, pois, em muitos momentos, existem dificuldades burocráticas que atravancam os trabalhos da gestão e acabam por prejudicar os alunos, agindo de forma contrária aos objetivos propostos pelo programa. Para exemplificar tal apontamento, trago algumas situações.

Na ocasião de darmos início às pinturas, fizemos todos os trâmites internos, finalizando com o registro, em ata, da reunião com o Conselho Escolar, na qual discutiu-se as prioridades de compra, e ratificou-se a vontade da comunidade em trazer a aerografia para as paredes da escola. Mesmo diante da dificuldade de encontrarmos artistas com CNPJ, ou que tirassem nota fiscal avulsa na prefeitura, conseguimos realizar os três orçamentos e fechamos com o artista que pretendíamos, considerando que ele cobriu os outros dois orçamentos realizados. Este foi o primeiro entrave. Estamos falando de arte e não de um produto qualquer. Desta forma, existem diferenças subjetivas no trabalho de cada artista e, para nos atender diante das especificidades de nosso projeto, não poderia ser qualquer pintor/desenhista/letreiro. Deveria haver uma forma que facilitasse aos gestores a contratação de artistas, por meio da verba PDDE, para a realização de painéis educativos nas escolas.

No entanto, conseguimos driblar todas as dificuldades e demos início ao tão sonhado momento, o qual caminhou junto com inúmeras outras realizações, sendo que, todas elas visavam à melhoria do espaço acadêmico e somente foram possíveis, dentre outras iniciativas, pelas verbas recebidas do governo. Depois de alguns anos e alguns painéis realizados, tivemos que enfrentar, junto ao setor de Caixa Escolar, uma primeira restrição. Exigido nos foi o feito de um relatório que contemplasse os objetivos daquelas pinturas, ou seja, o que para todos estava claro e ratificado quanto à relevância do trabalho artístico na escola, já não o era para o setor de fiscalização. Sem pestanejar e com muita desenvoltura, preparamos o relatório e continuamos nosso projeto. Mas as dificuldades estavam somente começando. Certamente, por fatores que não são do meu conhecimento, as pinturas artísticas passaram a ser autorizadas apenas após avaliação de um dos setores da SME. Portanto, mais entraves e mais desestímulo para que as escolas trilhassem esse caminho, qual seja o de fomentar o aprendizado por meio de artimanhas pedagógicas variadas.

Diante de meu pequeno espaço de tempo à frente da direção da escola, vindo a passar por alguns Secretários de Educação, de partidos rivais, inclusive, e também convivendo com inúmeros coordenadores de setores internos da prefeitura, penso que é de grande relevância que as autoridades encontrem formas de facilitar e apoiar as boas práticas que acontecem nas escolas. Como já relatei aqui nesse texto, as pinturas de nossa escola foram ganhando a cidade e muitas colegas diretoras se encantaram com a ideia, vindo a replicá-las também nas escolas que gestavam. E isso é maravilhoso! Porém, quantas colegas diretoras relataram-me o desânimo em executar tais ideias, diante das inúmeras barreiras burocráticas impostas. Ora, o dinheiro do PDDE vem todo ano e precisa ser gasto, visando o bem do aluno e, diante da prova cabal do impacto positivo dessa interferência artística na escola, a qual impactou a prática pedagógica, oferecendo maior qualidade nos serviços prestados aos alunos e comunidade, o caminho deveria ser facilitado e não criadas mais barreiras para dificultar sua execução.

Certa ocasião, fomos tolhidos do desejo de executar um mega painel nos muros externos da própria escola. Este projeto envolveria um grupo de artistas locais, sendo que os alunos participariam da execução e, inclusive, as famílias e moradores do bairro poderiam estar presentes. Aproveitaríamos a oportunidade para trabalhar, nas pinturas, temas bastante relevantes para a formação do aluno, como prevenção ao uso de drogas, esportes, inclusão, bullying, literatura e música, abordando ícones nacionais, etc. Este ano foi o mais aguardado pela comunidade escolar, pois o projeto envolvia muita gente. Entretanto, o setor de Caixa Escolar da Prefeitura Municipal entendeu que tal iniciativa não contemplava algo a ser custeado pelo PDDE. Resultado: gerou grande frustração em todos da escola e fechou uma excelente forma de trabalhar temas importantíssimos, ensinado com ludicidade, não só os alunos como também a comunidade.

Fato é que a Arte é imã da Educação. A própria Lei de Diretrizes e Bases, que rege essa pasta desde 1996 e é mais conhecida por LDB nº 9.394, traz em seu artigo 26, que “a arte é um patrimônio cultural da humanidade, e todo ser humano tem direito ao acesso a esse saber”. A partir dessa determinação, a mesma legislação dita que “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Para a ampliação deste artigo, penso que deve-se trazer as artes para dentro da escola, de modo a inspirar, ensinar, enobrecer os caminhos. Não pode ser papel apenas do professor da disciplina de Arte trabalhar a importância da mesma para o desenvolvimento do aluno. Na realidade, é papel de cada professor fomentar a criatividade do discente, buscando despertar nele suas reservas criativas. Segundo os PCN’s, “a imaginação criadora permite ao ser humano conceber situações, fatos, ideias e sentimentos que se realizam como imagens internas, a partir da articulação da linguagem” (PCN-Arte, p. 34). Desta maneira, concebemos que a oportunidade de conviver com elaborações artísticas, repletas de possibilidades de construção de leituras, descortina um leque para o aluno, vindo este a abrir-se para um mundo novo, onde reinam saberes que brincam com suas invenções internas, nascendo-se dessa junção, outros saberes, autênticos e livres. Essa premissa nos remete à enorme responsabilidade daqueles que regem a educação, desde a equipe gestora, até a figura principal do professor, que precisa conter em sua bagagem as peças fundamentais para que ele possa oferecer aos educandos reais caminhos de crescimento acadêmico e humano.

Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua... e do outro lado, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação (FREIRE, p. 45).

Nesse sentido, quando hoje adentramos os ambientes da E. M. Profª. Orlanda Neves Strack, deparamo-nos com agradáveis surpresas. Painéis que trazem imaginação, conhecimento, curiosidade e muita vida para a escola. Além de tudo isso, eles são mote para planejamento de aulas nas mais variadas disciplinas.

Para fechar as reflexões desse relato de experiência, corroborando o artigo 26 da LDB, as pinturas artísticas realizadas nos ambientes internos de nossa escola e financiadas pelo PDDE promovem diariamente o desenvolvimento multifacetado de nossos alunos, considerando que eles são “fisgados” pela imagem e, a partir dela, um universo de possibilidades de aprendizagens se abre para eles. Para tanto,

A arte também é uma linguagem e, como tal, tem uma simbologia própria. Esta linguagem simbólica comunica significados a respeito do mundo. São

representações materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ao decodificar e entender esta linguagem pode-se compreender o modo de vida, o sistema de valores, as tradições e crenças de um povo (AZEVEDO, 2007, p. 123).

Diante dessa experiência, é possível evidenciar o quão importante é o investimento em Educação, visto somente serem possíveis tais movimentos nos interiores das escolas, devido às verbas que chegam e são, conscientemente, aplicadas para o bem dos educandos. Mesmo tendo, ainda, tantos aspectos burocráticos que necessitam de revisão, de modo que venham a incentivar e facilitar o trabalho do gestor da escola, vale muito a pena enfrentar todos eles com disposição e entusiasmo, pois os resultados obtidos são muito compensatórios.

Abaixo, seguem alguns registros dos trabalhos realizados na E. M. Prof^a. Orlanda Neves Strack, que abriga por volta de oitocentos alunos, nas modalidades de Ensino Fundamental 1 e 2 (1º ao 9º ano, do ensino regular), sendo as turmas distribuídas entre manhã e tarde. Ainda, ela está situada na periferia da cidade de Uberlândia, Minas Gerais. As pinturas destacadas foram assinadas pelo artista plástico Marcos Ferreira, conhecido como Kim, o qual tornou-se um grande parceiro e fomentador do aprendizado em nossa escola. Minha eterna gratidão a ele por toda seriedade, criatividade, e capricho em cada painel detalhadamente construído.

Imagem 1 – Hall de entrada da escola

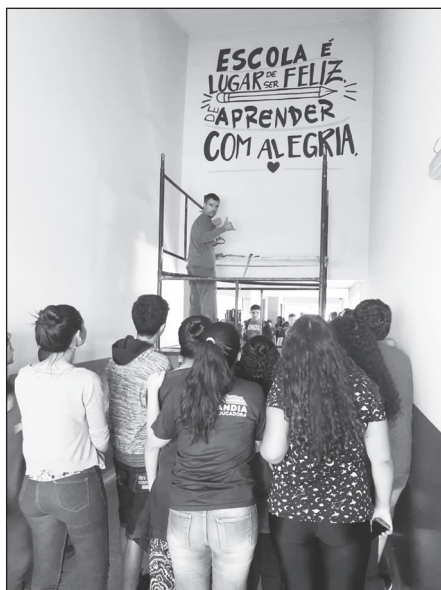


Imagem 2 – Corredor de acesso principal às salas



Imagem 3 – Sala multiuso



Imagem 4 – Pannel acima do bebedouro principal



Imagem 5 – Sala de informática, acima



Imagem 6 – Laboratório de ciências



REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3 ed. São Paulo: ARS Poética Editora, 1994.

AZEVEDO, Fernando A. G. Multiculturalidade e um Fragmento da História da Arte/Educação Especial. *In*: BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no Ensino da Arte**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2007. p. 95-104.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Lei 9394/96**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Práticas Educativas. São Paulo, Paz e Terra- 1996.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. (PCNs) Arte. 1997.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

RELATO DE EXPERIÊNCIA:

um sonho realizado, a implementação de uma sala de informática na Educação Infantil

Eduardo Silva Benetti

Fábio Luiz Colombo

Pedro Fernandes da Silva Neto

Implantar uma gestão plenamente democrática é um processo longo e nodoso, em especial quando há a necessidade de mitigar alguns ímpetos que se afloram, lidar com diversas pessoas, com diversas personalidades e que tem práticas pedagógicas que, por vezes estão consolidadas, em propostas tradicionalistas que não convergem com o atual caminho educacional. Além disso, aplicar os recursos vindos dos entes federativos (Município, Estado e União), em especial, as verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)³ através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

A educação infantil no Brasil, por muitos anos esteve atrelada ao assistencialismo, sem realmente se dar a devida importância ao educar, todavia, com o passar dos anos, foi ganhando força a prática educativa e enaltecendo os princípios didático-pedagógicos, metodológicos e a práxis pedagógica, de forma que veio à luz a real importância de educar crianças desde a mais tenra idade.

Passamos por diversos modelos, documentos normativos e diretivos, entretanto, todos traziam que a educação infantil estava alicerçada no brincar, educar e cuidar. Dessa forma, não houve uma abstenção do ato de cuidar, mas deu-se um novo olhar aos demais pontos desta tríade, em especial o brincar. Outro ponto importante, foi que com o advento da pandemia do COVID-19, esta tríade fragmentou-se, as crianças estiveram em suas casas, muitas vezes sem o brincar e educar, persistindo o cuidar, pela obviedade da situação mundial.

Muitas crianças passaram a ter maior contato com mídias sociais através de smartphones, computadores e tablets, embora muitos não tivessem a possibilidade de acesso as aulas emergências, o fato é que as crianças foram expostas a um mundo tecnológico, que mesmo já sendo nativos digitais, não tinham pleno acesso, quiçá domínio, principalmente falando de educação infantil. Portanto, em 2020, nasce a ideia de promover uma escola de projetos, surgindo assim a proposta de se criar uma sala de informática. Mobilizados pela gestão, que possibilitou com que toda a comunidade escolar pudesse estar a par e mais, que participassem ativamente da proposta, mobilizaram forças e recursos para que o projeto saísse do papel e viesse a ser concretizado.

E durante os anos de 2020 e 2021, com o empenho da comunidade escolar e dos recursos financeiros do PDDE, um sonho concretizou-se, finalmente a primeira sala de informática da Educação Infantil na cidade de Catanduva, São Paulo. A Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Carlos Alberto Spina fez história, não apenas pela sala em si, mas por mostrar que uma gestão democrática pode ser real, bem como a aplicação adequada dos recursos recebido e mais, por todo o empenho de todos da escola.

Dessa forma, a escola poderia então, proporcionar às crianças elementos e recursos pedagógicos que muitas vezes são deixados de lado e em vista das constantes mudanças da sociedade e da necessidade de possibilitar com que estes conhecimentos atingissem às crianças, fora possível a realização deste projeto.

Portanto, a fim de contribuir sobre a utilização dos recursos provenientes destes programas, nos valeremos de um relato de experiência que tem como seu principal protagonista, a criação de uma sala de informática voltada para a Educação Infantil, além da elaboração de um produto técnico tecnológico (PTT), para tal, estaremos balizados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), Paro (2016), entre outros teóricos.

Ao longo deste relato, traremos a proposta democrática sugerida pelo coletivo escolar que culminou em uma ação que possibilitou a arrecadação de materiais usados para a criação da sala, bem como a aplicação dos recursos provenientes do PDDE com a finalidade de proporcionar uma sala de informática que atenda à Educação Infantil em uma escola situada no interior de São Paulo e que possibilite o acesso da comunidade de forma colaborativa. Destacaremos também como o empenho bem direcionado pode proporcionar ações que estejam voltadas plenamente aos alunos.

Portanto, a concepção de uma gestão democrática deve pautar pelos princípios de respeito à comunidade, ao corpo docente, à integridade administrativa, aos valores percebidos pelos programas, mas acima de tudo à comunidade escolar e aos alunos, de forma que a estrutura didático-pedagógica, administrativa e metodológica venha a convergir para um fim em comum, o processo de ensino-aprendizagem.

O nascimento de uma ideia

A pandemia do COVID-19 foi e ainda é uma tragédia que assola o mundo, mas em 2020, no ápice da doença, todos os setores da economia se viram na necessidade de uma reformulação em como trabalhar, como vender, como interagir. No contexto educacional não foi diferente, para que pudessem dar conta da demanda, as escolas e professores precisaram se reinventar e assumir o modelo de Educação à Distância (EAD).

Em meio a um turbilhão de ideias, de sentimentos, medos e anseios, optamos em organizar uma proposta de escola baseada em projetos, surgindo assim a proposta de implementar a criação de uma sala de informática voltada para os interesses da educação infantil e a posteriori, como meio de apoio à comunidade local. O principal motivo era atender às demandas crescentes que envolvem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC) que se fazem presentes na estrutura social atual e que, devido à pandemia, ficaram ainda mais evidentes.

De acordo com a BNCC:

A contemporaneidade é fortemente marcada pelo desenvolvimento tecnológico. Tanto a computação quanto as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) estão cada vez mais presentes na vida de todos, não somente nos escritórios ou nas escolas, mas nos nossos bolsos, nas cozinhas, nos automóveis, nas roupas etc. Além disso, grande parte das informações produzidas pela humanidade está armazenada digitalmente. Isso denota o quanto o mundo produtivo e o cotidiano estão sendo movidos por tecnologias digitais, situação que tende a se acentuar fortemente no futuro (BRASIL, 2018, p. 473).

Tal proposta vai ao encontro das mudanças tão presentes na sociedade atual e que por vezes, a escola não tem condições de acompanhar, defrontando-se com a impossibilidade de permitir com que os alunos da mais terra idade venha a desenvolver diversas capacidades, incluindo àquelas que envolvem as TDIC, haja vista que até mesmo na BNCC (2018), na parte que compete à Educação Infantil, não temos nenhuma referência a estes componentes educativos e que em contrapartida, foge ao aspecto da integralidade contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) em seu artigo 29 que traz o seguinte:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 22).

Portanto, ao pensarmos na criação desta sala de informática, apontamos para a direção que converge para o atendimento total das especificidades existentes na Educação Infantil e que confere possibilidades de avanço nos mais diversos aspectos referentes ao desenvolvimento da criança. Além disso, é concebível que a maioria das crianças hoje em dia, já tenham tido algum contato com ferramentas que tragam uma certa aproximação com as TDIC, seja um celular, seja uma TV *Smart* ou *tablete*. O fato é que a escola pode e deve se adequar às mudanças sociais para que a educação em si seja atrativa e

significativa, deixando a tradicional forma de transmissão de conhecimento e se apoiando naquilo que hoje é conhecido como Metodologias Ativas, “quando se faz uso dos recursos de tecnologia no processo de ensino, esse processo torna-se mais atrativo, facilitando o aprendizado e estimulando o aluno, trazendo uma forma diferenciada de ensino” (SOUZA, 2020, p. 211).

Dessa forma, passamos a etapa de implementação, momento esse de grande expectativa, uma vez que, embora cientes daquilo que a teoria aborda, seria necessário grande empenho por parte de toda a equipe escolar, em especial sobre o planejamento estratégico envolvido, uma vez que ele deve ter intencionalidade, fazendo que haja uma ação concreta e que configure em uma ação crítica e reflexiva em seu agir (OSTETTO, 2000), assim a equipe toda motivou-se em buscar formas objetivas de concretizar essa intenção.

O relato: sala de informática

Tomando a escola como o local onde se busca, de forma sistemática e organizada, a apropriação do saber historicamente produzido e entendendo a administração em seu sentido mais geral e abstrato de “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 2012, p. 25) [...] consideram-se objetos da ação administrativa as práticas escolares realizadas com o propósito de buscar racionalmente o objetivo pedagógico da escola (PARO, 2016, p. 88-89).

Março de 2020, pandemia, aulas remotas. Como a escola iria se comportar nesse grave momento da humanidade? A escola está preparada, os pais estão preparados? Aulas síncronas e assíncronas? Termos novos.

No decorrer do ano de 2020, na EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil – Prof. Carlos Alberto Spina, na cidade de Catanduva, interior de São Paulo, nasceu o projeto de informática. Diante das dificuldades nas aulas remotas, em uma reunião de HTPC, a direção propôs que fosse feita uma organização de modo que a escola passasse a pautar projetos educacionais que corroborariam com os demais conteúdos estipulados pelo currículo escolar municipal. Um dos projetos foi o de informática, mas como realizá-lo sem a escola possuir nenhuma estrutura e nenhum computador?

O projeto de informática ficou a cargo de três professores que elaboraram e posteriormente apresentaram a todos os docentes no final de 2020, a proposta. A execução contou com a colaboração de todos os professores na busca de doações de computadores e equipamentos para ser colocado em prática. O local escolhido para abrigar a sala foi um antigo espaço que era usado como depósito de materiais diversos, nada relacionado a espaço educativo. Foi então que as doações apareceram, conseguimos arrecadar computadores, monitores, estabilizadores, dentre outros periféricos, além de mesas para instalação.

Neste período, foi realizada manutenção, formatação nos equipamentos doados, pois nem todos os computadores estavam funcionando, com alguns servindo apenas como fonte de peças.

Mas além de termos o espaço, os computadores e demais componentes, a internet seria necessária para que pudéssemos compor todo o contexto pensado na elaboração do projeto, dessa forma, com o dinheiro do PDDE, adquirimos o plano de internet banda larga, roteador sem fio e também a parte elétrica. E para que todas as crianças pudessem desfrutar de um ambiente arejado, além de possibilitar maior tempo de durabilidade aos equipamentos, adquirimos um ar-condicionado de 12.000 BTUS. Adquirimos também uma webcam, oito headsets gamer e um kit robótica, sempre visando as possibilidades educacionais de nossos alunos.

Com o retorno das aulas presenciais em agosto de 2021, a sala pôde realmente estar em operação. Foram desenvolvidos jogos pedagógicos adequados a idade e que complementa o conteúdo desenvolvido em sala de aula, trabalhando temas como: cores, formas, quantidades, letras, números, corpo humano, alimentação saudável, brincadeiras tradicionais, brincadeiras clássicas, frutas, legumes, etc.

A sala atende crianças de dois até cinco anos de idade, assim, como funciona como espaço para capacitação dos docentes e, em breve, atenderá as demandas da comunidade assim que as medidas sanitárias estiverem revogadas em virtude da pandemia.

Hoje o projeto de informática atende seu propósito, cumpre seu objetivo, que é de proporcionar o contato da criança com a tecnologia, levar o conteúdo de maneira digital e interativa, elevar o conteúdo a outro patamar. Atualmente, nossa escola é a única da rede municipal de Educação Infantil da cidade de Catanduva a possuir uma sala própria de informática, onde as crianças realmente colocam a mão e exploram a ferramenta.

A aplicação dos recursos e a gestão democrática

O ambiente escolar invariavelmente denota uma diversidade de características que se não bem mediadas, colocariam a perder todos os possíveis avanços educacionais, além de fomentar a desarmonia, que mais uma vez, feriria diretamente o público-alvo da escola, ou seja, seus alunos. Neste ponto, chamamos a atenção para a gestão democrática, que possibilita ao mesmo tempo mitigar alguns conflitos existentes, bem como dar espaço, voz e ouvido a todos que desejarem manifestar-se. Outro ponto importante na gestão democrática é a capacidade de mobilizar todos os segmentos envolvidos no ato de educar em benefício da própria escola, dessa forma, professores, corpo administrativo e comunidade escolar estão diretamente envolvidos com o assunto.

Podemos compreender que:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos (PARO, 2016, p. 17).

E colocando-se ante a todas essas possibilidades e peculiaridades que o ambiente escolar propicia, também há como, quando e em o que aplicar recursos vindo do FNDE e PDDE, levando-se em conta que são verbas que precisam ser bem aplicadas e que devem ter seus empenhos justificados.

Abaixo relacionamos junto à tabela 1 os bens adquiridos nos anos de 2020 e 2021 com a verba do PDDE. A referida tabela foi baseada nas tabelas oficiais de prestação de contas.

Tabela 1

IDENTIFICAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS		
ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS	QUANTIDADE
2020	Roteador sem fio	1
2020	Internet fixa banda larga	1
2021	Ar-condicionado 12.000 BTU	1
2021	Fone de ouvido gamer com microfone	8
2021	Webcam full HD	1
2021	Kit robótica 3 em 1	1
2021	Instalação de rede de computadores	1

Fonte: Os autores – baseados nas fichas de prestação de contas dos anos 2020 e 2021.

Entretanto, para que pudéssemos realmente aplicar, fora necessário o consentimento geral da equipe docente e do corpo administrativo, além de reuniões com o Conselho da escola e Associação de Pais e Educadores Municipais (APEM) da escola, visando total transparência no que tange a aplicação de recursos para a conclusão da sala de informática. É notório que somente com os recursos recebidos, tudo não passaria de um sonho e para que pudesse realmente ser realizado, uma cooperação entre todos deveria acontecer a ponto de que receberíamos doações de toda a cidade. Portanto, a cooperação, como um dos aspectos presentes na gestão democrática foi imprescindível para a concretização da sala de informática.

A postura adotada por todos da escola, revela uma harmonia no que tange os interesses em comum a todos, possibilitando que diferenças fossem momentaneamente afastadas e que galgássemos o mesmo caminho, “[...] esta

postura revela uma forma de encarar a educação e o ensino, onde o Poder Público, o coletivo escolar e a comunidade local, juntos, estarão sintonizados para garantir a qualidade do processo educativo” (GRACINDO, 2007, p. 35).

Estar envolvido com o ambiente escolar requer muito mais do que estar apenas voltado para uma classe ou ainda apenas vinculado ao contexto hierárquico que algumas escolas ainda apresentam como realidades. Envolver-se é, portanto, uma forma de colaboração ativa para além do processo de ensino-aprendizagem, onde a participação desde a elaboração dos documentos normativos da unidade escolar, até nos assuntos referentes à comportamento de alunos, segurança e também, aplicação dos recursos, sejam esses de ordem federal ou de recursos próprios providos de eventos e/ou ações. “A realidade mostra uma série de formas e significados dados ao sentido de participação na escola. Alguns exemplos identificam participação como simples processo de colaboração, de adesão e de obediência às decisões da direção da escola” (GRACINDO, 2007, p. 35).

Não adianta uma proposta mirabolante sem que haja o real envolvimento de todos, pois as chances de falhar e frustrar toda uma equipe é grande e as consequências podem ser prejudiciais, por isso a gestão democrática em um papel determinante na elaboração de métodos e na motivação de todo seu pessoal a fim de que trilhem um mesmo caminho e para tal, o planejamento deve ser elaborado há várias mãos e, consequentemente, tornando todos corresponsáveis pela concretização da proposta.

Do sonho às possibilidades educacionais

Enfim, concretizado um sonho. A primeira sala de informática em uma escola municipal de Educação Infantil, mas a pergunta é: Como fazer com que funcione realmente em prol das crianças? Como os conhecimentos das TDIC favorecerão o desenvolvimento das crianças, que estão iniciando seu percurso acadêmico?

Para essas perguntas, teremos de recorrer inicialmente à BNCC e ao que o documento traz a respeito dos eixos estruturantes, ou seja, as interações e as brincadeiras. De acordo com o documento:

[...] os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2018, p. 37).

Portanto, o processo de ensino e aprendizagem utilizando os recursos oferecidos pelas TDIC não precisam ser morosos, entediantes, nem tampouco usufruir de um tecnicismo que não atrai à criança, é através da ludicidade tão característica do mundo infantil que tais recursos se fazem presentes na vida familiar da criança e por que não no ambiente escolar? Para tanto, tivemos o empenho de professores no desenvolvimento de jogos, atraindo a atenção da criança, ao mesmo tempo que proporcionou possibilidades de avanço em seu desenvolvimento cognitivo.

E para corroborar ainda mais todo o empenho exercido pela comunidade escolar e todos os demais envolvidos na criação dessa sala de informática, devemos novamente voltar nossos olhos ao que a BNCC expõe ao falar sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, em especial o direito de Brincar e o direito de Expressar, que trazem em sua íntegra a seguinte contextualização:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. [...] Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2018, p. 38).

Posto isso, a criança, através destes direitos plenamente garantidos, poderá usufruir através da sala de informática de uma infinidade de possibilidades, desde jogos pedagógicos, até o contato com o teclado alfanumérico, uma importante ferramenta pedagógica, ressignificando o currículo escolar e toda a estratégia metodológica envolvida.

O processo de educar é um percurso incerto e cheio de retomadas, como traz Morin:

Daí decorre a necessidade de destacar, em qualquer educação, as grandes interrogações sobre nossas possibilidades de conhecer. Pôr em prática essas interrogações constitui o oxigênio de qualquer proposta de conhecimento. Assim como o oxigênio matava os seres vivos primitivos até que a vida utilizasse esse corruptor como desintoxicante, da mesma forma a incerteza, que mata o conhecimento simplista, é o desintoxicante do conhecimento complexo. De qualquer forma, o conhecimento permanece como uma aventura para a qual a educação deve fornecer apoio indispensável (MORIN, 2000, p. 31).

Assim, a proposta da escola não visa que a criança venha a tornar-se técnica ou que domine plenamente as mais diversas TDIC, muito pelo contrário, prima pela construção de um ser humano compreendido na sua complexidade e no seu contínuo desenvolvimento, que tem direitos legais de estar em contato com os mais diversos conhecimentos já criados pelo homem ao longo da história, incluindo as TDIC. Portanto, não há pretensões que fujam o campo didático-pedagógico, nem tampouco que vá traduzir-se em uma educação tecnicista, mas sim de respeito, de ações que confluem nos avanços e que respeitem a criança em sua totalidade.

Dessa forma, introduzir à criança ao universo digital é um direito para seu pleno exercício em uma sociedade que constantemente tem se modificado e acompanhado as tecnologias (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2022) e, portanto, não deve ser algo impositivo, sendo que, “a forma de inserção da tecnologia digital não deve forçar os bebês e as crianças a se apropriarem das tecnologias, mas é importante dar a eles(as) a opção de usar, fazer descobertas e brincar” (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2022, p. 303).

Retomando novamente os eixos estruturantes, é necessário reconhecermos o papel da brincadeira como um recurso pedagógico importante na construção do conhecimento da criança, pois é através dela que a criança irá interagir e agir sobre tudo o que lhe é apresentado, de forma a reconstruir todo o conhecimento. Para além das brincadeiras, o processo de inserção dessas crianças no universo digital de forma lúdica, através das TDIC, possibilita um avanço muito maior em diversas dimensões, tais como: afetivas, sociais, cognitivas, motoras, bem como fomenta diretamente as competências gerais da educação, tal como a utilização de diversas linguagens.

[...] utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (BRASIL. 2018, p. 9).

A concretização do sonho de implementar a sala de informática só se tornou realizável, pelo empenho coletivo de uma comunidade escolar que acredita na educação e mais, acredita na diversidade de possibilidades do educar, afastando-se cada vez mais do tradicionalismo que ainda é muito corriqueiro nas escolas do Brasil.

Considerações

A concretização da sala de informática pode nos mostrar como a coletividade da comunidade escolar, através da gestão democrática, faz com que

avanços significativos possam acontecer no âmbito da escola, além de colocar em xeque a presunção hierárquica que engessa o processo educacional.

Pudemos notar que a sala de informática hoje acolhe praticamente todas as faixas etárias da escola, além de estar sendo elaborados Produtos Educacionais na forma de jogos digitais que atinjam a todos. A sala também é utilizada por professores para pesquisar novas atividades e preparação de aulas.

Ainda falta muito a ser realizado, mas uma coisa é certa, a escola agora já sabe os passos a serem seguidos para que possam ser ofertada uma educação digna e que atenda às crianças e mais certo ainda é que ninguém se furtará de sua responsabilidade na obtenção de tal êxito.

Outro ponto que favoreceu em muito a concretização da sala de informática, foi o empenho dos recursos financeiros vindos do PDDE, que possibilitou a internet banda larga a todos e que aos poucos, está sendo distribuída por toda a escola. Tal ação só pode ser efetivada através do uso de ferramentas democráticas como uma boa elaboração do Plano Anual de Trabalho da APEM e Plano de Aplicação de Recursos Financeiros efetivados pela Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, com deliberação de Assembleia Geral da escola.

Vale ressaltar que toda a elaboração do projeto informática tem como arcabouço didático e legal, a possibilidade de construir uma sociedade mais justa, para tal, inserindo as crianças no universo digital e possibilitando com que tenham acesso às TDIC. E é através das palavras de Freire (2002) que seguimos fortes, pois a educação é a convicção de é possível mudar, mudar melhor, para uma educação equitativa, para só assim ser possível uma sociedade justa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Priscila Domingues de; OLIVEIRA, Carloney Alves de. A Linguagem Tecnológica e a Educação Matemática na Infância: Reflexões e Propostas em Cenários Educativos. *In*: CIRÍACO Klinger Teodoro; OLIVEIRA Carloneu Alves de (org.). **Tendências em educação matemática na infância** [livro eletrônico]. Brasília, DF: SBEM Nacional, 2022

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf/ Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf, Acesso em: 17 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Coletivo Sabotagem, 2002.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OSTETTO, Esmeralda Luciana. **O Planejamento na Educação Infantil, mais que atividade, a criança em foco**. Campinas, Papirus. 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Fábio Benedito de. Tecnologias e educação: A importância das tecnologias da informação nos processos educacionais. *In*: CAMARGO, Janira Siqueira; SOUZA, Gabriel de Queiros; JARDIM, Marilza de Lima (orgs.). **Metodologias ativas na prática pedagógica**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PDDE EMERGENCIAL E REDES SOCIAIS PROMOVENDO INTERAÇÕES E DIÁLOGOS EM UMA CRECHE MUNICIPAL

*Maria Isabel Bezerra de Lima
Elisabete Filomena dos Santos*

A gestão democrática deve articular atitudes e promover ações que estimulem a participação social da Comunidade Escolar como um todo, ou seja, o uso do controle social tomando parte nas deliberações e determinações das Instituições Escolares e no processo de gestão, promovendo a integração da Escola com a família e com a Comunidade, como um princípio norteador trazido pelo documento curricular, a ser considerado na elaboração dos PPPs das UEs (PSA-SE, Documento Curricular, v. I, p. 10-11).

Partindo do disposto no documento curricular da Rede na qual trabalhamos e enquanto equipe gestora de uma creche sempre buscamos qualificar a Gestão Democrática através do incentivo a participação de todos os segmentos nas tomadas de decisões. Entendemos que essa participação efetiva dos conselheiros só é possível se os encontros ocorrerem sistematicamente e que esses tragam além das discussões e decisões acerca das demandas o caráter formativo, visto que famílias e comunidade precisam conhecer o Projeto Político-pedagógico da escola, colaborando, inclusive, com sua elaboração.

Assim, com calendário e horário preestabelecidos e fixos, o Conselho se reúne mensalmente, para formação, deliberação e prestação de contas. A exemplo, no primeiro semestre de 2021, tivemos nossas reuniões pautadas conforme quadro a seguir.

Quadro 1

REUNIÃO CONSELHO DE ESCOLA – 2021
DEMANDAS: As demandas serão pensadas mês a mês, tendo como objetivo a participação efetiva dos conselheiros, tanto no aspecto financeiro, bem como nas questões pedagógicas. Para tanto, pensa-se em intercalar reuniões de prestação de contas e reuniões formativas quanto ao aspecto legal do Conselho e as questões pedagógicas.
PROPOSTAS: Reuniões virtuais aberta a todas as famílias, sempre garantindo compartilhamento de informações e espaço de fala aos participantes.
05/02/2021 1ª Reunião extraordinária: Fraldas próximas ao vencimento. Devido ao fechamento das creches em decorrência da pandemia, as fraldas não foram utilizadas e estão próximas ao vencimento.

continua...

continuação

REUNIAO CONSELHO DE ESCOLA – 2021	
24/02/2021	1ª reunião ordinária: Prestação de contas sobre utilização verba emergencial PDDE; Informe sobre valor disponível de verba PSA que poderá ser utilizada apenas com itens do protocolo Covid.
11/03/2021	2ª Reunião extraordinária: Reunião formativa: falando um pouco sobre legislação e Conselhos.
25/03/2021	2ª reunião ordinária: Prestação de contas 2020/2021
29/04/2021	3ª Reunião ordinária do Conselho de Escola: Compartilhando a caracterização dos segmentos e seleção de objetivos para o 1º semestre, como são feitas essas caracterizações e porquê.
27/05/2021	4ª Reunião ordinária do Conselho de Escola: - Espaço de fala sobre o planejamento semestral; compartilhar parte da normativa complementar; traçar Metas e Ações do segmento Conselho de Escola para compor o PPP, indicando conselheiros responsáveis pelas metas.
01/07/2021	5ª reunião ordinária do Conselho de Escola: a reunião ocorreu dia 01/06 pois, no dia 24/06 a reunião foi suspensa por falta de energia. Os assuntos tratados na reunião foram: compartilhar ações de Educação Ambiental já em andamento e aquelas a serem desenvolvidas na creche Adalgisa; apresentação do relatório circunstanciado do 2º trimestre; assuntos gerais.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Em 24 de fevereiro de 2021, conforme cronograma de reuniões do Conselho, a proposta era decidir como seria utilizada a verba emergencial PDDE que fora disponibilizada como complemento para ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia, sendo R\$ 1.164,68 para consumo e R\$ 713,48 para capital.

Para a verba de consumo a decisão foi fácil, indicamos a compra de materiais de higiene, como luvas dispensers, borrifadores, tapetes sanitizantes, luvas, etc. Para a verba de capital apresentou-se um desafio maior, pois a verba era insuficiente para aquisição de equipamentos tecnológicos, que estavam sendo mais amplamente utilizados nas interações remotas.

Dessa discussão saiu a indicação da compra de um celular, o equipamento mais utilizado na situação presente. Ainda durante a reunião uma auxiliar de educação que participava da reunião, mas que não era conselheira, fez uma pesquisa online verificando a existência de aparelho no valor disponível.

Na compra do aparelho o Conselho encontrou certa dificuldade visto que o preço na loja física diferia do preço da loja virtual, bem como a dificuldade de efetivação de pagamento com cheque. No entanto, após alguma argumentação com o lojista chegou-se a um acordo e o smartphone foi adquirido com a verba disponível.

Embora pareça insignificante a aquisição de um aparelho celular para uso exclusivo da secretaria da unidade escolar tal fato viabilizou que utilizássemos as redes sociais com maior amplitude e três ações foram bem impactantes.

A primeira delas diz respeito à própria interação do Conselho, que ganhou maior dinamismo e liberdade uma vez que para as reuniões online e mensagens não foi mais preciso utilizar os aparelhos pessoais.

A segunda ação diz respeito à interação com as famílias, que da mesma forma que as interações com o Conselho, puderam ocorrer com mais frequência e liberdade, uma vez que o WhatsApp agora era institucional e não privado. No início da pandemia, logo que as creches foram fechadas, um grande desafio nos foi colocado: como manter os princípios da educação infantil, quais sejam, a interação e a brincadeira, sem as crianças na creche. Nos reinventamos. Na medida do possível, fomos construindo possibilidades e as interações e brincadeiras foram acontecendo com a valiosa parceria das famílias. Nesse sentido, um simples aparelho celular fez toda a diferença, através dele entramos nas casas das famílias e como nunca conseguimos conhecer realmente a realidade das crianças atendidas.

Semanalmente, propostas eram enviadas às famílias, sempre com o objetivo de proporcionar às crianças vivências de brincadeiras e interações. A maioria das famílias foram muito receptivas e as sugestões eram realizadas com criatividade e registradas pelas famílias que interagiam o tempo todo com os educadores, professoras e auxiliares de educação infantil.

Foi nessa segunda ação descrita que deu origem à terceira ação. A partir dessa interação diária e a partir da caracterização realizada através de um documento google forms que as famílias responderam ficou evidente o quanto a pandemia tinha impactado a geração de renda, dentre várias questões que o formulário propunha aquelas relacionadas ao emprego demonstraram que muitos pais e mães estavam desempregados.

Paralelo a análise desses dados, duas famílias procuraram as professoras solicitando divulgarem nos grupos de whatsapp das salas a venda de produtos por elas comercializados. Assim, partindo dos dados da caracterização das famílias expostos por meio do formulário Forms, aliado a essas duas solicitações, foi proposto pela diretora da unidade escolar a criação de um grupo de WhatsApp especificamente para divulgar o comércio local, sendo ele formal ou informal.

Foi criado um grupo de transmissão e as famílias foram informadas sobre o grupo e a finalidade deste através de mensagens, tais como:

Caríssimas famílias, a creche Adalgisa propõe esse grupo para movimentar o comércio do bairro. Vamos fazer uma corrente do bem! Peço que as famílias permaneçam no grupo, pois só assim ele terá sucesso. Você quer dar um presente, comer aquela comidinha diferente, vender seus produtos ou doar o que não lhe serve mais, nós divulgaremos aqui. No entanto temos algumas regras:

1. Envie o anúncio para o número da creche (94935-0588) e eu farei a postagem às segundas-feiras. Assim, os celulares não ficarão carregados de imagens.
2. Se acaso se interessar por algum produto anunciado entre em contato direto com quem ofereceu o produto.
3. Qualquer dúvida ou solicitação encaminhar diretamente para o número da creche (949350588).
4. Não postar mensagens nesse grupo, assim, todas as famílias conseguirão participar do grupo e colaborar com o comércio local.
5. Antes de adquirir um serviço ou produto consulte o grupo para saber se não tem um parceiro da comunidade.

continua...

continuação

Caríssimas famílias, esse grupo visa auxiliar na geração de renda de nossas famílias. Não saiam do grupo, as **POSTAGENS SERÃO FEITAS APENAS UMA VEZ POR SEMANA**, às sextas-feiras, (exceto anúncios de emprego, que farei a qualquer momento). Será um catálogo eletrônico que você pode e deverá consultar sempre que precisar comprar, vender, trocar ou doar. **VAMOS POTENCIALIZAR OS PEQUENOS COMÉRCIOS?** Querendo anunciar envie seu anúncio para o contato da creche 94935-0588.

Que maravilha a diversidade de comércio das famílias Adalgisa, prestígiem! Lembrando que para o grupo não ficar congestionado e evidenciar os serviços oferecidos qualquer mensagem deve ser encaminhada para o número da creche (94935-0588) onde responderei prontamente. E caso se interessem por algum produto anunciado entre diretamente em contato com o anunciante. Muito obrigada. Juntos somos muito mais fortes!

A criação do grupo, que ficou intitulado *Ação Adalgisa, em alusão ao nome da creche* foi muito bem recebida pelas famílias e através dele foi possível conhecer a diversidade do comércio local.

Após a montagem do grupo as famílias foram informadas sobre as regras de funcionamento, sendo convidadas a colaborar na divulgação do comércio local e geração de renda. Ficou estabelecido que os anúncios seriam publicados toda sexta-feira e aqueles que quisessem expor seus produtos ou mesmo compartilhar uma vaga de emprego deveriam encaminhar seus anúncios para o WhatsApp da creche.

Ficou a cargo da diretora a recepção dos anúncios e postagem no grupo Ação Adalgisa, atividade essa que ocupou cerca de 1 hora de trabalho voluntário da diretora, visto que as postagens eram realizadas sempre no intervalo entre 17 à 19 horas.

Venda de roupas, artesanatos, serviços diversos e uma culinária bem diversificada. Os serviços oferecidos eram bem variados: conserto de máquinas de lavar, serviço veterinário, corretagem, aulas particulares etc., muitos artesanatos lindos e comidinhas para todos os gostos. Houve postagem de vagas de empregos, adoção de gatinhos sem família e ajuda para encontrar imóvel para locação.

Muitos anúncios foram postados em quase um ano de funcionamento do grupo que foi encerrado com a finalização do ano letivo e a mudança da equipe gestora. Porém, a experiência mostrou-se simples para implementação e muito significativa, uma vez que promoveu a valorização dos empreendedores, formais e informais.

Considerações

A verba PDDE emergencial, embora um valor relativamente baixo possibilitou a compra de um simples aparelho celular que viabilizou ações muito significativas para a comunidade atendida. Viabilizou uma interação mais direta entre famílias, crianças, educadores e gestão escolar.

As ações desencadeadas promoveram a valorização da identidade local, a gestão democrática e novas aprendizagens e práticas, além do compartilhamento de saberes, como nunca visto antes.

A pandemia trouxe muitos medos e incertezas, mas também a criatividade e superação. Aprendemos a duras penas a lidar com a tecnologia, nos reinventamos e descobrimos que a tecnologia não é um bicho de sete cabeças, ao contrário, é desafiadora, encantadora e muito rica em possibilidades. Haveremos de nesse momento pós pandemia encontrar o equilíbrio nas vivências do dia a dia de nossos espaços escolares, cuidando para que a tecnologia ocupe um espaço de destaque, como mais um recurso rico de possibilidades, que venham a valorizar cada vez mais o cotidiano escolar, uma vez que possibilita trocas muito mais amplas. A pandemia nos ensinou que não existem fronteiras, educadores do Brasil inteiro se reuniram, em tantas lives, tantos cursos, demonstrando que é possível em um país de dimensões continentais e uma cultura diversa e rica encontrarmos objetivos e sonhos comuns a todos os educadores.

A experiência e finalização do *Ação Adalgisa*, embora tendo se mostrado uma ação exitosa traz à luz um fator bastante importante e pouco discutido nos espaços acadêmicos, qual seja, o quanto a continuidade de uma equipe gestora impacta nos projetos e ações de uma unidade escolar. A ação nasceu de um certo conhecimento da realidade local, o que exigiu escuta, pesquisa e tempo para sistematização dos dados coletados. A troca de gestão de certa forma obriga o reinício da caminhada, um novo esforço de conhecer-se e conhecer a realidade local.

Mas, isso é assunto para outro momento, outra narrativa.

REFERÊNCIAS

PSA. Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Santo André. 2019. v. I

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: construindo o amanhã aplicando recursos, articulando boas práticas: um relato de experiência na Escola Municipal Hilda Leão Carneiro

Caroline Cardoso Marra

O direito à educação de qualidade é assegurado pela Constituição brasileira, mas não basta que se ofereça uma educação qualquer. É necessário que seja uma educação escolar com qualidade social e etnicamente referenciada. O Programa Dinheiro Direto na Escola, doravante PDDE constitui uma política de financiamento suplementar, que contribui sobremaneira para que os recursos das escolas sejam elevados, proporcionando, assim, a aquisição de bens e serviços que sejam utilizados em prol da elevação da qualidade da escola pública brasileira.

O recurso financeiro se bem empregado faz a diferença na vida dos estudantes atendidos, uma vez que possibilita a redução da evasão escolar, melhora o desempenho dos alunos, assegura não apenas o acesso à escola, mas também a permanência desse aluno, consequentemente resultados melhores nos índices de avaliação da educação básica.

Os recursos advindos do PDDE constituem Política Pública que perpassam mandatos presidenciais distintos, visando destinar valores financeiros diretamente para as escolas que poderão aplicar tais divisas de acordo com as especificidades de cada verba. Assim, a gestão do recurso envolve a gestão democrática e a destinação menos burocrática para implementar a educação brasileira.

Isto posto, o sucesso no emprego dos recursos recebidos está intimamente relacionado com os princípios da gestão democrática. Não é possível falar de experiências exitosas sem mencionar tal princípio basilar da educação pública. Especificando os relatos para a gestão do Caixa Escolar da Escola Municipal Hilda Leão Carneiro Cívico Militar todo mérito alcançado tem início na gestão democrática promovida na instituição.

A Gestão Democrática

O objetivo do artigo apresentado é partilhar a prática exitosa dos recursos do PDDE, todavia é impossível destacar outros aspectos sem antes ressaltar

que toda e qualquer prática de sucesso na Gestão de Recursos Públicos envolve o mérito na Gestão Democrática.

É uma prática corriqueira na escola e faz parte do processo para o emprego correto das verbas recebidas que tenhamos a participação de todos que compõem a comunidade escolar para melhor deliberar a respeito das necessidades da instituição. Um dos principais instrumentos para garantir que a gestão seja democrática é o Conselho Escolar, um lugar coletivo, colaborativo e muito ativo na Escola Municipal Hilda Leão Carneiro Cívico Militar.

O Conselho sempre participa ativamente de nossas reuniões e se posiciona a respeito das verbas recebidas e sobre os devidos encaminhamentos. Os horários escolhidos são aqueles que permitem maior assiduidade da comunidade, assim como a liberalidade para que cada participante possa ter o direito de fala assegurado. Sabemos que o período da pandemia provocado pela disseminação do novo Coronavírus trouxe diversos entraves e retrocessos, mas a nosso ver, a possibilidade das reuniões à distância foi um ganho, permitindo grande número de envolvidos em todas as reuniões propostas.

Neste sentido, a tecnologia tornou-se uma grande aliada no tocante a fidelizar a participação da comunidade, além disso, a cada verba recebida e bem empregada evidencia-se a importância desta etapa na gestão escolar.

Aspecto a ser ressaltado diante das experiências com o Conselho Escolar, é que um Conselho ativo e participativo é essencial para que as melhorias sejam implementadas.

O PDDE Qualidade

A escola teve diversas situações de sucesso com os recursos recebidos. No entanto, as ações relacionadas ao emprego do PDDE Qualidade se destacam.

Inicialmente é fundamental especificar que de uma forma geral a Conta qualidade tem por finalidade a melhoria da educação pública. Não somente em aspectos pedagógicos, mas também envolvendo algumas particularidades do espaço físico, como algumas adequações ou equipamentos que visem melhorar os índices da avaliação da educação básica e trazer mais equidade em nossa sociedade.

A conta engloba diversas ações, destacamos em especial o programa Educação e Família e o Programa Educação Conectada. O uso eficiente de tais programas permitem a melhoria da aprendizagem, promove a diversidade de práticas e saberes e também auxilia na valorização dos profissionais da educação. A escolha destas execuções se deve principalmente pelos impactos da pandemia e da necessidade urgente de ações que pudessem minorar as consequências do distanciamento social imposto a todos nós.

O Programa Educação e Família

A parceria entre escola e família é essencial para a formação do cidadão. Quanto mais presente a família é na escola, menor o número de situações problemáticas envolvendo o aluno. O aluno que possui uma família participativa em sua vida escolar apresenta melhor rendimento e melhores condições de recuperar a sua aprendizagem caso seja necessário. A escola não consegue sozinha; é fundamental que família e instituição sejam protagonistas no processo de aprendizagem para que o sucesso seja alcançado.

Com a implementação do ensino remoto as famílias ficaram muito distantes e resgatar o aluno, implica em resgatar a família também. O projeto contempla a possibilidade de palestras, oficinas e similares que promovam a articulação pedagógica para integrar a família e aumentar o desempenho dos nossos alunos.

Foram desenvolvidas duas edições do Programa Educação e Família, cada uma com dois Planos de Ação. A primeira, em 2021, ainda no cenário de pandemia e retorno parcial das atividades presenciais. O que poderia ser feito para atrair os familiares e alunos e ao mesmo tempo garantir o cumprimento dos protocolos sanitários vigentes naquele momento? O corpo docente se envolveu enviando diversas sugestões que permitissem a execução do Programa. A escola então elaborou duas ações: uma no segmento esportivo, com o Campeonato de Pênaltis e de Cestas de basquete. Outra, as Narrativas do Cotidiano, consistia na produção de textos que envolvessem os relatos familiares e pessoais dos alunos, com rodas de conversa, painéis e debates.

Imagem 1 – Primeira edição do Programa Educação e Família: narrativas do cotidiano



O recurso destinado assegurou a execução das ações permitindo que a escola adquirisse o material esportivo necessário, assim como material de papelaria diversificado e atraente para a produção de painéis e produções textuais.

Imagem 2 – Campeonato de Pênaltis



Imagem 3 – Medalhas



Mais do que a participação dos familiares e dos alunos, o emprego do recurso possibilitou que a família voltasse a perceber a escola como parceira; possibilitou que alunos tivessem tempo de qualidade com seus pais ou responsáveis resgatando laços afetivos que estavam abalados em função do distanciamento social.

Imagem 4 – Participantes da ação esportiva



Ademais, o Plano de Ação Narrativas do Cotidiano permitiu que os estudantes dividissem seus sentimentos e emoções, partilhassem as angústias resultantes do período de pandemia. Revelou situações de dificuldades financeiras e até mesmo abusivas, possibilitando, assim, que a escola providenciasse os devidos encaminhamentos, com acolhimento, escuta ativa e afetividade.

Imagem 5 – Painel com as melhores narrativas e a professora idealizadora da ação

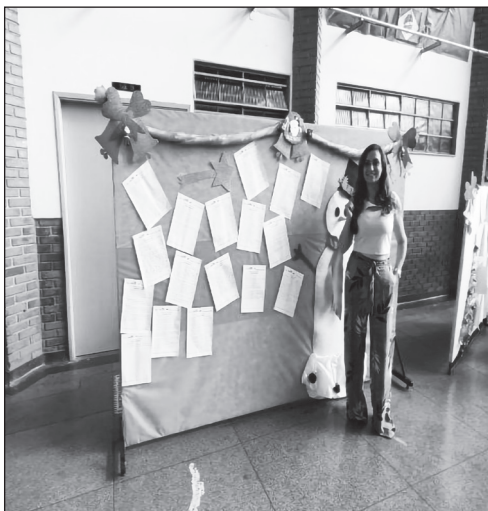
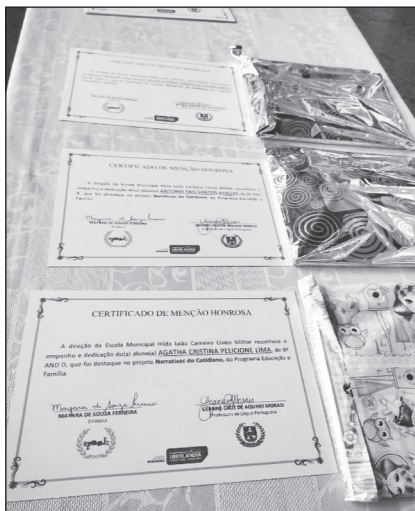


Imagem 3 – Certificados para as melhores Narrativas



O Programa Educação e Família em sua segunda edição ampliou as possibilidades e além da prática esportiva e das Narrativas, foi uma oportunidade de falarmos sobre inclusão, sobre *bullying*, sobre discriminação. Novamente o recurso custeou os materiais empregados e a culminância foi o Dia da Família. Nunca antes a escola esteve tão cheia. Cartazes, painéis, apresentações culturais, rodas de conversa. Foi evidente que o leve acanhamento presente na primeira edição cedeu lugar a participação expressiva dos pais e responsáveis que abrilhantaram o evento e fortaleceu os vínculos entre escola e família.

Imagem 7 – Família na Escola

O fortalecimento dos elos entre a instituição escolar e a comunidade foi possível graças ao recurso recebido e o uso consciente da verba. Para a promoção de uma educação pública de qualidade socialmente referendada é fundamental a destinação de dotações monetárias que permitam que a escola faça os investimentos em ações que realmente incluam a família no ambiente escolar.

Imagem 8 – 2ª Edição do Programa Educação e Família – 2022.

O resultado do Programa Educação e Família engrandece as ações executadas na Escola Municipal Hilda Leão Carneiro Cívico Militar e serve de referência no que diz respeito às boas práticas desta modalidade.

Imagem 9 – Gincana - 2022



A Educação Conectada

O PDDE Qualidade também contempla o Programa intitulado de Educação Conectada, que prevê a destinação de recursos para a inserção ou melhoria de tecnologia como ferramenta pedagógica no cotidiano escolar.

Antes de 2020 as escolas já haviam começado a implementação tecnológica, mas com o período de pandemia, que corresponde aos anos de 2020 a 2022, a necessidade de tecnologia tornou-se ainda mais necessária. Assim, o programa liberou recursos que pudessem contribuir com a equidade no acesso à internet.

Uma vez instituído o ensino remoto foi preciso garantir a reestruturação dos projetos pedagógicos. A pandemia revelou não somente a fragilidade do sistema de saúde, mas também o abismo da desigualdade ao acesso às tecnologias. Alunos e professores da rede pública não tinham acesso tecnológico adequado.

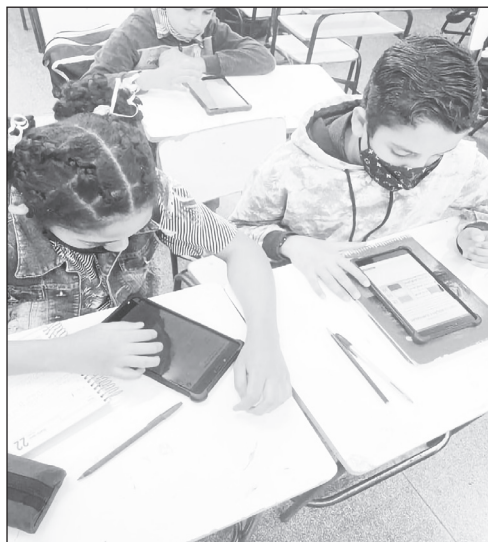
Mais do que a compra de equipamentos, o recurso permite investimentos na melhoria da conectividade, acesso à internet de alta velocidade e assim facilitar o uso da tecnologia digital na Educação Básica.

Em nossa escola foi possível trocar o cabeamento para aumentar a velocidade da internet e foram feitas aquisições de *access points* com capacidade ampliada para múltiplos acessos simultâneos, tudo considerando a implementação do acesso não apenas aos alunos quando retornassem presencialmente, mas também para que os professores pudessem em qualquer localização do espaço escolar contar com sinal de internet de qualidade.

Em nossa cidade, Uberlândia, a Secretaria Municipal de Educação emprestou aos alunos que faziam parte do Bolsa Família um tablet com chip para que reduzissem a precariedade no acesso às atividades remotas. Ademais, a prefeitura também integrou o *Google For Education* e consequentemente ampliou os recursos tecnológicos para minimizar os impactos da pandemia

na educação básica. Tais ações revelam que todos os envolvidos contribuíram com as ferramentas disponíveis para cada ente para que a educação pudesse se reinventar. A escola com a gestão do recurso; a secretaria com equipamentos e parcerias; os professores com sua participação ativa no processo.

Imagem 10 – Uso do tablet na escola



Sabemos que o cenário construído não foi perfeito e nem ideal. Todavia, foi feito o melhor nas condições tão adversas que o mundo enfrentou. A pandemia praticamente já passou, mas os investimentos em tecnologia permanecem no patrimônio da escola.

Atualmente, a escola possui várias redes de internet distribuídas no espaço escolar para ofertar sinal de qualidade em qualquer lugar. Os professores puderam tomar em comodato os tablets que outrora foram utilizados pelos alunos para que pudessem fazer seus registros em tempo real no diário digital; para que pudessem planejar suas aulas.

Com outros recursos a escola adquiriu diversos projetores, *smart Tvs*, telas de projeção; a prefeitura enviou carrinhos para carregamento dos tablets e isto posto, além do laboratório de informática, o professor, se assim desejar, pode utilizar tablets em sua aula com todos os alunos simultaneamente.

É claro que a verba é limitada e não extingue todos os problemas sociais, não acaba com a desigualdade; no entanto, é inegável que graças ao emprego responsável foi possível reduzir as dificuldades e buscar alternativas para que o direito à educação fosse assegurado aos nossos alunos.

Ressaltamos que o emprego das verbas tem por objetivo final a melhoria da educação; mas não é somente isso. Quando planejam a compra de

materiais ou serviços estamos pensando também na qualidade do trabalho do professor, e, não apenas qualidade, pensamos em aliviar, reduzir as dificuldades inerentes à função e ao contexto histórico atual. A valorização do profissional da educação não se limita em salários; vai muito além; implica em ter os recursos pedagógicos necessários à sua boa prática; em ter os materiais que deseja, nas condições ideais para que seu planejamento se concretize.

Empregar de forma responsável e consciente os recursos públicos é um compromisso social fundamental para que possamos alcançar a educação pública de qualidade que idealizamos.

Considerações

São diversas as práticas exitosas em nossa escola. Aqui apresentamos um compilado de ações pontuais e selecionadas em virtude da brevidade do relato. O mais importante é compreender que todos dentro da escola possuem um papel social, uma responsabilidade para a formação da sociedade do amanhã. O membro do Conselho Escolar, demais participantes da comunidade, cada um quando exerce corretamente seu direito de participação auxilia no processo de construção democrática da escola que desejamos.

A direção, sozinha, não consegue conhecer com propriedade todas as demandas da escola. É no coletivo que nos fortalecemos; é no coletivo que descobrimos as falhas e propomos soluções. É no coletivo que decidimos com o quê e quando gastar de forma comprometida.

É claro que os recursos não são infinitos e nem ilimitados, mas com a participação de todos é possível fazer dos recursos do PDDE um instrumento poderoso para a promoção de uma educação pública de qualidade social e etnicamente referendada. A educação que almejamos e que merecemos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PDDE: a experiência exitosa da E. M. Prefeito Camilo Chaves Junior em Ituiutaba-MG

*Marivania Xavier Cavalcanti Costa
Keila Cristina Alves Carneiro
Yone Maria Gonzaga*

A descentralização financeira por meio dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, tem oportunizado às escolas da educação básica redimensionar as suas ações em prol da garantia e da qualidade do ensino. Este artigo tem como objetivo apresentar a experiência exitosa da E. M. Prefeito Camilo Chaves Junior, situada em Ituiutaba-MG, que vê a participação efetiva do Conselho Escolar como uma estratégia de democratização da gestão na definição de prioridades e destinação dos recursos recebidos pela unidade escolar.

E.M. Prefeito Camilo Chaves Junior: um pouco da sua história

A Escola Municipal Prefeito Camilo Chaves Junior tem a sua origem no antigo Centro Social Urbano, que até então era o nome desta escola, na década de 80, o qual tinha por objetivos profissionalizar pessoas para o mercado de trabalho, por meio de cursos de datilografia, crochê, corte de cabelo, manicure, pedicuro, costura, bordados e outros. Na época, contavam com três salas de aulas que funcionavam em tempo integral, porém não havia proposta pedagógica. As professoras ficavam com as crianças na parte de recreação, enquanto as mães participavam de cursos profissionalizantes.

Com registro em 24 de janeiro de 1998, pelo então presidente do Conselho Comunitário da Vila Natal, Sr. Valter Arantes, a escola passa a ter uma visão pedagógica, tornando-se assim a Escola Municipal Prefeito Camilo Chaves Júnior de Educação Infantil, por meio do Decreto Municipal nº. 3.318. A instituição passou a atender crianças da Educação infantil com a finalidade de promover o desenvolvimento integral nessa fase escolar, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Escola Municipal Prefeito Camilo Chaves Júnior de Educação Infantil (foto -1) está inserida em uma comunidade de classe baixa e média, no Setor Sul da cidade de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais e atende alunos da faixa etária de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, devidamente matriculados na Pré-Escola.

Foto 1



Foto 2



A escola funciona nos turnos vespertino e matutino, sendo seis salas de 1º período e seis salas de 2º período. Até 2001, o prédio da escola pertencia ao Estado, quando foi municipalizado.

De acordo com a Resolução nº 2, de 9 de outubro de 2018 – CNE:

Art. 3º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social, conforme o disposto na Resolução CNE/CEB nº 5/2009. § 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na pré-escola, segunda etapa da Educação Infantil e primeira etapa da obrigatoriedade assegurada pelo inciso I do art. 208 da Constituição Federal, de crianças que completam 4 (quatro) anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula inicial (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, a educação infantil passa a compor etapa importante da Educação Básica, sendo dever do Estado garantir sua oferta com qualidade, o

que pressupõe também ser beneficiada por políticas educacionais que garantam o seu funcionamento por meio de recebimento de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Os recursos oriundos do PDDE representam importante suplementação financeira, principalmente, para as instituições escolares localizadas em regiões periféricas e cujos estudantes apresentam um perfil socioeconômico similar ou mais vulnerável que os da E.M. Prefeito Camilo Chaves Júnior.

Gestão financeira da escola, o PDDE e a atuação do Conselho Escolar

O Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE foi criado em 1995 e tem passado por alterações em sua legislação, sendo regido atualmente pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15 de 16 de setembro de 2021. O PDDE é um recurso financeiro disponibilizado para as instituições escolares públicas com o objetivo de mais independência financeira e poder de decisão aos/as gestores/as e a comunidade escolar, que de forma coletiva e compartilhada poderão sinalizar e priorizar as demandas urgentes a serem socorridas, tendo como meta norteadora o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. Esse recurso “é uma verba suplementar, ou seja, é um dinheiro extra, e não está vinculado às verbas já destinadas para as despesas fixas da escola, já repassadas pelos estados e municípios” (CECAMPE, 2021, p. 9).

Com esse recurso as instituições escolares podem suprir necessidades tais como realizar compras, contratar serviços e fazer pequenos reparos na edificação escolar, desde que sigam os critérios estabelecidos como prestação de contas para os gastos.

A descentralização dos recursos financeiros das mãos dos governos, representa um forte avanço na democratização na forma de gerir o dinheiro público e chama à responsabilidade todos os atores da escola: gestores escolares, as famílias e a comunidade geral a pensar a melhor forma de utilização desses recursos visando atender as necessidades pedagógicas e materiais diagnosticadas no chão da escola e estabelecidas como metas no Projeto Político Pedagógico – PPP.

Por essa razão, percebe-se a importância do Conselho Escolar no processo de gestão, pois ele tira do gestor e da gestora a responsabilidade de gerir isoladamente os recursos contribuindo para o direcionamento das urgências e prestação de contas, favorecendo a transparência no uso dos recursos financeiros os quais devem ser administrados de forma a atingir melhorias que ajudem alcançar a qualidade na aprendizagem e da própria escola.

Para atender ao princípio democrático estabelecido como importante para que a gestão democrática seja de fato realizada a E.M. Prefeito Camilo Chaves Júnior elegeu como mecanismos participativos a constituição da

Unidade Executora-UEX e o Conselho Escolar, visando à participação de vários membros da comunidade escolar na garantia democrática e na própria transparência da gestão do recurso financeiro. A unidade executora é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, que tem como objetivo gerir a verba transferida. Em geral, as formas mais comuns de unidade executora são os caixas escolares, os círculos de pais e mestres ou as associações de pais e professores.

A primeira Assembleia Geral para constituição da UEX ocorreu em 29 de agosto de 2005. Nesse dia, foi aprovado o Estatuto da Entidade, realizada a eleição e posse dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e dos respectivos suplentes de acordo com o edital que foi publicado e afixado no quadro de avisos do estabelecimento. Dessa forma constituiu-se a Unidade Executora Caixa escolar da E. M. Prefeito Camilo Chaves Júnior de Educação Infantil para o biênio 2006/2008.

Apesar de constituída a UEX da escola, não houve destinação de verbas para a instituição, pois naquela época, a legislação não considerava a Educação Infantil como parte referenciada da Educação Básica. Somente a partir de 2009 que a escola começou a receber os recursos do PDDE, disponibilizados em 50% para material permanente (capital) e 50% em material de consumo (custeio).

No Estatuto da UEX, consta a finalidade, organização Administrativa, dos direitos e deveres, das reuniões, das eleições da diretoria e dos Conselhos, dos Recursos e sua aplicação, Intervenção e da Dissolução. A eleição para composição dessa Unidade Executora acontece de dois em dois anos e a última se deu no dia 12/03/21 em Assembleia Geral, registrada na Ata nº14 de fevereiro de 2021, com a presença de toda comunidade escolar, inclusive da Secretária Municipal de Educação, em exercício, de Ituiutaba-MG.

A presidente e vice-presidente continuam como membros, sendo trocados outros membros do Conselho. Os membros escolhidos foram empossados para o biênio 2021/2023. O mesmo acontecendo com o Conselho Escolar.

Esses dois órgãos ajudam a gerenciar os recursos adquiridos tanto pela verba Federal ou pelos recursos adquiridos em eventos realizados pela escola. As reuniões com esses dois órgãos acontecem uma vez por mês ou de dois em dois meses, dependendo da necessidade da escola.

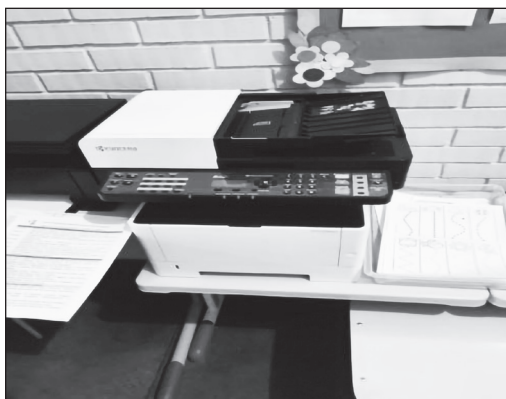
Em virtude da Pandemia do Coronavírus, nos anos de 2020 e 2021, a gestão estabeleceu a ação compartilhada e dialogada com a comunidade escolar, por meio de reuniões virtuais, utilizando a plataforma do Google Meet. Depois foi enviado um questionário virtual para os pais/responsáveis responderem para facilitar o levantamento e o diagnóstico da escola. Após as respostas, foi feito um quadro dos pontos positivos e negativos do PPP da escola. Para decisão do caminho a ser percorrido, a escola realizou o planejamento das ações, elencando os problemas apontados. Foram separadas

as demandas mais urgentes e, a partir daí, traçado um plano de metas com objetivos, prazos a serem atingidos e possíveis caminhos de soluções.⁴ Neles priorizamos os problemas mais urgentes e o que poderia ser materializado com o recurso financeiro do PDDE.

Como ação emergencial, foi realizada uma pequena reforma no pátio da escola, para transformá-lo em uma área de playground para as crianças, compreendendo a importância do brincar e do lazer para o desenvolvimento psicomotor e da sociabilidade dessa faixa etária. A escola havia ganhado o parque da Secretaria da Educação Municipal, mas não tinha uma área cimentada para colocá-lo, então foi utilizada a verba do PDDE custeio.

O período pandêmico exigiu da escola a adequação pedagógica. Quando foi decretado o ensino remoto, verificou-se que a escola não dispunha de apostilas para trabalhar com todas as crianças. Então foi necessário confeccionar várias apostilas, comprar uma impressora e aumentar a velocidade da internet para atender a educação online (ensino remoto) (foto 2). Para isso, foi utilizada a verba de capital. Além desses gastos, foram comprados toner, folhas sulfites, impressoras e outros. E todos esses processos foram acompanhados democraticamente pelo Conselho Escolar.

Foto 3



A gestão financeira da escola e o PDDE: novos olhares sobre a execução de recursos e a premiação

Para aprimorar melhor os conhecimentos sobre a execução dos recursos e a prestação de contas e outras dúvidas em relação ao PDDE e ações integradas, a gestão da escola, a partir do convite da Secretaria Municipal de Educação

4 Os planos de ações encontram-se no anexo do PPP. Nele colhemos sugestões junto a toda comunidade escolar e elaboramos possíveis soluções

participou da formação continuada “TRILHAS NO PDDE” oferecido pelo Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – Cecampe-Sudeste, mantido pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação – FNDE e situado na Universidade Federal de Uberlândia.

O curso trouxe uma proposta de formação para os gestores que objetiva ampliar os conhecimentos acerca dos processos de Adesão, Execução e Prestação de Contas dos recursos do PDDE, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e elevar o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada PDDE (IdeGES_PDDE).

Segundo as participantes, foi possível trazer para a realidade o conhecimento adquirido durante o curso, unindo teoria com a prática correta do uso dos recursos. Essa ação proativa, acompanhada de perto pelo Conselho Escolar, fez com que a escola fosse contemplada com uma premiação chamada **“Parcela Desempenho” do PDDE**.

A Parcela Desempenho é uma verba calculada com base no Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada – IdeGES, que é um instrumento do PDDE, utilizado para mensurar o desempenho da gestão descentralizada em todo território nacional, visando, identificar as escolas com melhor execução do Programa reconhecendo iniciativas exitosas de gestão.

Os requisitos considerados como indicadores chaves de desempenho do Programa levam em conta os seguintes itens: o cadastrada no Programa (adesão), por meio do sistema PDDEWeb, a execução dos recursos do Programa no âmbito da Unidade Executora e a prestação de contas dos recursos. Esse desempenho é classificado em cinco níveis como: Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto, de acordo com a nota final do indicador. O cálculo do índice leva em conta todas as escolas, tanto da Rede Municipal quanto da rede Estaduais atendidas pelo PDDE no presente exercício.

Essa verba suplementar extra é constituída de recursos orçamentários do PDDE que não foram executados por entidades que perderam o direito ao recebimento em função das hipóteses previstas no art. 15 e em atendimento ao art. 13 da Resolução CD/FNDE nº 15 de 16 de setembro de 2021. A Resolução CD/FNDE nº 15 de 16 de setembro de 2021 dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do

Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Em seu art. 15 discorre sobre as Condições Necessárias ao Recebimento dos Recursos:

Art. 15. Constituem condições para a efetivação dos repasses dos recursos do PDDE e Ações Integradas: I – às Entidades Executoras – EEx: a) regularidade com os procedimentos de adesão estabelecidos por normas

específicas definidas em resolução do Conselho Deliberativo do FNDE, disponibilizada no sítio www.fnde.gov.br; b) não possuírem pendências com prestação de contas de recursos do PDDE recebidos em anos anteriores; c) adesão de novas entidades ao PDDE, por intermédio do sistema PDDEWeb, disponível no sítio www.fnde.gov.br. II – às Unidades Executoras – UEx: a) adesão de novas entidades ao PDDE, por intermédio do sistema PDDEWeb, disponível no sítio www.fnde.gov.br; b) atualização do cadastro, por intermédio do sistema PDDEWeb, disponível no sítio www.fnde.gov.br, nos termos do § 2º deste artigo; e c) não possuírem pendências com prestação de contas de recursos do PDDE e Ações Integradas recebidos em exercícios anteriores. (BRASIL, 202, p. 12)

Esta premiação indica que a E. M. Prefeito Camilo Chaves Júnior tem feito uma ótima gestão dos recursos recebidos, atingindo o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE- (IDEGES), utilizando a verba em tempo certo e respeitando a prestação de contas com transparência e sem pendência com nossa prestação de contas junto ao PDDE.

Para esse ano, foi realizado, em parceria com o Conselho Escolar, o levantamento das novas demandas. Com os recursos de custeio espera-se realizar a iluminação da área externa, adquirir ventiladores, trocar a pia do banheiro, comprar talhares e pratos (devido ao aumento dos alunos na escola), etc. e com a verba de capital, comprar uma plastificadora para encapar os jogos pedagógicos que estimulem a aprendizagem dos alunos, etc.

Considerações

A E.M. Prefeito Camilo Chaves Júnior definiu a constituição a UEX e do Conselho Escolar como parceiros da gestão para atuação de forma democrática e os resultados auferidos pela instituição escolar vêm mostrando que estão no caminho certo.

Enquanto profissionais da educação, as professoras participantes do Curso Trilhas no PDDE argumentam a importância de todas as escolas da educação básica acessarem os recursos suplementares de forma equânime e não como uma concorrência entre as unidades. Por isso, consideram que formações continuadas como a ofertada pelo Cecampe-Sudeste são fundamentais para ampliação do olhar das gestoras e gestores para o PDDE enquanto política pública, sobretudo para os gestores e gestoras que atuam em territórios de alta vulnerabilidade, onde qualquer valor adicional faz a diferença. A educação pública de qualidade é um direito de todos os estudantes e a suplementação financeira com recursos do PDDE pode contribuir significativamente. Nessa perspectiva, o Conselho Escolar da E.M. Prefeito Camilo Chaves Júnior segue atento à garantia desse preceito constitucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Conselho Deliberativo. **Resolução nº 15, de 16 de Setembro de 2021**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/14211resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-15,-de-16-de-setembro-de-2021>

BRASIL. Resolução nº 2, de 9 de Outubro de 2018. **Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf->

CECAMPE /UFU REGIÃO SUDESTE. Educação em debate, alternativas em construção: **Adesão, execução e prestação de contas**: trilhas no PDDE. 2021.P.1-76. <http://www.proxc.ufu.br/> CECAMPEsudeste.

OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AOS RECURSOS DO PDDE EM IGARAPAVA/SP

Débora Borges Martins

O presente texto apresenta resultados de boas práticas escolares de uma gestora da cidade de Igarapava/SP relacionado à aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDDE- FNDE). O objetivo principal aqui é compartilhar os desafios encontrados e refletir sobre a prática buscando caminhos para superação por meio de pesquisas em documentos oficiais, capacitações virtuais do FNDE no canal da *Youtube*, e manuais de orientações disponibilizados pelo FNDE. Na prática esse é um desafio constante, pois nota-se muito receio no envolvimento da comunidade escolar quando se trata de recursos financeiros. No entanto, cabe aos gestores o papel de formar e informar sobre a importância das instâncias colegiadas para efetivação da Gestão Democrática. Conclui-se que a participação cidadã na gestão dos recursos financeiros contribui efetivamente para a construção de uma escola autônoma que debate, articula e contribui para as boas práticas na aplicabilidade dos recursos.

O termo Gestão Democrática remete-nos as mudanças ocorridas no Brasil a partir dos anos 1980 com a implementação da Constituição Federal. Neste sentido é um processo que foi pensado para acompanhar o processo da democracia brasileira e descentralizar o poder. No âmbito da escola pública essa descentralização do poder passar a envolver a de todos no processo educativo (pais, alunos, funcionários e comunidade, etc.)

No entanto esse é o maior desafio para o gestor escolar “Como incentivar a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão? Como encarnar a participação corresponsável? Como motivar a refletir sobre os objetivos e debater os processos democráticos fazendo com que esse cidadão corrobore principalmente na gestão dos recursos? Esse tem sido um papel árduo para o gestor, pois, as faltas de comprometimento com a educação dos filhos por grande parte dos pais impedem essa participação. E a principal justificativa que temos é a falta de tempo e assim consequentemente delegam o poder à escola.

No caso de Igarapava/SP essa busca pela democracia ainda é algo que precisa ser conscientizada e trabalhada em toda cidade. É preciso formar os gestores de forma a favorecer a participação democrática privilegiando

momentos de aprendizagem coletiva para que possam informar a comunidade escolar sobre a importância da Constituição Federal (CF/1988) e seu impacto na escola pública. A Lei de Diretrizes e Bases (LBD/1996) trata no artigo 3º que o ensino público deve ser ministrado com base nos preceitos da Gestão Democrática. Os artigos 14 e 15 da LBD/1996 fazem saber que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996, p. 6).

Essa articulação com as famílias da comunidade indica que os estabelecimentos de ensino precisam romper com práticas autoritárias muito comuns nas escolas públicas, pois, uma vez que a comunidade escolar compreende a importância do seu papel no processo da Gestão Democrática e o gestor possibilita estratégias para garantir a participação de todos, ou daquele que se interessa em assumir seu papel como sujeito político e legítimo, podem juntos definirem os rumos da escola dando novos sentidos às ações com vista em melhorias para garantir o acesso e permanência do aluno na instituição escolar.

E como o gestor organiza tudo isso? Levando a comunidade a pensar... Os momentos de Reuniões de Pais e Mestres são essenciais para que o diretor aponte caminhos, fale sobre dificuldades, necessidades financeiras, sonhos de proporcionar um espaço melhor, seja na estrutura ou na aquisição de capitais de consumo ou permanente.

A comunidade escolar ao começar a se envolver passa a ter uma sensação de pertencimento e responsabilidade, seja ele professor, Agente Educacional, equipe administrativa, pai/mãe ou responsável pelos alunos, todos fazem parte da escola e juntos contribuem na tomada de decisão.

É esse sentimento que desperta o cuidado, e rompe com fronteiras, aproximando comunidade e família da vida real da escola pública. E quando o diretor usa desse sentimento para efetivar um canal de participação ele cria na sua comunidade sujeitos ativos e é nesta ocasião que afirma Araújo (2000), que a gestão se constitui como participativa, autônoma, transparente e plural, ou seja, é hora de ampliar o entendimento, de manifestar na prática a Gestão Democrática, de criar possibilidades de fazer e fazer democraticamente. E uma das ferramentas é o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) mostrar o

que pode ser feito, discutir coletivamente as possibilidades, efetivar as ideias e concomitantemente apresentar o projeto concretizado e seus resultados.

O PDDE de acordo com o MEC (Ministério da Educação e Cultura) foi criado em 1995 e tem como finalidade prestar assistência financeira de caráter suplementar às escolas públicas da Educação Básica. O recurso possui ação objetiva na melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas contribuindo para elevação de índices de desempenho na qualidade e permanência na Educação Básica. Assim ao ver a melhoria na unidade e ver a contribuição de sua participação na tomada de decisão na gestão dos recursos financeiros, a comunidade passa a se sentir integrante do espaço escolar e responsáveis pelo patrimônio público transferindo esse sentimento de pertencimento para outras esferas da sociedade.

No que se refere ao papel do diretor frente a Gestão Democrática, ao organizar a prestação de contas atendendo os dispostos legais da legislação e do FNDE, ele tem em mãos a Resolução n. 15 de 16 de Setembro de 2021 que sistematiza, disciplina e dispõe sobre os critérios de repasse, execução, prestação de contas, dando dicas, evidenciando estratégias de ações e obrigações fiscais a serem seguidas. O Conselho discute sobre as necessidades, elege a prioridade, e o diretor faz a pesquisa de preços, consolida as pesquisas, apresenta as notas fiscais, e a parte mais morosa vem pela frente, a organização de acordo com o rigor burocrático dos documentos, contas e especificidades da legislação que atendem o PDDE e suas ações integradas.

Ocorre que, as ações integradas eventualmente vêm em contas diferentes, e às vezes até nas mesmas contas, mas para ações diferentes, em suma antes de tudo é necessário consultar o relatório de saldo da entidade disponibilizado no canal do FNDE e observar os devidos capitais e custeios dentro de cada programa.

Os comprovantes de despesas, as prestações de contas, os saldos financeiros, percentuais devem seguir e observar a exigência prevista na legislação. Esse arcabouço torna tão burocrática o processo que esse também se torna desanimador para muitos gestores e tem sido impeditivo a ser considerado quando focamos no quesito motivação participativa do diretor frente à Gestão Democrática. Penso que se temos as pesquisas de preços, comprovantes fiscais, atas de comprovação assinada pelo Conselho. Desse modo o gestor deveria ter autonomia para enfrentamento da demanda da realidade do momento.

É importante frisar que o plano de execução dos recursos financeiros deve ser feito adequadamente observando-se os fins educativos, não trata de assistencialismo, mas, de questões a serem discutidas e elaboradas coletivamente, que obedecerão a critérios, resoluções, pesquisas de preços e transparência na prestação de contas. Para os gestores principalmente das escolas pequenas como é meu caso, isso não é difícil, o recurso é pouco para a demanda da

escola, sempre esperamos ansiosamente pelo repasse dos recursos, mas complicado é seguir atentamente as regras e fazer o demonstrativo para a Receita.

Por fim, a descentralização do controle não significa que o gestor e a instância colegiada dará conta de tudo sozinhos. De acordo com Paro (2005), é preciso oferecer condições materiais propiciadoras dessa participação, ou seja, o poder público também precisa dar suporte. O diretor defende toda a burocracia, organizando, convocando para reuniões ordinárias/extraordinárias, realizando prestações de contas, mas para que isso se efetive é necessário capacitação, e rede de apoio no âmbito municipal fazendo sintonia com a gestão participativa.

Entende-se que o recurso é pouco, mas garante a participação da comunidade prevista na Gestão Democrática presente na CF/1988 e LBD/1996. Um dos grandes problemas enfrentados em muitos casos é que além do desafio dos gestores de motivar a comunidade a participar, tem que lidar com a própria motivação pessoal de lidar com o julgamento das contas da UEx, pois o trâmite é burocrático e os gestores passam horas a fio na organização desses documentos, muitas vezes colocando em segundo plano a liderança que lhe cabe quando ele também é o gestor a unidade executora ou tem que conferir o processo enquanto gestor da escola.

Ser gestor é se atualizar de acordo com as necessidades, devendo se atualizar e conhecer as mais recentes contribuições dos educadores sobre os processos de capacitação de lideranças educacionais. Assim, “os gestores devem conscientizar-se de que seu papel na escola de hoje é muito mais de um líder que de um burocrata. Espera-se dele que assuma a direção como um membro ativo da comunidade escolar” (SANTOS, 2002, p. 15)

Compreendo a importância do PDDE para a escola, e também a transparência exigida por parte do FNDE. Portanto, as funções administrativas financeiras e burocráticas são atribuídas à figura do Diretor escolar que precisa motivar e comprometer a comunidade. Sendo assim, o PDDE, precisa trazer mais autonomia e menos burocracia. Desta maneira, espero que o PDDE seja em todos os rincões do Brasil uma via de acesso e engajamento democrático para fortalecimento das políticas públicas na área da educação. Após essas breves reflexões movidas por inquietações, vamos ao relato.

Relato de experiência

Minha história com o PDDE começa no ano de 2015 quando assumi a direção da EMEI Orlando Gomes da Silva por meio de um concurso público. A escola atendia cerca de 100 crianças de Educação Infantil (creche e pré-escola). Anteriormente eu já havia trabalhado na instituição como Agente

de Desenvolvimento Infantil, então já possuía algum conhecimento sobre a realidade local, tanto como mãe de aluno como profissional da educação.

O trabalho como Agente de Educação Infantil é um trabalho muito importante e embora restringisse, na época, mais a questão de cuidado e suporte pedagógico ele despertou em mim o interesse pelo processo de escolarização na Educação Infantil. Me formei em Pedagogia, comecei a dar aulas e logo em seguida comecei a trabalhar como gestora.

Daí começou meu desafio, pois a unidade não tinha secretária, nem coordenadora pedagógica. Desta forma, tive que caminhar junto com os pais dos alunos e corpo docente, adquirindo assim experiência com uma gestão compartilhada tal como propõe Paro (2005 p. 16), eu sentia “necessidade dessa participação” por mais que vinham as dificuldades meu apoio era a comunidade escolar, e assim eu buscava oportunizar momentos de tomada de decisões em respeito à escola de maneira coletiva.

Entrei nessa Unidade em Março/2015 e neste mesmo ano tive que organizar a prestação de contas, e assim busquei conversar sobre os itens adquiridos no exercício anterior, tive acesso às notas fiscais, as pesquisas e agora tinha que organizar a prestação física para entregar a prefeitura. Solicitei os modelos e comecei a preencher. Minha maior dificuldade era o preenchimento em horário de serviço, ao mesmo tempo em que atendia pais, professores, crianças, telefone e portão, pois havia falta de funcionários para suprir a demanda da escola e como mencionei anteriormente essa é minha maior dificuldade, a parte burocrática dos papeis.

Nos dias em que se seguiram comecei a observar as necessidades da escola e conversar com os funcionários, assim agendei uma reunião de pais e preparei um discurso sobre a importância da família no ambiente escolar como um todo, me apresentei como a nova diretora da unidade colocando-me a disposição. Durante a reunião apresentei o quadro docente, a metodologia trabalhada pela escola, alguns recados e falei sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE entregando um cartão de preenchimento para quem quisesse fazer parte da instância colegiada. Entre funcionários e pais consegui cerca de vinte pessoas com interesse em participar, vibrei, era o suficiente!

Fiz o edital de convocação para próxima reunião, elegemos os novos membros e registramos em cartório. Após o registro e repasse do FNDE, foi feita nova reunião para falar sobre o rol de prioridades investigados na escola. Lembrei com muito carinho de minha conversa com funcionários:

Tabela 1 – Escuta atenta do gestor

“Débora, estamos com falta de funcionários, seria um sonho se a escola tivesse uma máquina de lavar roupas, pois o tempo que gasto enxaguando poderia estar fazendo outra coisa”... (servente A)

Débora, já pensou se tivéssemos um forno elétrico? “Poderíamos trabalhar o conhecimento matemático de forma lúdica e participativa...” (Professora A)

Débora, minhas costas doem ao levantar essas crianças para dar banho, poderia comprar com o PDDE uma escadinha? (ADI A)

continua...

Débora, a geladeira está pequena para quantidade de alimentos, precisamos de outra nova...

(Servente B)

Débora, está precisando de cortinas novas, as crianças não conseguem dormir, pois o sol bate no rostinho delas... (Professora B)

Fonte: Elaborado pela autora com base em diálogos com funcionários.

Estes são apenas alguns comentários, o rol de prioridades era maior e o dinheiro muito pouco e com muitas regras burocráticas, mas era a possibilidade de pelo menos alguns pedidos serem atendidos. Reuni os membros do Conselho da Associação de Pais e Mestres, falei sobre o saldo creditado na conta da escola e estabelecemos a prioridade mais urgente, assim nos deparamos com outro desafio, o valor destinado ao consumo e capital impedia de atender a urgência do momento: a geladeira. Se caso optássemos em comprar a geladeira teríamos que gastar todo o recurso na modalidade capital, mas o programa impedia, desta forma teríamos que aguardar o FNDE repassar mais recursos, ou compraríamos uma geladeira mais barata e pequena. E como era urgente compramos a mais barata e pequena.

No ano seguinte conseguimos comprar a máquina de lavar e o forno elétrico, dentre outros materiais de consumo. A servente “A” ficou maravilhada afinal, tinha adquirido “tendinite” (uma doença nos tendões do braço) e essa compra tinha feito a diferença tanto na melhoria da rotina da escola, quanto em sua vida profissional.

Quanto ao forno elétrico cumpre dizer que conseguimos privilegiar aulas diferenciadas e fazer a alegria da criança. Trabalhamos diferenças e semelhanças, ampliamos conhecimentos com novos ingredientes e deixamos as crianças manipularem e verem a transformação dessas misturas, desenvolvendo autonomia, os sentidos e combinações.

Na EMEI Orlando Gomes da Silva até o ano de 2019 cumprimos todas as prioridades de minha primeira reunião. E com o dinheiro do Programa ainda conseguimos comprar uma *Smart TV* para que as crianças tivessem acesso à informação. Assim montamos o cantinho da sala de vídeo com caixa amplificadora.

Para a sala de vídeo montamos o horário e usamos essa aquisição como ferramenta de apoio a aprendizagem. Agora com essa ferramenta os professores não estavam mais restritos às suas coleções de *DVD*, (cumpre dizer que os professores faziam essas coleções com seus próprios recursos financeiros) com a *Smart TV*, havia um mundo de possibilidades. E assim coletivamente envolvemos nossos alunos nos meios tecnológicos de informações, sanando curiosidades e encantando as crianças com filmes, histórias, lendas, inspirando personagens e ao mesmo tempo contribuindo com o desenvolvimento da criatividade e da linguagem.

Uma de nossas últimas aquisições na EMEI Orlando Gomes foi a compra das cortinas para as salas de aulas e jalecos para todos os funcionários, nessa

época mal sabíamos o que se aproximava e como essa compra seria essencial no ano seguinte: o ano da pandemia. De surpresa fomos todos pegos com um novo normal com o Coronavírus que se propagava pelo ar e pelo toque, assim essa aquisição foi fundamental para oferecer um pouco de proteção contra os riscos de contaminação por fluídos e secreções corporais externas aos funcionários e crianças atendidas.

Imagem 1 – Corpo Docente da EMEI Orlando Gomes da Silva



Fonte: Arquivo da autora, ano 2019.

No ano seguinte vimos o descontrolado da pandemia da COVID-19, o canal de escuta se fechou, nos corredores onde se vivenciava as mais belas histórias e sorrisos foi impactado pelo sentimento de medo e insegurança, os sonhos foram reprogramados para o ano seguinte. E em 2021 comecei uma nova página em minha história da Gestão Democrática, era hora de novos desafios, fui removida para outra unidade, mas espero ter deixado para trás um legado de:

[...] transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para o processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a administração de uma gestão concreta (CURY, 2007, p. 494).

Neste sentido de dar o melhor de mim cheguei à EMEI Lucy Elena Gomes Bortoletto. Durante a pandemia busquei estudar bastante, via lives todos os dias, me interessei pelo FUNDEB permanente e fui eleita como presidente do Conselho Municipal do CACS de Igarapava. Como presidente minha meta principal era aperfeiçoar para 100% o trabalho de atuação do CACS FUNDEB e divulgar a importância dessa instância colegiada levando não só os membros do Conselho do CACS FUNDEB, mas também levando toda rede municipal para acompanhar e controlar a distribuição, a transparência e a aplicação dos recursos do Fundo.

Imagem 2 – Discurso sobre FUNDEB na Câmara de vereadores de Igarapava



Fonte: Arquivo da autora, ano 2021.

Com todo esse avanço de mudança histórica revolucionamos a história do CACS em Igarapava, mobilizamos o poder público na garantia de nossos direitos e neste mesmo ano de 2021 conseguimos o prêmio de valorização ao profissional do Magistério previsto na Lei Municipal 049/2016 em seu art. 100. Lei esta que desde a sua implementação até então não havia sido cumprida pelo município.

E assim como diretora em uma nova unidade busquei os caminhos da Gestão Democrática e compartilhada. A escola Lucy Elena tem o dobro de crianças da EMEI Orlando Gomes, as dificuldades aumentaram, pois agora somava uma nova responsabilidade. Na EMEI Lucy Elena também não tenho coordenadora pedagógica, supervisor, orientador, muito menos um

professor mediador para me auxiliar. Era preciso força e perseverança, pois agora compartilhava os sonhos de uma cidade inteira, a luta é diária, e assim vou seguindo procurando representar bem minha classe e dar o melhor de mim para as crianças de minha comunidade.

Sinto que tenho muito para aprender, mas acredito no potencial do professor transformador e de uma Gestão Democrática que vise à esperança de uma escola pública com qualidade.

No retorno presencial da EMEI Lucy Elena o PDDE muito nos auxiliou, mas também muito nos confundiu com as ações integradas. Na EMEI Lucy Elena foram repassados o PDDE qualidade, a Educação Conectada e o Emergencial, recebemos o cartão magnético e também temos a conta cheque. Como de costume organizei a reunião com os membros falando sobre o saldo bancário, assim estabelecemos o rol de prioridades para o retorno presencial. E com o dinheiro do Programa Educação Conectada fizemos a pesquisa de preços e compramos um celular para manter vínculo com as famílias nos grupos de *Whatsapp* da escola.

Fizemos uma roda de conversa e compramos todo o material de consumo para receber as crianças como sabonetes, tapetes sanitizantes, EPI para os funcionários, enfim, estávamos todos empolgados com o retorno. E como as crianças ficaram muito tempo em casa preparamos um ambiente divertido e atendemos uma das sugestões que mais fizeram a alegria das crianças nesse retorno: um pula-pula. Com essa aquisição o retorno teve diversão garantida, a esperança retornou a escola, os sorrisos e satisfação do novo brinquedo foram a novidade principal no retorno as aulas presenciais.

Outra aquisição importante com o dinheiro do PDDE-Qualidade nessa unidade foi a compra de uma caixa amplificada *Via Bluetooth* com rodinha e microfone. Todas as manhãs quem passa pela avenida e rua lateral escuta as crianças cantarem e fazerem a festa antes de entrarem para a sala. Criamos uma rotina de 30 minutos para juntos agradecermos pelo dia e contribuir com essa aquisição para o desenvolvimento infantil por meio da música, despertando a alegria e o prazer de estar de volta à escola.

Para as formações pedagógicas sentimos a necessidade de comprar um *Data Show*. Essa compra foi sem dúvida muito proveitosa, pois neste retorno foi essencial refletir sobre nossas práticas e compartilhar experiências, pois estávamos de frente de um momento novo e desafiador.

Neste ano de 2022 a EMEI Lucy por meio do repasse do FNDE adquiriu: Uma sala de vídeo (com Smart TV) com o objetivo de aproximar as crianças do cotidiano e atrair o interesse dos alunos, claro que tudo é feito em cima de propostas pedagógicas conscientes. Ainda em 2022, compramos um repetidor de wifi, uma impressora colorida, Cortinas para as salas do berçário e materiais de consumo como panela de pressão, utensílios para a cozinha, secretaria, etc.

Por fim, ressalto que uma boa prática com os recursos do PDDE só é possível quando for comprometida com a comunidade. O gestor, aquele que está na frente, aponta os caminhos, escuta os anseios, as dificuldades e pensa as possibilidades e traz ao debate e assim busca meios para concretizar as ações.

Temos pouco recurso, mas aos poucos podemos transformar a escola em lugar melhor, pois quando temos em mente que nossa meta é atender as demandas podemos realmente ser gestor, que é algo maior do que ser diretor, “ser gestor é saber gerir o espaço de educação influenciando positivamente.”

Não fácil gerir administrativa e pedagogicamente e digo que por mais que houve dificuldades em meu caminho só foi possível superar as barreiras porque tive o apoio da comunidade escolar e compartilhei o sentimento de responsabilidade, organizando a gestão dos recursos financeiros focando resultados positivos.

A interação eficaz entre líderes e os seus liderados é a base, portanto, para a criação da confiança entre ambos. Os líderes têm que ser confiáveis, previsíveis e justos nas relações. Esta, por sua vez, se faz a partir de um processo de comunicação aberto, pelo qual os líderes constroem confiança ao dar poder aos seus liderados. Ao se trabalhar o desenvolvimento de um estilo eficaz de relacionamento com liderados.

“Líderes fortalecem o seu pessoal e a instituição, podendo criar um legado que irá durar por muito tempo (LUCK, 2012, p. 41).

Desta maneira sigo acreditando que a vivência e o conhecimento da realidade e abertura ao diálogo são pontos cruciais de líderes na gestão democrática. Não posso dizer que é uma postura fácil, pois uma escola tem inúmeros problemas, e estar disposto a gerir com entusiasmo esse lugar requer saber superar as adversidades cotidianas como: falta de funcionários, falta de materiais, lidar com famílias de diversas realidades, superar problemas com relacionamentos interpessoais, dentre outros tantos. Às vezes, na unidade, temos que lidar também com problemas na estrutura escolar que foge ao nosso alcance e ainda se preocupar com o processo de aprendizagem. É maçante e impacta até na saúde mental do gestor, na função de diretor.

É preciso que o município crie uma rede de apoio entre si, e cuide do líder, pois ele só vai ser capaz de gerir ideias e trabalhar coletivamente se estiver bem. E por conhecer o ambiente de trabalho, os problemas locais e expressar suas opiniões nem sempre ele será ouvido, e às vezes a comunidade o julga, por simplesmente não conseguir resolver todos os problemas. Entendo que o município também tem um rol de prioridades, mas o líder no papel de gestor deve compreender seus deveres e direitos não desistir de seus objetivos, mesmo frustrado, deve continuar seu trabalho, pois assim, ele estreita vínculos com o local de trabalho, sua segunda casa, e esse amor só tem quem veste a camisa da casa.

Assim, pensar a Gestão Democrática é pensar no exercício da democracia, e esse exercício se dá na ação, na participação, na tomada de decisão e transparência. Tudo precisa ser feito nos princípios da legalidade. E para tanto

deve existir a instância colegiada que é aquela que tem a função deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora.

Na instituição de Educação Infantil temos que ter estratégias para mobilizar os pais a participarem, mas não é impossível. Esse fato precisa deixar de ser utopia nas escolas e se concretizar em ações. Se queremos que a escola faça diferença na sociedade, ela precisa fazer sentido para a criança e também para as famílias. Ao proporcionarmos um canal de escuta às crianças, elas contarão aos pais se atendidas, e os pais por sua vez ao verem a felicidade dos filhos perceberão a necessidade de serem ativos na escola e serem ouvidos e quando chegarem, que seja para agradecer. Podemos assim mostrar o que mais pode ser feito com seu apoio e, aos poucos, iremos tecendo uma escola cidadã.

Em minha experiência o que acho mais trabalhoso é a questão burocrática da prestação de contas, seria muito interessante que o FNDE repassasse o recurso, mas a parte de percentual financeiro fosse decidida em Conselho, pois a realidade não é estática, ela muda, às vezes programamos que vamos gastar X com consumo, mas a geladeira da escola estraga e não encaixa no percentual. Neste sentido reitero que ao mesmo tempo em que o FNDE dá autonomia, tira na burocracia.

Outro ponto a ser pensado são as contas diferentes de uma mesma unidade, preparar a prestação física de todas essas ações integradas, respeitando os limites dos percentuais com material permanente e consumo é trabalhoso. A escola tem o dinheiro e não pode gastar, por exemplo, para comprar a geladeira que precisa, pois não pode juntar o capital das contas diferentes e nem das ações integradas.

O Programa atende os princípios da Gestão Democrática e auxilia muito a comunidade escolar, embora ainda tenhamos muito que avançar no sentido de participação e envolvimento da escola, mas não podemos desistir, temos que continuar mobilizando, formando os pais com relação a esse assunto e lutar pela defesa de uma escola pública de qualidade.

Com relação às dificuldades encontradas tive apoio em meu município para preparar a prestação física, mas sinto que tenho muito a aprender. Tenho feito formações pelos canais da Youtube, lido materiais de orientações disponibilizados pelo FNDE e estudado a legislação.

Agradeço imensamente essa oportunidade de refletir sobre a minha prática relatando minha experiência, confesso que ao descrever voltei ao passado e o (re)vivi. E vi a importância que a gestão compartilhada fez diferença em minha vida profissional. Espero de alguma forma ter contribuído com meu relato de experiência e aproveito para ressaltar que o uso consciente dos recursos reflete significativamente no processo pedagógico e na educação ofertada.

Como gestora me proponho a fazer sempre o melhor para a minha realidade local, mesmo que eu encontre pedras pelo caminho seguirei acreditando que é possível fazer uma educação que transforma que empodera e emancipa o indivíduo para fazer do seu ambiente um lugar melhor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação**: a posição dos docentes. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (PPGE/Unb). Brasília, 2000

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: [Ministério da Educação e do Desporto], 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14. jun. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao>

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: jun. 2022.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**, 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

SANTOS, C. R. dos. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002.

GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA QUE? POR QUÊ?

*Teresinha Minelli Tavares
Glaucia Cristina Cruz Severi
Denise Cristina Sartori Granja*

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Este artigo relata a experiência de três profissionais que trabalham em uma Escola Estadual localizada no bairro do Tatuapé/São Paulo. Buscamos de uma forma sucinta demonstrar um pouquinho da nossa história frente a uma gestão democrática pós aquisição dos recursos do PDDE.

No entanto antes de iniciarmos esses relatos achamos necessário situarmos você leitor sobre a importância do tema, uma vez que a nossa luta por uma gestão democrática pela escola pública pendura desde os primórdios de 1988 quando foi consolidada Constituição Federal e ainda pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Segundo Silva (2020), a luta envolveu muitos anos e nossos pioneiros da educação (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e outros) da época tinham a proposta de renovar a escola tradicional, pautadas no exercício da democracia, isto desde 1932 quando da elaboração de um documento intitulado “a reconstrução educacional no Brasil” que ficou conhecida como o manifesto dos pioneiros.

Quando discorremos sobre democracia várias são as definições e pensamentos, que nos veem a mente, no entanto precisamos nos situarmos de que democracia é essa que tanto falamos?

Aqui trataremos da democracia no Ensino Público que segundo Barbosa Filho (2004, p. 3) é:

a ação e o efeito de gerir a educação através da participação de todos os atores sociais que integram o universo educacional, objetivando atender às aspirações da sociedade por intermédio dos anseios daqueles que trazem e usam as escolas públicas.

Após lermos a explanação do autor pensamos: Como gerir essa educação de forma que todos possam se envolver nesse universo educacional? Como atender a todas as aspirações e anseios da sociedade? Quais são esses anseios? Várias indagações que nos levam a refletir que esse trabalho não é fácil, pois muitas vezes lidamos com dificuldades, seja por parte de alguns profissionais que possuem resistências acerca das mudanças propostas, por medo ou até mesmo por terem dificuldades de desenvolver um trabalho coletivo, outras

por parte da própria comunidade escolar que estão descomprometidos com o ensino e, ainda, por parte de alguns gestores que preferem uma gestão individualista. Como vocês podem perceber dificuldades existem, porém cabe a equipe gestora saber lidar com essas situações.

E vamos falar para vocês, não pensem que foi fácil para nós, principalmente para a gestão da escola lidar com todas essas situações, porém estávamos decididas a desenvolver um bom trabalho. Sabe aquelas coisas de destino? Pois é! Acreditamos que a união faz a força, que muitas cabeças pensam melhor que uma e até mesmo que para um verão se tornar belo basta muitas andorinhas. Brincadeiras à parte, foi apenas para descontrair e iniciar o relato sobre a (minha) atuação neste processo que se chama Gestão Democrática para que e por quê?

A partir daqui, eu Terezinha Tavares assumo o protagonismo da narrativa para apresentar a vocês esse relato. Tudo teve início no dia 15 de fevereiro de 2018 quando ingressei na Escola E.E. Dr. Benedito Estevam dos Santos. Era um dia de planejamento escolar. Lembro como se fosse hoje, assumi a direção me dirigi a sala que iria trabalhar e comecei observar a escola e achei tudo sem vida, sem cor, para ser franca achei um lugar sombrio.

A primeira coisa que pensei foi: Como transformar esse ambiente em um lugar bonito e acolhedor para alunos, professores e funcionários?

Como sempre acreditei que somos agentes transformadores e sou totalmente a favor de uma gestão democrática, comecei a explanar meu desejo de transformar a escola em um espaço melhor e mais acolhedor. Para minha surpresa muitas pessoas pensavam igual! Percebi que o sonho não era só meu e pensei: um sonho que se sonha junto passa a ser um sonho realizado muito mais fácil de se concretizar.

Então fui à luta, tracei vários planos e expus aos envolvidos no processo, porém me deparei com a barreira da falta de dinheiro, pois naquela época a escola recebia menos de dez mil reais, uma quantia irrisória para sanar todos os problemas de uma escola. Imaginem vocês ter que gerir uma escola com mais ou menos 400 alunos, com essa quantia e ainda sonhar em transformá-la numa escola acolhedora e bonita! Confesso que isso não estava nos meus planos me deparar com tão poucos recursos, mas não me deixei abater pois sentia a necessidade de proporcionar a todos uma escola de qualidade, a qual todos gostassem de estar.

Mediante aos fatos, em conjunto, decidimos traçar estratégias para arrecadar fundos para complementar a verba e realizar o desejo de uma escola viva. Com a colaboração de toda a comunidade, pais, alunos, professores e funcionários que o sonho foi se concretizando aos poucos, porém ainda faltava muitas coisas a serem feitas.

O PDDE é um recurso recebido pelas escolas que veio para ajudar muitas escolas a concretizar seus sonhos, contar com um dinheiro nunca visto na área Educacional realmente foi algo incrível. Pronto! Já seria possível termos uma escola de qualidade e bonita então fomos à luta.

Conseguimos com as verbas do PDDE federal e o do governo Paulista realizar mudanças não somente no básico como sempre nos cabia, mas, a transformação que nossos corações pediam e que nossas crianças mereciam.

Nas áreas de convivência onde tinha mato hoje temos uma pracinha com bancos, mesas de jogos e muito lazer para as crianças, onde o chão era rústico, temos um circuito com amarelinha, jogo de damas e desafios. As paredes que antes não tinham luz, são coloridas, possuem desenhos, alegria, vida e conseguem transmitir a mensagem de amor e carinho que temos com nossos alunos. Nossa escola é uma extensão da casa deles, onde aqui se passam de 8 a 9 horas diárias em um ambiente feliz.

Acredito e percebo enquanto gestora do espaço que as mudanças que realizamos fazem uma grande diferença na percepção dos alunos e das pessoas. Neste período de transformação podemos contar com a colaboração da nossa COE (Coordenadora de Organização Escolar) que ingressou no serviço público em 2006, esteve por 14 anos em sala de aula, sendo que em 2021 aceitou o desafio de ser Coordenadora Pedagógica ‘que considero o coração da escola’ podendo fazer parte de uma gestão escolar deixando de ter uma visão de sala de aula e expandindo o seu olhar como um todo.”

Em 2022, ela teve a oportunidade de trabalhar como Coordenadora de Organização Escolar, um novo desafio para a sua vida profissional e grande crescimento tanto profissional quanto pessoal, uma vez que uma equipe gestora precisa se entrosar muito bem, e foi o que encontrou, já que entendemos que todos precisam trabalhar em prol de nossas crianças, pois a escola é o segundo lar, é acolhedora, humana, e faz e fará a diferença na vida de todos que passam por aqui.

Seguindo os relatos, destacamos a experiência da Coordenadora de Gestão Escolar Pedagógica Sra. Denise Granja. Ela destaca:

“Estou nesta Escola trabalhando como Coordenadora Pedagógica a 5 meses. Assim que cheguei na recepção da secretaria para apresentação já notei uma diferença entre as minhas escolas anteriores, o ambiente claro, colorido, que sem perceber me trouxe um sorriso no rosto pensando em como devia ser agradável apresentar a escola para uma criança recém matriculada. Mas, o contentamento não parou na entrada da escola, pude conhecer todos os cantinhos da escola e constatar que ali havia não somente concreto e móveis, ali existia acolhimento. Passado esses meses, consigo concluir que o ambiente em que estamos inseridos interfere muito na nossa motivação, os nossos alunos sabem que a escola foi pensada para eles e aproveitam cada minuto que passam aqui.”

Sabemos que muito ainda precisa ser feito, porém temos certeza de que com esses repasses realizados através do PDDE tudo será possível e podemos lhes responder: Gestão Democrática para que e por quê? Para que possamos sermos útil a sociedade, para desempenharmos com qualidade o que nos propusemos a fazer, para que nossos sonhos se transformem em realidade e porque MERECEMOS uma escola democrática e de qualidade.

Imagem 1 – Corredor antes do PDDE



Imagem 2 – Corredor após o PDDE



Imagem 3 – Sala de aula antes do PDDE



Imagem 4 – Sala de aula após o PDDE



Imagem 5 - Quadrinha antes do PDDE



Imagem 6 - Quadrinha após o PDDE



Imagem 7 – Pracinha após o PDDE



REFERÊNCIAS

FILHO, Barbosa. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-da-acao-democratica> Acesso em: 10 ago. 2022.

[HTTPS://www.fnde.gov.br/index.php/programas/formacao-pela-escola/sobre-o-plano-ouprograma/historico](https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/formacao-pela-escola/sobre-o-plano-ouprograma/historico) Acesso em: 10 ago. 2022.

[HTTPS://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde) Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, Ana Maria. Formação Continuada/Artigo. **Revista Linhas** v. 20 n. 43, 2019.

O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE: experiência exitosa no Centro de Educação Infantil Águia Dourada em Ibirité – Minas Gerais

*Buarque Caetano Garíglio Dumont
Lenir Mendes Miguel
Yone Maria Gonzaga*

A Rede Municipal de Educação de Ibirité possui 35 Unidades Executoras – UEx que estão recebendo recursos do Governo Federal e tais verbas são do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE destinadas para os gestores escolares de uma forma suplementar. Em 2021 o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE disponibilizou a Plataforma de Índice de Desempenho da Gestão do PDDE – IdeGES dessa forma, nos faz refletir qual é o índice de gestão que as escolas municipais de Ibirité possuem? Este relato de experiência tem a finalidade de apresentar uma vivência exitosa de utilização dos recursos no Centro de Educação Infantil Águia Dourada, localizada em Ibirité – MG e torna-se importante investigar se Ibirité recebeu a parcela adicional do PDDE desempenho que é um reconhecimento do FNDE por boas práticas de gestão escolar, portanto, o estudo se justifica uma vez que os manuais do PDDE orienta os gestores terem de utilizar os recursos no ano vigente no qual foram destinados para as UEx. Neste sentido a adesão, planejamento, execução e prestação de contas são critérios de relevância na pontuação do IdeGES. Vamos ao nosso relato.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Criado em 1995, durante a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, tem como intuito realizar a suplementação de recursos financeiros direto para as unidades escolares municipais, estaduais, do Distrito Federal e escolas privadas sem fins lucrativos destinadas à educação especial. Esses recursos, ainda hoje, são geridos e enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

- FNDE às caixas escolares, observando-se o quantitativo de matrículas registradas no Censo Escolar do ano anterior. O PDDE visa à promoção da melhoria da infraestrutura física e pedagógica das instituições escolares (FNDE, 2021).

O Ministério da Educação – MEC é responsável por formular e implantar as políticas públicas do Governo Federal referente à educação, porém todos os programas são criados após as avaliações externas e dados coletados por meio do Censo Escolar, tendo assim o MEC um banco de dados para pensar a demanda nacional de uma forma mais ampla e abrangente.

Neste sentido, o Governo Federal, por meio das avaliações externas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB também faz o diagnóstico e monitoramento do sistema educacional brasileiro para fins de implantar suas ações e enviar os recursos da União para os estados e municípios com o objetivo de garantir o direito à educação e amenizar as desigualdades educacionais enfrentadas pelos estudantes da educação básica brasileira.

Destravando a burocracia: a organização documental como uma das estratégias da gestão

Para que as escolas públicas sejam contempladas com os recursos do Governo Federal, os gestores devem providenciar toda a documentação necessária e ficarem atentos quanto aos prazos de adesão e liberação das verbas, além da realização dos trâmites legais. Esses documentos são essenciais para que o gestor seja oficializado junto à Secretaria Municipal de Educação – SEME e ao FNDE como a pessoa física que será responsável pela gestão da Unidade Executora – UEx, parte jurídica.

É importante salientar que as redes municipais, estaduais e instituições filantrópicas possuem documentos (estatutos e regimento) que devem estar organizados para que a instituição possa pleitear os recursos do PDDE enquanto uma política pública. Assim, deve-se estar atento ao período de mandato dos membros da UEX e/ou efetuar a recomposição de mandatos de todos os da coordenação, por isso o diálogo entre a gestão e a comunidade escolar é tão prioritário na hora de sensibilizar para a participação social, pois estar munido dessa documentação é fundamental.

As escolas estarão aptas a captar recursos à medida em que não houver nenhuma pendência na documentação da instituição. As mesmas deverão ser averiguadas, uma vez que cabe ao gestor responsabilizar-se pela resolução das questões burocráticas da instituição. Após tomar ciência dos documentos, os gestores deverão registrar no cartório e procurar um Contador para providenciar o Documento Básico de Entrada – DBE e atualizar ou alterar os dados na Receita Federal do representante legal da instituição.

A regularização da documentação estará considerada apta a captar todos os recursos referentes aos Programas do Governo Federal quando estiverem registrados em cartório (ata registrada) e findados todos os procedimentos na Receita Federal como declaração de impostos pagos em dia. Para gerenciamento dos recursos é primordial a participação regular do colegiado que também delibera as ações dos gestores e se faz necessário para manter a continuidade dos futuros recebimentos de recursos para a instituição tornando a gestão democrática.

Orientação para os gestores

Após a resolução das pendências do cartório e Receita Federal os gestores deverão procurar as Entidades Executoras – EEX para que façam o cadastro no sistema do PDDE interativo e PDDEWeb. Esses cadastros são essenciais para o funcionamento da dinâmica da Secretaria de Educação e gestores escolares uma vez que são ferramentas que possibilitam o envio de informações dos gestores e escolas para o Ministério da Educação – MEC.

O Governo Federal por meio do MEC implantará as políticas públicas educacionais em parceria com os estados e municípios, sendo assim, sempre se faz necessário a divulgação das ações bem como as datas para aderirem aos programas.

Os Secretários estaduais e municipais de educação devem manifestar interesse, para posteriormente os recursos serem disponibilizados e executados, no entanto, os gestores estaduais e municipais deverão ficar atentos aos prazos de adesão quanto às orientações também aos diretores das UEX caso contrário não serão disponibilizados recursos financeiros pelo FNDE.

Ibirité e a Rede Municipal de Educação: contextualização

A cidade de Ibirité está localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH e possui, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 184.030 habitantes. Em Ibirité, há 39 escolas municipais e 13 instituições conveniadas, entre estas está uma das Instituições de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com 150 discentes, e, também a Associação Pestalozzi que atende 174 discentes do segmento da Educação Especial e Inclusiva (INEP, 2021).

A rede municipal de educação de Ibirité possui atualmente 16.808 discentes, sendo 4.297 na educação infantil e 12.511 do ensino fundamental (CENSO ESCOLAR, 2021). Os indicadores educacionais do município referente ao Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB são de 6.1 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4.5 para os anos finais do ensino fundamental.

Dentre as 39 escolas da rede municipal, 35 possuem Unidades Executoras – UEX sendo contempladas com os recursos do Governo Federal, esses recursos são enviados por meio do FNDE para atender os seguintes programas do ensino fundamental: Programa Dinheiro da Escola – PDDE básico, Educação Conectada, PDDE Emergencial, Tempo de Aprender, Sala de Recursos, Programa Educação e Família e Programa Brasil na Escola.

Esses programas são implantados conforme a orientação da Secretaria Municipal de Educação – SEME em parceria com os gestores das escolas municipais, contemplando segmentos de ensino específicos para fins de custear de forma suplementar as ações estruturais e pedagógicas de cada escola.

O Governo Federal lançou a Plataforma Índice de Desempenho da Gestão do PDDE (IdeGES – PDDE) no intuito de acompanhar e monitorar as escolas que são contempladas com os recursos do PDDE, e, além disso, busca-se reconhecer iniciativas exitosas. Os indicadores coletados por essa plataforma têm como critérios três indicadores que são fundamentais para o diagnóstico da gestão escolar dos estados e municípios: a *adesão* para participação dos programas federais, a *execução* dos recursos no ano vigente e a utilização conforme definição de finalidade pela comunidade escolar, bem como a realização das *prestações de contas* (FNDE, 2022).

Essa nova forma de monitorar os gestores educacionais quanto a utilização dos recursos dos estados e municípios nos faz indagar se a rede municipal de educação de Ibirité está ou não cumprindo os critérios do IdeGES ou se até mesmo possui alguma escola que foi reconhecida tendo em vista a iniciativa exitosa de gestão? Devido a esses questionamentos, o estudo tem o objetivo de investigar o IdeGES de Ibirité bem como se alguma escola recebeu ou não a parcela do PDDE de desempenho.

A pesquisa foi realizada por meio do relato de experiência, uma vez que se justifica devido o Guia de Orientação do PDDE orientar os gestores a utilizarem os recursos enviados do FNDE para as escolas no ano vigente no qual foram destinados para as Unidades Executoras – UEx (FNDE, 2021).

O IdeGES e a Rede Municipal de Educação de Ibirité

O Governo Federal após o lançamento da Plataforma Índice de Desempenho da Gestão do PDDE (IdeGES – PDDE) possibilitou que os municípios pela primeira vez pudessem acompanhar e monitorar de uma forma específica o índice de execução de recursos das escolas e comparar também os índices de cidades vizinhas que participam dos mesmos programas disponibilizados pelo Ministério da Educação.

A Secretaria Municipal de Educação de Ibirité, após consulta no painel IdeGES – (2018-2021) identificou que Minas Gerais possui 9.598 Unidades

Executoras que receberam recursos em 2021, além disso 928 receberam parcelas adicionais do PDDE desempenho e de uma forma geral Minas Gerais atingiu uma média no IdeGES de 8,33.

A rede municipal de educação de Ibirité alcançou de uma escala de avaliação de 1 a 10, o índice de 9,06. Em comparação com os municípios das proximidades, a cidade da capital Belo Horizonte atingiu 8,44 e Brumadinho 8,91. Devido ao índice alcançado Ibirité foi contemplado e premiado com a parcela do PDDE de desempenho para o Centro de Educação Infantil – CEI Águia Dourada recebendo do FNDE um montante de R \$4.360 para custear as ações da escola.

A Gestão Escolar da CEI Águia Dourada: relato de experiência

O Centro de Educação Infantil - CEI do Bairro Águia Dourada está situado na Av. João Evangelista Grossi nº112 Bairro Águia Dourada Ibirité, região considerada de vulnerabilidade social. Esta CEI contém 216 alunos matriculados atualmente. No âmbito da composição do corpo docente a escola possui 20 professoras, 4 auxiliares de sala e 2 auxiliares de inclusão. As salas de aula são frequentemente o espaço de convivência com crianças de etnias diferentes.

A CEI Águia Dourada é atualmente contemplada com a verba do PDDE e nos últimos anos desde 2018 até 2022 vem sendo contemplado com os Programas : PDDE básico, PDDE Emergencial, Educação Conectada e por último foi premiado com os recursos do PDDE desempenho, devido ter sido considerada exemplo de gestão conforme IdeGES a escola conseguiu atingir o índice 9,56.

A garantia da permanência das futuras parcelas se dá devido ao uso adequado dos recursos que deverão seguir as legislações atualizadas do MEC, dessa forma, essas ações exigem da gestão escolar seguir e respeitar as orientações básicas informadas pelos responsáveis do setor dos programas federais da SEME, além disso é necessário realizar todo processo de atualização da documentação da escola, sendo assim a escola estará apta a participar de toda tramitação dos repasses de recursos do FNDE para os estados e municípios.

PDDE : A importância dos recursos para a gestão escolar

O Centro de Educação Infantil – CEI Águia Dourada diante as informações disponibilizados⁵ aderiu aos Programas, **PDDE básico** na modalidade 80% de custeio e 20% de capital possibilitando adquirir os seguintes materiais pedagógicos para os professores : A máquina de encadernação e plastificação, jogos pedagógicos, canetão, EVA, cartolina entre outros. O

5 O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE possui um site que disponibiliza informações de todos estados e municípios no quesito recebimentos de repasses financeiros do PDDE que pode ser acessado por meio do link: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc#.

Programa **Educação Conectada** possibilitou ampliar a conectividade nas salas de aulas adquirindo equipamentos de wifi e roteadores, além disso, foi adquirido o Notebook que é disponibilizado para o uso de todos os professores (as); O **PDDE Emergencial** foi essencial para as escolas adquirirem itens para combater a COVID-19 dentre eles estão: O tapete sanitizante, máscaras, álcool em gel, papel toalha, termômetro digital, sabonete em líquido, suporte para sabonete, bebedouros, torneiras, e pequenas manutenções nas portas de banheiros durante o período pandêmico.

Atualmente o recurso não é suficiente para todas as demandas necessárias da escola, porém é de grande valia todos os recursos financeiros que chegam até a instituição, pois é possível transformar situações adversas em tempos oportunos. Os materiais pedagógicos adquiridos possibilitam às professoras desenvolverem um trabalho prazeroso e satisfatório. Até o momento foi possível também viver uma experiência exitosa ao investir parte do recurso do PDDE básico para adquirir os materiais para construção de armários para a biblioteca da escola, sendo que a SEME disponibilizou um funcionário que construiu o armário planejado.

A relação harmoniosa entre gestão escolar e SEME é primordial em cada conquista. Além destas verbas a escola pode contar também com ajuda da prefeitura por meio do setor da Assistência Educando (Almoxarifado da SEME) onde ficam armazenados todos os itens, equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e alimentação escolar que são adquiridos com a transferência dos 25% dos recursos constitucionais, 30% do Novo Fundeb e Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Esses recursos são prioritários para o investimento na educação básica e são predominantes na dinâmica da Gestão Escolar democrática, tendo o PDDE uma fonte de recurso que irá agregar as Unidades Escolares – UEx oportunizando autonomia da gestão escolar.

Imagem 1 – Plastificadora



Imagem 2 – Armário Planejado



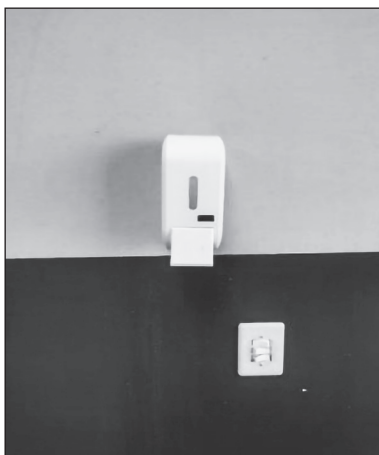
Imagem 3 – Totem



Imagem 4 – Encadernadora



Imagem 5 – Dispensador de sabonete



**Imagem 06 – Notebook –
Cinema para os discentes**



Prestações de contas

As UEx estarão sempre em sintonia com as Entidade Executoras – Eex quanto à organização documental que são essenciais para comprovação da utilização dos recursos financeiros enviados pelo Governo Federal. Os diretores escolares deverão solicitar o cartão PDDE e os cheques para fins de movimentação das contas bancárias. As escolas serão monitoradas pelo Banco do Brasil que caso necessário possibilitará a retirada dos extratos bancários para serem entregues na SEME até o final do ano letivo junto com a prestação

de contas. Atualmente também é possível que os diretores baixem o aplicativo do Banco do Brasil e façam pagamentos e transferências bancárias.

Os gestores são orientados sempre a realizarem os três orçamentos tendo predominância o menor preço e a preferência de aquisição das prestações dos serviços aos comerciantes da região, dessa forma, o intuito é movimentar a economia da cidade. A pasta contendo os documentos comprobatórios serão enviados para a SEME até o final do ano letivo que será submetido ao sistema SIGPC até o dia 30 de abril do ano subsequente do recebimento do recurso.

Considerações

A gestão escolar deverá priorizar a burocracia institucional quanto aos prazos de adesão aos Programas Federais em parceria com a SEME para aderir, planejar, executar e prestar contas de todos os recursos recebidos pelo FNDE. É essencial que os gestores saibam que cada recurso recebido existe uma legislação específica para ser cumprida, os recursos devem ser usados para implantar as políticas públicas de acordo com a realidade local e territorialidade.

As Unidades Executoras deverão compreender que os recursos oriundos do PDDE são essenciais para aquisições de materiais pedagógicos, bens permanentes e pequenos reparos na estrutura da escola, porém não isentam as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação de realizarem todas as ações em prol de melhorias da infraestrutura escolar, além de proporcionar suporte pedagógico das escolas com outras fontes de recursos.

O PDDE Desempenho será destinado para os municípios e escolas que estejam sempre em efetividade/diálogo quanto à adesão e utilização dos recursos, pois destravar a burocracia também é essencial para boas práticas de conexão e gestão escolares.

REFERÊNCIAS

CENSO ESCOLAR, EDUCACENSO. 2021. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/> Acesso em: 11 jul. 2022.

FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL (FUNDEF). Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm> Acesso em: 11 jul. 2022.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Liberações - Consultas Gerais. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_01_pc Acesso em: 11 jul. 2022.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Monitora o PDDE. Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGes- PDDE). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-opdde>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Senado aprova PEC que torna o Fundeb permanente. 2020. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticia_s/item/13783-senado-aprova-pec-que-torna-o-fundeb-permanente Acesso em: 10 dez. 2021.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde> Acesso em: 11 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ibirite/historico>. Acesso em: 11 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA.(INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). 2021. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/> Acesso em: 11 jul. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTÁRIO BASEADO EM FINALIDADES PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARÍLIA – SP

Helter Rogério Bochi

Renata Guedes do Nascimento Azevedo

Érika Christina Kohle

Este relato tem como objetivo evidenciar as contribuições do *Planejamento de Atividades e Orçamentário baseado em finalidades* utilizadas pelas Associações de Pais e Mestres da Secretaria Municipal de educação do Município de Marília. Apresentamos esse plano porque ele foi um instrumento facilitador de ações democráticas nas Escolas municipais.

O *Planejamento de Atividades e Orçamentário baseado em Finalidades* surgiu de uma demanda identificada pelo setor da Secretaria Municipal da Educação, responsável por mediar as prestações de contas das APMs-Associações de Pais e Mestres das unidades escolares municipais, durante o período de 2019 e 2020, a partir da constatação da necessidade de execução de recursos direcionados à escola pelo Governo Federal e de participação democrática dos órgãos colegiados nessas escolas para o direcionamento de tais verbas.

Em 2018, esta demanda contava com um percentual de apenas 47,44% de execução dos recursos advindos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Governo Federal, derivando em recorrentes reprogramações de recursos, que resultaram em um montante de aproximadamente R\$ 500 mil reais não utilizados pelas escolas municipais, acarretando um prejuízo na suplementação da manutenção das escolas e o não investimento no comércio local.

Segue Planilha de Monitoramento da Execução dos Recursos de 2018 a 2020 do Município de Marília.

Tabela 1 – Planilha de Monitoramento da Execução dos Recursos de 2018 a 2020

SALDO REPROGRAMADO 2018	R\$122.429,72	R\$99.540,85	R\$221.970,57	R\$131.574,52	R\$34.933,44	R\$166.507,96	R\$37.193,33	R\$29.024,16	R\$66.217,49
(+) REPASSE PDE 2019	R\$169.144,00	R\$238.976,00	R\$408.120,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
(+) RECURSOS PRÓPRIOS 2019	R\$3.157,45	R\$9.132,24	R\$12.289,69	R\$409,03	R\$0,00	R\$409,03	R\$29,98	R\$708,11	R\$738,09
(+) RENDIMENTOS 2019	R\$2.503,39	R\$3.621,61	R\$6.125,00	R\$2.050,94	R\$755,51	R\$2.806,45	R\$434,99	R\$513,17	R\$948,16
(=) RECEITA TOTAL 2019	R\$297.234,56	R\$351.270,70	R\$648.505,26	R\$134.034,49	R\$35.688,95	R\$169.723,44	R\$37.658,30	R\$30.245,44	R\$67.903,74
(-) RECURSO UTILIZADO EM 2019	R\$267.088,11	R\$310.945,39	R\$578.033,50	R\$117.488,41	R\$28.189,83	R\$145.678,24	R\$8.924,79	R\$19.491,12	R\$28.415,91
			89,13%			85,83%			41,85%
(=) SALDO REPROGRAMADO PARA 2020	R\$28.788,53	R\$41.683,23	R\$70.471,76	R\$18.663,76	R\$5.381,44	R\$24.045,20	R\$28.714,77	R\$10.773,06	R\$39.487,83
			10,87%			14,17%			58,15%

Fonte: Setor de Convênios da Secretaria Municipal de Educação (2021).


No ano de 2019, além da ausência de execução, o setor diagnosticou outros indicadores

- como motivadores da implementação deste planejamento:
- ausência de participação efetiva dos colegiados nas Escolas;
- ausência de planejamento orçamentário das APMs;
- presença de gestores escolares hesitantes em executar os recursos e,
- baixo Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (Ideges), fazendo com que o setor vislumbasse a implementação desta proposta.

O modelo de planejamento proposto teve como finalidade: assegurar a participação social, fortalecer a autogestão escolar, promover o controle social e fomentar a gestão democrática, visando a eficiência na prestação dos serviços públicos e contribuindo com a qualidade dos índices educacionais.

Segue o modelo do *Planejamento de Atividades e Orçamentário baseado em Finalidades*:

Imagem 1, 2 e 3 – Planejamento de Atividades e Orçamentário baseado em Finalidades

	Plano de Atividades e Orçamentário da Associação de Pais e Mestres
EMEI/EMEF/EMEFEI:	
<hr/>	
<u>Referência: 2022*</u>	
ETAPA 1 - LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES	
<ol style="list-style-type: none">1. Utensílios de Cozinha (batedeira e liquidificador).2. Material Esportivo (Bolas, coletes e cones).3. Estudo de Meio (Fazenda Floresta).	
ETAPA 2-FINALIDADE:	
<u>Finalidade 1</u> - Planejamento em conformidade com o Estatuto Padrão:	
<ol style="list-style-type: none">a) Melhoria de ensino;b) desenvolvimento de atividades assistenciais prestadas aos alunosc) Conservação e manutenção do prédio, dos equipamentos e das instalações.d) Programação de atividades cívicas, culturais, desportivas, sociais, comunitárias e de lazer em que se empenhe a escola.	
<u>Finalidade 2</u> - Planejamento em conformidade com o PPP da escola;	
<u>Finalidade 3</u> - representar as aspirações da comunidade, dos pais, dos alunos e da equipe escolar, junto à Escola.	

ETAPA 3 - DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	
1. Baile de Carnaval	
2. Festa da Pizza	
JUSTIFICATIVAS: PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA	
PEDAGÓGICA	ADMINISTRATIVA
1.1 Manifestação Cultural	1.1. Rifa Melhor Fantasia
2.2 Culminância do Projeto - "Alegorias".	

ETAPA 4 - MONITORAMENTO DA PLANILHA DE BALANÇO FINANCEIRO.**ETAPA 5 - APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ESCOLA E DA APM EM ASSEMBLEIA.**

Membros do Conselho de Escola Decreto n 11881/16		Membros da APM Decreto nº 12654/2019	
Diretor	Alberto de Souza	Presidente	Alberto de Souza
Servidor		Vice-Presidente	
Docentes		Secretário	
Docentes		1º Tesoureiro	
Docente		2º Tesoureiro	
Pais/responsáveis		Conselho Fiscal Presidente	
Pais/responsáveis		Conselho Fiscal	
Pais/responsáveis		Conselho Fiscal	
Pais/responsáveis		Conselho Fiscal	
		Conselho Fiscal	
		Vogais (4)	

ETAPA 6-AVALIAÇÃO DO PLANO - EQUIPE ESCOLAR E COMUNIDADE.

RESULTADOS PREVISTOS	RESULTADOS ALCANÇADOS	RAZÕES

Fonte: Setor de Convênios da Secretaria Municipal de Educação (2021).

Ao implementar o *Planejamento de Atividades e Orçamento baseado em Finalidades* nas Escolas Municipais de Marília, elencamos alguns aspectos que o dificultaram e outros aspectos que favoreceram, os quais serão descritos a seguir.

Os aspectos que dificultaram o uso *Planejamento de Atividades e Orçamento baseado em Finalidades* foram:

- a insegurança dos gestores em relação ao planejamento financeiro anual;
- a dificuldade no monitoramento bancário das APMs; a falta do entendimento da equipe de gestores com relação à participação do colegiado como órgão que fortalece as decisões e compartilhamento das responsabilidades;
- a ausência ou o número reduzido de gestão documental nas etapas de produção e armazenamento de dados das prestações de contas dos anos anteriores;

- a compreensão reduzida de que plano estratégico não é processo meramente burocrático, mas norteador das ações escolares;
- as inúmeras remoções anuais dos gestores das escolas, ocasionando a descontinuidade de planejamentos a longo prazo de gestão de recursos orçamentários.

Os aspectos que favoreceram o uso do *Planejamento de Atividades e Orçamentário baseado em Finalidades* foram:

- os gestores reconhecerem a necessidade de ampliar o Ideges, como um indicador que também mensura a qualidade do ensino, por meio da efetividade da gestão financeira das escolas, fazendo com que os gestores tomassem ciência da dimensão do não planejamento e da não execução dos recursos;
- a reestruturação do Setor responsável pela gestão de recursos orçamentários da Secretaria da Educação, modificando os processos e demandas sem participação democrática para estratégias que estavam sendo implementadas.

Ademais, para a adoção e manutenção do *Planejamento de Atividades e Orçamentário baseado em Finalidades* foram necessários os recursos humanos, físicos, materiais e administrativos, tais como: a reformulação do setor da Secretaria da Educação por meio da modificação dos processos e implementação de modelos de planejamentos que contribuíssem para a eficácia da execução de recursos orçamentários para a manutenção escolar e para a garantia dos processos pedagógicos, e, conseqüentemente, de processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse sentido, o *Planejamento de Atividades e Orçamentário baseado em Finalidades* contribuiu para a melhoria dos indicadores e para a superação de muitos problemas já elencados.

A proposta atingiu grande percentual de seu objetivo - alavancar a qualidade das manutenções escolares nos aspectos administrativos, estruturais e pedagógicos –, tendo como foco a melhoria constante da qualidade de ensino ofertada no município.

O resultado desta ação contribuiu diretamente no aumento da média do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES) do município, passando de 4,6 para 9,47, resultado este que ultrapassou a média nacional que atualmente é de 8,48.

O percentual de execução dos recursos do PDDE e dos recursos próprios da APM, ascendeu de 47,44% para 89,13% já no primeiro ano de implementação do projeto.

O *Planejamento de Atividades e Orçamento baseado em Finalidades* também contribuiu para um direcionamento assertivo dos gestores na manutenção dos espaços físicos das unidades escolares, para assegurar a conectividade e distribuição de internet em todas as escolas e para uma redução significativa das pequenas demandas ao setor central de manutenção escolar da Secretaria Municipal da Educação.

Por meio desta prática, a comunidade escolar de cada unidade de educação foi diretamente beneficiada por meio da reformulação dos espaços físicos das escolas.

Seguem fotos de alguns dos exemplos de espaços físicos das escolas reformulados:

Imagens 4, 5, 6, 7, 8 e 9 – Exemplos de espaços físicos das Escolas Municipais de Marília reformulados



Fonte: Setor de Convênios da Secretaria Municipal de Educação (2021).

Além disso, foi possível que todas as unidades distribuíssem o sinal de internet para os ambientes, possibilitando a continuidade ou a implementação dos projetos pedagógicos, observados nas figuras a seguir:

Imagens 10 e 11 – Exemplos de aparelhos de conectividade adquiridos pelas Escolas Municipais de Marília



Fonte: Setor de Convênios da Secretaria Municipal de Educação (2021).

Com a implementação do *Planejamento de Atividades e Orçamento baseado em Finalidades*, o comércio e os prestadores de serviço do município também foram beneficiados pelo aumento da procura dos seus serviços e dos seus produtos.

Justificamos a consolidação desta prática pelo seu caráter estratégico não só com o levantamento das necessidades e na execução dos recursos, mas como instrumento necessário para realimentar o planejamento da gestão de recursos orçamentários, com avaliações do método implantado, oficinas de aperfeiçoamento da ação e o reconhecimento e incentivo às práticas de sucesso.

Em relação ao item de avaliação do processo e aperfeiçoamento da ação, o setor de convênios já reiniciou essa etapa em fevereiro de 2022.

Foi realizada a formação dos colegiados e a socialização de práticas bem-sucedidas como continuidade deste projeto.

Já em relação ao reconhecimento e incentivo dos gestores participantes de tal prática, realizamos a premiação com certificação: “Prestador de contas nota 10”, ação esta que será reiterada neste ano.

O elemento de inovação do *Planejamento de Atividades e Orçamento baseado em Finalidades* está em sua execução no âmbito educacional e no acompanhamento do serviço prestado, ou seja, em oferecer uma visão estratégica aos gestores escolares, reforçando que toda ação planejada impacta diretamente na qualidade dos serviços públicos prestados.

Replicabilidade

Outros municípios se beneficiaram ao adotar esta prática, pois ela ocasiona a diminuição de pequenas demandas ao setor central de manutenção

da Secretaria da Educação ou órgão equivalente, proporciona agilidade da manutenção escolar por meio da constância na preservação dos espaços físicos e dos projetos pedagógicos, além de fortalecer a autonomia dos gestores escolares e a participação dos colegiados na construção de uma educação democrática e de qualidade.

O *Planejamento de Atividades e Orçamento baseado em Finalidades* tem por finalidade promover a autonomia dos gestores e implementar uma gestão compartilhada.

A resistência de implementação desta prática poderá ser a quebra de paradigmas de uma gestão centralizadora da Secretaria e do gestor escolar. Uma vez que, estas duas instâncias de gerenciamento (Secretaria e Gestor escolar) deverão alterar o “modelo” das tomadas de decisões de formato déspota para participativo e democrático.

Para assegurar o sucesso da implementação do planejamento é necessário a formação contínua dos gestores e colegiados, além de um monitoramento da execução dos recursos e da qualidade da descrição do planejamento orçamentário das Escolas.

REFERÊNCIAS

SÃO PAULO. **Parcerias Municipais**. Disponível em: <https://gestao.parceriasmunicipais.sp.gov.br/planoacao/index.php>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

GESTÃO INICIANTE E DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA: autobiografia temática de um processo formativo

*Luciane Ribeiro Dias Gonçalves
Carlos Antonio Resende Filho*

Neste trabalho faremos o relato de experiência que resgata a memória formativa de um gestor iniciante que, na orientação de estagiários/as do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Uberlândia-campus Pontal, confrontou o exercício de sua profissão com o referencial teórico sobre o tema. A metodologia utilizada foi a de História Oral, especificamente com a autobiografia temática e as análises foram de narrativa temática. No relato, o gestor informa como foi o início do seu mandato em uma escola pública, onde deparou-se com o desafio de administrar a mesma de forma democrática e organizada. Entre tantos desafios impostos para o início da nova função, questões relacionadas à descentralização financeira destacaram-se. Iniciaremos este exercício apresentando a experiência formativa que provocou o debate aqui realizado. Em seguida apresentaremos a autobiografia temática de um gestor, que no início do mandato, participou da experiência. Entendemos que a experiência trouxe benefício da reflexão para o gestor de forma a amadurecer a sua prática administrativa do mesmo. Eis o relato.

Cecampe Sudeste na formação inicial e continuada de gestores/as

Os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – Cecampes formam um programa nacional, subdividido por regiões, que é financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Os Cecampes buscam subsidiar a formação de gestores/as a respeito da descentralização financeira realizada pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e suas ações integradas. O Cecampe Sudeste, sediado na Universidade Federal de Uberlândia, em especial, baseia suas ações no tripé da universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Neste relato especificamente, estaremos visibilizando ações realizadas no âmbito do Eixo Ensino, aportado na ligação entre a Disciplina Estágio Supervisionado I, do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, e as atividades de grupo de estudos de gestores/as

das escolas municipais de Ituiutaba – MG. Por meio do Eixo Ensino, criou-se diálogo entre gestores/as da rede municipal de ensino, de Ituiutaba – MG com os/as discentes da Pedagogia, numa prática formativa que juntou a formação inicial com a formação continuada. Assim, tanto discentes da disciplina Estágio Supervisionado I, quanto gestores/as municipais em exercício, passaram a estudar coletivamente a fundamentação teórica-prática a partir dos cadernos formativos do Curso “Trilhas no PDDE”, oferecido pelo Cecampe Sudeste.

Como estas atividades aconteceram no período pandêmico (entre 2020 e 2021), o processo formativo inicial e continuado aconteceu de forma remota. As metodologias utilizadas para as atividades reflexivas foram de webinários, rodas de conversas e encontros síncronos.

Os webinários objetivaram trazer temáticas relevantes sobre gestão e utilização de recursos. Foram realizados com a presença de palestrantes convidados e os assuntos foram eleitos em votação de forma coletiva a fim de atender as expectativas de gestores/as e discentes. Logo em seguida foram feitos convites aos palestrantes que possuíam conhecimento sobre os mesmos. As temáticas abordadas nesta atividade foram: “Políticas públicas de Estado, ações e interações”, “PDDE e os dados escolares na perspectiva da adesão, execução e prestação de contas” e “Finalização do PDDE – prestação de contas na descentralização financeira”. Todos webinários tiveram participação de palestrantes ligados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Cecampe Sudeste.

Após os webinários, como sequência dos mesmos, foram realizadas rodas de conversas. Este momento foi rico em troca de experiências. Foram oportunidades em que gestores/as e discentes puderam conversar abertamente sobre como os debates teóricos dos webinários se concretizavam na prática do/a gestor/a, no cotidiano escolar. Diálogos sobre temas como gestão democrática e participativa, adesão ao PDDE, execução do financiamento de forma eficiente e a consecução da prestação de contas foram realizados nas rodas de conversa. As rodas tornaram-se importantes para este processo formativo como práxis pedagógicas como anunciada por Freire (1987), pois relacionaram os debates teóricos dos webinários com os depoimentos dos/as gestores/as sobre suas atividades na atuação.

Além disso, gestores/as e discentes encontraram-se nos momentos síncronos das orientações. As orientações foram mais intimistas porque possibilitaram conversas em pequenos de gestores/as e discentes sobre os temas estudados, lidos e ouvidos por meio das atividades apresentadas anteriormente. Partindo desta experiência formativa, surge o relato de experiência que focaremos aqui.

O gestor iniciante deste relato, ingressou para o grupo profissionais da Educação concomitante ao grupo de estudos que orientou o estágio supervisionado de estudantes do curso de Pedagogia da UFU. Justamente nesta troca de saberes que a práxis pedagógica foi instalada. Aqui a opção foi a da narrativa das vivências e experiências, posto que compreendemos ser esse processo rico de

significados. Assim, a metodologia escolhida para o relato de experiência foi da História oral, especificamente da autobiografia temática, por possibilitar que o/a narrador/a decida o que vai relatar; dê o encaminhamento que melhor lhe convenha, selecionando e construindo individualmente seu texto, ele próprio ordene e de racionalidade a seus atos e decisões. Gusdorf (1996) *apud* Gattaz, “a narrativa traz o testemunho de uma pessoa sobre si mesma, o debate de uma existência que dialoga com ela própria, na busca de sua fidelidade mais íntima” (p. 527).

Passaremos então para a autobiografia temática que assenta na “perspectiva narrativa”, onde a escrita do texto foi feita na primeira pessoa com intuito de demonstrar que a posição que o narrador ocupa é o próprio autor (HATCH, 1996). As análises foram de “narrativa temática” centrando no que está sendo dito.

Representações de um gestor sobre o processo formativo – autobiografia

Segundo algumas definições em dicionários online de Língua Portuguesa, conclui-se que gestor é um indivíduo responsável pela administração e pelo gerenciamento dos bens ou dos negócios que pertencem a outra pessoa, empresa ou instituição, ou seja, alguém responsável pela tomada de decisões de um determinado local.

Seguindo essas definições e tendo uma visão de coordenação, pode-se compreender uma, das quatro, concepções elucidadas por Barroso (2005) citado por Godinho (2013), a concepção gerencialista, onde o diretor escolar é visto como o gestor, preocupado essencialmente com a administração dos recursos, com formação e competências técnicas específicas, de forma colaborativa e democrática, com o objetivo de garantir a eficiência dos resultados alcançados.

Porém sabemos que as funções do gestor escolar assumem atribuições além das observadas nesta visão, com responsabilidades na organização e gestão não limitam-se à parte burocrática, Ela estende-se por todos os setores da escola. Entre suas funções o/a gestor/a deva também acompanhar questões prático-pedagógicas, envolvendo assim com a Educação de qualidade que passa por contribuir com o currículo e seu enriquecimento, recursos humanos, avaliação do desempenho dos professores, mediação de questões interpessoais, dentre outras, as quais vão ao encontro da visão de Luck (2004). Nesta vertente, o autor cita que “é do diretor da escola a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, e controlando todos os recursos para tal” (LUCK, 2004, p. 66).

Contudo, entendemos que esta tarefa não pode ser executada de forma isolada e solitária. Refletindo sobre o contexto histórico da gestão, optamos por assumir a postura relacionada à gestão democrática. Entendemos que é ela que envolve toda a comunidade escolar e tende a ser mais exitosa e facilitada pela contribuição de vários sujeitos envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem e administração da verba pública. Desta forma, os princípios da gestão democrática impactarão também na gestão de recursos públicos enviados diretamente para a escola, trazendo para o debate deste relato questões relacionadas à gestão de recursos financeiros.

O caderno Gestão democrática do Cecampe Sudeste, que compõe o Curso Trilha no PDDE aponta para que:

A descentralização, ensejada pelo PDDE, pode contribuir para instrumentalizar a comunidade escolar a se engajar na luta em prol da gestão democrática e da escola pública. A organização coletiva poderá garantir a melhor compreensão dos gastos públicos e também envidar esforços para a aquisição de mais investimentos educacionais por meio de recursos públicos (CECAMPE, 2021, p. 25).

Para exercer tal cargo, países, estados e municípios definem critérios de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação, que apesar de estabelecerem uma gestão democrática, não obriga as eleições escolares, porém, define critérios e normas para tal função. Na cidade de Ituiutaba/MG, no Pontal do Triângulo Mineiro, a escolha dos gestores escolares dá-se por indicação realizada pelo poder executivo, compondo um cargo de confiança da gestão e levando em consideração profissionais que sejam aptos para tal função. Contudo o processo de indicação segue critérios definidos na lei que estabelece, entre outras coisas, a necessidade de que a indicação seja feita no quadro de funcionários efetivos e que tenham a formação adequada para o cargo.

Em março de 2021, durante um dos picos da pandemia causada pela COVID-19, recebi um convite para desempenhar a função de diretor escolar. Efetivo na instituição há 4 anos, com 7 anos de experiência como docente, licenciado em Matemática e mestre em Ensino de Ciências e Matemática cumpria os pré-requisitos para exercer a função. Contudo, sentia-me com medo, receio, devido pouca experiência profissional e ciente da responsabilidade em ser gestor de uma escola pública com aproximadamente 800 alunos, 120 funcionários, atendendo da educação infantil aos anos finais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. A incerteza e o medo me fizeram refletir sobre aceitar ou não o convite. Após refletir no real significado que dou a docência e o quanto essa experiência seria rica em minha vida profissional e pessoal, aceitei o desafio.

Após a ambientalização como gestor, começaram as demandas relacionadas ao PDDE, eleição e posse dos novos componentes dos cargos que

constituem a Unidade Executora (UEX), um longo caminho para o registro das atas e do novo estatuto escolar em um cartório, várias idas ao Banco do Brasil, para então ter acesso às contas e movimentações da escola.

No meio desse processo de iniciação a gestão, veio o convite para participar de uma reunião com gestores e as professoras do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, para uma possível parceria no campo do estágio supervisionado, tendo como foco a gestão. Neste momento, senti como se fosse um *dejavú*, me vi a alguns anos atrás indo em busca dos estágios supervisionados, os quais nem sempre levamos muitas contribuições.

Por se tratar de um ano pandêmico e com aulas e atividades remotas, os/as estagiários/as iriam dialogar com os gestores sobre gestão democrática, com foco no Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE e as ações que o permeiam, por meio de ferramentas digitais.

Após aceitar o convite, começamos com as reuniões, rodas de conversas, orientações e webinários, conforme descrito no item acima. Neste mesmo cenário, começaram as ações do Cecampe Sudeste, com o foco de assessoria aos gestores em um processo colaborativo, onde me sentia seguro e a vontade para sanar dúvidas em relação a execução dos recursos do PDDE.

Sabe-se que, para a consecução da descentralização financie os recursos do PDDE possuem três pilares centrais: adesão, execução e prestação de contas. Em relação a adesão, não encontrei nenhuma dificuldade, visto que nossa secretaria de educação fica lembrando os prazos e a diretora anterior me auxiliou nesse processo. A execução, foi o processo acompanhado pelos estagiários/as.

O processo de execução foi o mais desafiador, reunir com o colegiado, durante a pandemia, e acertar em ações que reduzissem as desigualdades sociais que a pandemia e o ensino remoto reforçaram. Para propiciar o momento coletivo e democrático na execução da verba pública mesmo na pandemia, uma das ações assertivas foi a entrega de roteiros de estudos a todos os estudantes da nossa escola, os quais foram elaborados pelos professores/as em blocos, distribuídos na escola ou em alguns casos a domicílio, o que foi custeado pelos recursos do PDDE básico e emergencial.

As cotações, pagamentos, acompanhamento do movimento bancário eram listados em uma planilha, com comandos automáticos, para facilitar o processo de prestação de contas. Os/as graduandos/as estagiários/as acompanharam algumas ações da execução. A prestação de contas não foi possível, devido ao período letivo do curso de Pedagogia, o qual se encerrou em meados de novembro de 2021, destoando do período da prestação de contas.

No bojo das discussões sobre a forma de gerir verba pública foi desafiante para o início de minha carreira como gestor, também foi incitante a tarefa de orientar o estágio em gestão de discentes da Universidade Federal de Uberlândia. Na mesma época em que iniciei a carreira de gestor de escola pública,

recebi estagiárias que acompanharam meu trabalho de forma remota. Teve relevância que, concomitantemente, também estava fazendo parte das discussões realizadas pelo Cecampe Sudeste. Ao mesmo tempo que me formava na gestão de verba pública, coisa que não tinha noção até então. Eu podia contribuir para que discentes da Pedagogia recebessem a mesma formação que eu.

O aprendizado acontecia de forma simultânea, todas as experiências e vivências que iam surgindo e acontecendo enquanto gestor de uma escola pública, eram repassados para os/as discentes, com isto, os saberes eram adquiridos de forma coletiva, tanto na formação inicial quanto na minha formação continuada.

Em todas as vivências era posto a importância desses recursos para a melhoria da educação básica, ter recursos que poderiam ser empregados em ações que respeitassem as especificidades das escolas, dentro de um espectro cultural, regional e local, e seguindo as normativas impostas pelas resoluções e normativas do PDDE. Entendo que tudo isso facilita uma gestão democrática e as melhores escolhas nas tomadas de decisões.

Considerações finais

Experiências que entrelaçam formação inicial e continuada são importantes, pois dialogam com espaços formativos diferenciados. No caso deste relato de experiência, o confronto deu-se principalmente pela autobiografia e a prática profissional de um profissional iniciante. Certamente, a revelação do mundo de gestão educacional contribuiu para a formação inicial dos/as estagiários/as envolvidos nesta experiência. A formação inicial tem um percentual pequeno dedicado a estudo sobre gestão educacional. Assim, experiências como estas possibilitam maior contato com a temática. Da mesma forma como que para um gestor iniciante os debates fortalecem sua formação continuada e dá segurança a este processo.

Discutir e refletir sobre as demandas de uma escola pública perante aos desafios do ensino remoto, podem ter dado autonomia aos/as graduandos/as em Pedagogia tanto para o gestor, proporcionando uma experiência real do cotidiano escolar, o que é um dos focos do estágio supervisionado.

A instituição de ensino onde as ações foram desenvolvidas também foi afetada pelo processo formativo do gestor. O amadurecimento do gestor, com relação à visão da escola em si e da política pública especificamente, contribui para que sua atuação seja mais eficiente.

Contudo, o gestor foi o mais impactado pela experiência realizada.

A formação inicial e continuada é relevante para o processo de gestão escolar. O Cecampe Sudeste, por meio dos eixos ensino e extensão, contribuíram uma experiência especial para um gestor iniciante e estagiários/as da Pedagogia.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

CECAMPE. Curso Trilhas no PDDE. **Caderno Gestão Democrática**. Universidade Federal de Uberlândia, CEAD, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTAZ, A. C. **Braços da Resistência uma história oral da imigração espanhola**. São Paulo: Xamã V. M. Editora e Gráfica LTDA, 1996.

GODINHO, JOSÉ FORTUNATO. **O papel do gestor escolar**. Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. 2013.

HATCH, M. J. **The role of the researcher**: an analysis of narrative position in organization theory. *Journal of Management Inquiry*, v. 5, n. 4, p. 359-374, 1996.

ITUIUTABA. **Lei Complementar** n. 103/2011.

LUCK, HELOÍSA. **Ação integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

RELATO DE EXPERIÊNCIA PDDE: Escola Municipal José Paulo de Amorim

Farley Júnio Rocha

A Caixa Escolar da E. M. José Paulo de Amorim, instituição situada no Distrito de Pindaíbas, zona rural no município de Patos de Minas/MG, a cerca de 35 quilômetros da sede municipal, recebeu no ano de 2021 recursos do PDDE Básico e do PDDE Qualidade que giram em torno de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Como se pode ver, os recursos são bem poucos, por isso é preciso haver um trabalho de gestão especial para não haver desperdício, sobras ou irregularidades. Aqui explanaremos sobre a experiência de aplicação consciente desse recurso.

Planejamento dos investimentos

Quando falamos em planejamento, pensamos em operacionalização e execução consciente e articulada de recursos. Caso haja desperdício, ou seja, aquisição de material desnecessário, toda a comunidade escolar ficará prejudicada. A Escola Municipal José Paulo de Amorim apresenta-se com inúmeras deficiências e necessidades e, por isso, é preciso ter muita ponderação nos gastos.

Nesse primeiro ano de direção, podemos perceber que os poucos recursos recebidos anualmente são importantes e, caso haja gasto desnecessário, a instituição terá que esperar o novo ano para poder fazer a aquisição. E esta ótica tem sido a política de trabalho adotada pela direção. Gastar todos os valores de forma correta é o foco do trabalho que ora concretizamos. Por isso a conquista da pontuação máxima no IdeGES – Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada. Importante ressaltar que a direção nem sabia que existia tal avaliação ou ranqueamento, mas tinha certeza que todos os valores deveriam ser investidos em prol da comunidade escolar, sem deixar sobras, já que os recursos são bem poucos.

Na mesma linha, também não pode haver gastos errados ou de forma irregular. Como tudo deve ser documentado para a prestação de contas, o trabalho se torna bastante complexo, demandando muito tempo para as aquisições.

Assim, o primeiro passo é fazer a separação do quanto pode ser gasto com material permanente e o quanto com material de consumo, diferenciando logicamente quais os materiais ou serviços poderão ser adquiridos. Feito isso, a comunidade escolar é acionada para dar sugestões de como se deve usar o dinheiro.

Exemplificando uma aquisição

Abrindo um parêntese, lembro que a direção da escola sempre será o norteador dos gastos.

Por isso é preciso que o gestor seja um profissional atento a tudo que acontece na instituição para que possa indicar ou escolher como deve ser gasto a verba. E essa tarefa não é nada fácil. Como já dito, geralmente, as demandas são inúmeras e os valores do PDDE são poucos. O que vai determinar o bom uso do dinheiro é realmente o conhecimento acerca das necessidades de todos os setores da escola, com suas deficiências e qualidades e a definição das prioridades. É preciso observar as necessidades pedagógicas, sempre atento às novidades desenvolvidas para contribuir com o avanço na qualidade da educação, mas também sobre a estrutura física da instituição, sem excluir a cantina, a quadra de esportes, o refeitório, o laboratório de informática, a biblioteca, salas de aula, jardins, canteiros de hortaliças, secretaria, sala dos professores, direção ou qualquer outro ambiente necessário ao bom funcionamento da escola. O universo escolar contempla diversos atores que precisam ser atendidos para realizarem uma boa utilização dos recursos, tendo nos estudantes o foco da gestão.

Por exemplo, no ano passado, dentre os bens adquiridos para a escola, está um purificador de água. No meio da pandemia, precisando haver distanciamento entre as pessoas, o único bebedouro dos alunos era o meio para que professores, servidores e estudantes tomassem água. No entanto, com a aquisição do purificador, instalado na sala dos professores, tirou a sobrecarga do bebedouro dos alunos, garantindo mais agilidade a todos e também segurança durante a hidratação, o que serviu de elogios e deixou a comunidade escolar ainda mais motivada. Esse exemplo simples só foi possível devido ao olhar atento da equipe diretiva. Por isso, o diretor tem que procurar compreender todos os potenciais e desafios a serem enfrentados na escola.

Imagem 1 – Prof.^a Sônia Aparecida Pereira utilizando o purificador d’água



Como realizar as compras/aquisições

Após essas primeiras linhas, voltamos então para as compras. Com as sugestões em mãos, empresas, preferencialmente aquelas que já tenham trabalhado com o poder público e que já conhecem todo o processo “burocrático”, são contatadas para realizarem os 3 (três) orçamentos como determina a normatização do PDDE, devendo haver identificação do vendedor e declaração de falta de vínculo com o poder público. Após análise e verificação do vencedor, todos são informados, bem como a empresa que deve fornecer as notas fiscais com o devido comprovante de quitação. Ao receber os produtos na escola, a servidora assina o recebimento, cuidando então para o funcionamento do produto.

A partir disso, todos da comunidade escolar precisa saber das novidades. Para isso, os meios digitais se tornaram imprescindíveis. Por meio deles, todos são informados sobre as novas aquisições e como devem utilizá-las. Destacamos que é sempre muito importante que todos saibam de todas as novidades para que possam realmente servir à comunidade.

Prestação de contas

Após as compras, vem um trabalho muito difícil e que realmente deixa todos com alto nível de aflição: a prestação de contas. A prestação de contas talvez seja o maior receio e o que mais impede que as direções gastem todos os recursos. Atualmente, é necessário o preenchimento de diversos formulários e atas, inclusive o Termo de Doação dos materiais permanentes para o Município de Patos de Minas para a devida prestação de contas. Tudo por meio físico é levado para o setor da administração da Secretaria Municipal de Educação que é o setor responsável por encaminhar as prestações para o Governo Federal.

Considerações

Ressalta-se que, caso as contas não sejam devidamente prestadas, os recursos do ano seguinte não são depositados. Outro fato aflitivo e que talvez possa ser alvo de alterações é que, caso não sejam gastos os valores recebidos, pode haver redução de recursos futuros. Para isso, é preciso ter realmente muito manejo na hora de escolher o que deve ser adquirido, inclusive negociando para que além de se conseguir os bens desejados, não fique dinheiro na conta.

Para facilitar este gasto, seria interessante deixar livre o gasto dos materiais (não diferenciar material capital e consumo), excluindo somente o que

seria proibido. Outra sugestão é permitir que a escola possa economizar recursos para, no ano seguinte, fazer uma aquisição maior. Uma terceira sugestão é lançar uma campanha no comércio em geral para que todos tenham interesse em negociar com as escolas. Este último ponto tem gerado grandes entraves no momento da aquisição. Isso porque muitos comerciantes entendem que o processo é burocrático, portando trabalhoso, o que os impedem, por exemplo, até de realizarem os orçamentos para concorrerem ao processo se compras. A facilitação no processo de compras e prestação de contas é preciso acontecer para que a demanda não cause tanto medo nos gestores. E quando falo em facilitação, não quero dizer que se deve reduzir os mecanismos contra fraudes ou irregularidades, mas sim de inserir novas ferramentas para reduzir o excessivo trabalho atualmente necessário. Por exemplo, a digitalização da prestação de contas é preciso acontecer de forma urgente no âmbito municipal. Um sistema pode ser criado para evitar desperdício de tempo e trabalho.

PDDE E AÇÕES INTEGRADAS: a importância dos recursos durante a pandemia causada pelo COVID-19

Lúcia Ferraz da Silva

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

No início do ano de 2020, o mundo se deparava com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como COVID-19. O impacto da doença em instituições de ensino foi imediato, pois as aulas foram interrompidas e as escolas fechadas. O medo tomou conta de todos, profissionais, pais e alunos. Crianças foram isoladas em suas casas e a aprendizagem interrompida. Uma das únicas informações que recebíamos era: fiquem em suas casas.

Nós, profissionais da educação, conhecendo tão de perto a importância da escola desde a primeira infância de um ser humano, compreendíamos o desastre que uma situação de isolamento poderia causar e, por isso, não paramos de trabalhar. Muitas mentes com o mesmo objetivo e persistência, certamente chegam ao êxito pretendido. Para isso, precisávamos achar um meio para que a vida continuasse; do conhecimento chegar aos nossos alunos de maneira segura para todos: profissionais, pais e alunos.

Nesse mesmo íterim, a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Minas Gerais (MG), a qual eu faço parte, tinha preocupações além da educação para priorizar. No lugar de pensar em cadernos, lápis, livros, o Município de Uberlândia, assim como as demais cidades e Estados do Brasil estavam direcionados para a aquisição de medicação, EPIs – Equipamento de Proteção Individual como máscaras, luvas, óculos, dentre outros, novos leitos para internações, produtos de higiene, desinfecção, esterilização de ambientes e vacinas. Além disso, também devido à pandemia e Decretos Federais, Estaduais e Municipais emergenciais que ordenavam o comércio fechado por tempo indeterminado, muitas pessoas perderam seus empregos que eram fonte, muitas vezes, exclusiva de renda para o sustento da família.

O cenário era caótico: medo, muitas pessoas doentes, isolamento, falta de dinheiro, falta de emprego e, consequentemente, falta de alimento, de remédios e até de moradia.

A todo o momento nós éramos atualizados com informações sobre a doença e contaminação, muitas vezes desconhecidas, pois cada estudioso defendia a sua tese, seu ponto de vista, mas, na verdade todos nós tornamo-nos vítimas de um vírus que ninguém sabia como lidar e se proteger dele.

No dia 27 de fevereiro de 2020, por meio do Decreto 18.523, a Prefeitura Municipal de Uberlândia instituiu o Comitê Municipal de Enfrentamento ao

COVID-19 designando membros de vários seguimentos que teriam a atribuição de reunirem-se constantemente para estudar estratégias de ações, conforme fosse possível, e o melhor caminho a ser tomado, se não para todos, mas, pelo menos, para atender a maioria da população.

Para o ano de 2020, o calendário escolar estabelecia que as aulas presenciais tivessem início no dia 17 de fevereiro, como ocorreu. Porém, menos de três semanas depois as aulas foram interrompidas. Ou seja, toda a programação de entrega de kits escolares (material escolar), uniformes e alimentação escolar para atender às instituições e seus alunos já estavam planejados e organizados. Profissionais da educação foram contratados para ocuparem seus cargos e a demanda das escolas ser atendida. O concurso público municipal, no ano de 2020, já estava no calendário. Ou seja, a Secretária de Educação Municipal trabalhou para que as escolas estivessem preparadas para o início do ano escolar que por fim, não iniciou, ou melhor, iniciou e paralisou, sem data de retorno.

Resumindo, tínhamos escolas e profissionais que não podiam ir trabalhar presencialmente; alunos que não podiam ir estudar. Tínhamos alimentos armazenados para distribuição e consumo e pessoas passando fome em suas casas; e uma Prefeitura que precisava de seus recursos para atender uma demanda nunca antes vivida e salvar vidas. O que fazer?

A Secretaria de Educação Municipal de Uberlândia – SME conta com o setor de Coordenadoria de Administração das Caixas Escolares⁶ que tem como algumas das atribuições orientar, auxiliar e fiscalizar o uso de recursos advindos dos âmbitos Federal, Estadual, Municipal e o próprio (gerado na escola por meio de doações e eventos).

A equipe que constitui a Coordenadoria, aqui nomeados de gestores de acompanhamento e análise de prestações de contas, atendem 121 Caixas Escolares Municipais de maneira intensa, por meio presencial, telefone ou e-mail, além de utilizar o grupo criado em aplicativo de celular, *Whatsapp*, para que as informações necessárias cheguem de modo rápido e objetivo até os diretores escolares.

Cada gestor tem sob a sua responsabilidade, em média 16 (dezesesseis) Caixas Escolares em que acompanham os diretores escolares (presidentes das Caixas Escolares) orientando-os e auxiliando-os na execução dos recursos desde o repasse em conta corrente, sua execução e prestação de contas. Além disso, os gestores também fiscalizam, analisam e auditam as prestações de contas após finalizadas para que sejam encerradas de modo que contemplem as regras preestabelecidas em Resoluções e Leis.

Durante o ano de 2020 e início de 2021 a equipe da Coordenadoria das Caixas Escolares fez revezamento de trabalho em *Home Office*, assim como os demais servidores da SME com exceção dos cargos de chefias de cada setor

6 Caixas escolares são empresas privadas sem fins lucrativos e com trabalho voluntário criadas para administrarem recursos que são repassados às escolas que elas representam. Ver Lei Ordinária 9593/2006 e suas alterações.

que trabalharam presencialmente com o objetivo de suprir as ausências dos demais servidores e não ter falta de atendimentos quando havia a necessidade. Assim, aos poucos, as ideias de soluções mediante à cada obstáculo foram surgindo e sendo colocadas em prática.

Os alimentos que estavam prestes a estragar estocados em armazéns e até mesmo dentro das escolas, viraram kits que foram entregues em cada residência de alunos. A princípio, foram atendidas as famílias carentes cadastradas no Programa Bolsa Família com filhos matriculados nas escolas municipais. Para essa ação, foi organizado um rodízio de servidores que deveriam ir até à escola montar os kits com frutas, legumes, farináceos, grãos, bolachas e demais itens que estavam seguindo o cronograma de entrega às escolas realizado pela equipe do PMAE – Programa Municipal de Alimentação Escolar para o ano de 2020.

O PMAE é o setor da SME que organiza, entre outras ações, a logística complexa que distribuiu toneladas de alimentos em pouco tempo para todas as escolas municipais de maneira que nada seja descartado por perda de validade e deterioração natural de produtos frescos. Para esta ação, todos os servidores, diretores escolares, oficiais administrativos, merendeiros e auxiliares de serviços gerais – ASGs precisavam de proteção para trabalharem com segurança usando máscaras, luvas, toucas, álcool em gel, sacos para fazerem os kits alimentação e demais itens necessários.

As escolas tinham que se preparar para receber esses profissionais, pois nunca antes nos preocupamos em ter termômetros digitais a laser, suporte para álcool em gel em paredes, mesas e com pedais, nem mesmo máscaras N95 ou, aquelas confeccionadas, pelo menos, com duas camadas de tecido tricoline⁷. Portanto, quando se achava um caminho, se deparava com um obstáculo e dessa vez eram as licitações. A Prefeitura de Uberlândia, para aquisição de itens obrigatórios de proteção e higiene, teve problemas com licitações, mesmo as de ordem emergenciais. Com isso, foi solicitado que a Coordenadoria de Administração das Caixas Escolares entrasse em ação com estudos sobre os recursos PDDE e as possibilidades de utilização para tais finalidades necessárias no momento.

O FNDE que tem, usualmente, a programação de repasse PDDE em duas parcelas a serem creditadas nos meses de abril e setembro, no ano de 2020, por conta da pandemia, repassou no dia 17 de março as duas parcelas juntas para todas as Caixas Escolares Municipais de Uberlândia e as escolas, desde então, tinham esse recurso à disposição para utilizá-lo.

A Prefeitura Municipal conseguiu adquirir máscaras de proteção a todos os servidores municipais e manteve os salários em dia dos profissionais. Porém, o recurso PDDE, no ano de 2020 auxiliou as escolas a se prepararem para oferecer a segurança e proteção aos servidores que estavam indo

7 Recomendadas por estudos técnicos realizados pela Universidade Federal de Uberlândia

presencialmente atender aos pais que buscavam por respostas e soluções, como também, entregar os kits alimentação e escolar que pertenciam aos alunos. Sim, os Kits de material escolar foram entregues, pois de alguma maneira o ensino teria que chegar aos alunos, mesmo à distância.

Aulas virtuais com professores da rede municipal de ensino começaram a ser gravadas para que os alunos tivessem acesso por meio virtual e, assim, surgiu novo problema: alunos de zona rural ou até mesmo urbana não tinham acesso à internet em suas casas. Novamente o recurso do PDDE trouxe a oportunidade de levar o ensino, de modo seguro aos alunos. Foram adquiridos materiais de papelaria e produzidas as apostilas e materiais de tarefas de casa e entregues nas residências de cada família, como também, foram retiradas nas escolas quando os pais ou responsáveis escolhiam essa opção.

Os diretores escolares, únicas pessoas com autorização de movimentarem o recurso com cartão PDDE foram imprescindíveis nesse momento, pois sem eles, não poderia ter o uso do recurso que estava na conta. E, mesmo com a boa vontade de diretores, sem o recurso na conta, esse esforço para que a vida continuasse e o ensino chegasse de alguma forma aos alunos, não teria sido possível.

Em julho de 2020 houve boatos que as aulas retornariam de modo híbrido, presenciais e virtuais. Para isso, todas as crianças deveriam estar de máscaras de proteção, todos, alunos, pais e servidores deveriam ter a aferição de temperatura para entrar na escola e outros itens de proteção, conforme as regras determinadas pela Secretaria de Saúde e ANVISA, para estarem presentes na escola.

Com o recurso PDDE foram adquiridos: as máscaras para alunos, os termômetros digitais a laser, as placas de acrílico de proteção em mesas, as fitas zebradas de demarcação de isolamento, as placas de distanciamento, os carrinhos para entregar as refeições em cada sala de aula, pois os alunos deveriam lanchar cada qual em sua mesa, televisores para as aulas híbridas e as apostilas que continuariam, dentre outros itens que auxiliam o funcionamento da escola e em segurança.

Infelizmente não foi possível o retorno às aulas em agosto de 2020 devido aos decretos para manter as escolas fechadas e o ensino remoto, mas as escolas estavam preparadas para o retorno se assim fosse decidido. Foi com o recurso PDDE, e sua correta utilização, que as escolas puderam atender as necessidades dos alunos e mantê-los o mais seguros e protegidos possível.

Com a certeza que as aulas remotas continuariam no segundo semestre, outro movimento foi iniciado: a melhoria da internet nas escolas. Para isso, seria necessário o cabeamento adequado e a aquisição de equipamentos tecnológicos para que cada instituição tivesse a internet na velocidade de, pelo menos 100 MB de dados, conforme a Prefeitura já havia licitado e contratado para atendimento às unidades escolares. Neste momento, o recurso do PDDE Qualidade do Programa Educação Conectada foi executado.

Cabe ressaltar que, na época, os valores de itens de tecnologia tiveram uma hiperinflação, assim como os itens de proteção e higiene. No capitalismo extremo, a grande procura pelo item e a falta do mesmo no mercado fez com que os preços sofressem um aumento sem precedente. Sendo assim, os valores que haviam disponíveis do Programa Educação Conectada para atender os Planos de Ação Financeira – PAF não eram suficientes e os presidentes das Caixas Escolares tiveram que complementar os pagamentos utilizando os valores do PDDE básico ou até mesmo com saldos remanescentes do extinto Programa Mais Alfabetização – PMALFA.

As escolas municipais de Uberlândia fizeram seu cabeamento com itens de qualidade e adquiriam equipamentos como Acess Point e Swift novos, os quais proporcionaram a sensível melhoria da internet para uso administrativo e pedagógico.

No mesmo ano, o Programa Educação Conectada autorizou que fosse feito um novo PAF – Plano de Aplicação Financeira pelas escolas para atender as necessidades imediatas e, assim, novo repasse foi efetivado nas contas PDDE Qualidade de todas as Caixas escolares Municipais para complementar o que já estava sendo realizado.

Além disso, para auxiliar todas as escolas durante a pandemia, o FNDE, em novembro de 2020, repassou uma verba extra, chamada de PDDE Emergencial para atender às necessidades que a pandemia gera.

A princípio, o PDDE Emergencial tinha como objetivo preparar as escolas para receberem os alunos presencialmente com aquisições de higiene, proteção e segurança. Porém, as aulas não retornaram no âmbito de prédios escolares. Com isso, durante um Webinar⁸ a equipe do FNDE informou que com o PDDE Emergencial poderia ser adquirido itens de proteção, higiene e segurança, mas, também, itens de ensino a distância, como encadernadora, impressoras, espirais, produtos de papelaria, itens de tecnologia como computadores, *notebook*, celulares para uso institucional, dentre outros.

Assim sendo, os diretores escolares puderam adquirir celulares para uso institucional, pois eram, na maioria das vezes, o instrumento de trabalho mais utilizado entre educadores e alunos; entre diretores e professores; conselhos escolares, conselhos fiscais e com quem mais fosse necessária a comunicação para que a instituição escolar chegasse ao seu objetivo: aprendizagem e atendimento aos alunos.

No ano de 2021, novamente, o FNDE fez o repasse das duas parcelas do PDDE no início do ano. As escolas puderam contar com esse recurso de extrema importância no auxílio e para o bom funcionamento da instituição, pois como pode ser observado no breve relato acima, a possibilidade

8 Conferências realizadas em tempo real pela plataforma do Youtube pela equipe do FNDE que ficam gravadas para acesso.

de adquirir os itens necessários a cada escola de modo subjetivo e rápido, conforme a necessidade de cada uma, fez toda a diferença no atendimento ao aluno e na condição de trabalho de seus profissionais. Essa subjetividade e rapidez de atendimento às demandas da escola só foi possível porque o recurso PDDE e suas ações integradas têm por regra ser descentralizado e democrático. Ou seja, o PDDE proporciona aos pais e comunidade escolar opinarem no que desejam e acham prioridade haver para o melhor ensino aos alunos, impedindo que a escola permaneça apenas, sob o controle de Entidades Executoras (Município e Estado) e nem mesmo aos desejos de diretores escolares.

Para as Entidades Executoras, o recurso PDDE e Programas de Ações Integradas são o auxílio necessário que sempre chega na hora certa para atender demandas que fazem parte da rotina escolar ou mesmo as imprevistas que surgem no decorrer do ano letivo.

Em especial, durante a pandemia do COVID-19, os recursos do PDDE, tanto o básico, quanto o Emergencial, o Educação Conectada e até mesmo o saldo do PMALFA auxiliaram o atendimento aos alunos e na preparação das escolas para receberem a todos e manter a esperança que a vida iria voltar à normalidade.

A insegurança e o medo que diretores escolares têm de executarem o recurso público, que é regido por Resoluções e Leis, são pertinentes. Porém, é com o conhecimento, que se dá por meio de estudo e prática, de como utilizar esse dinheiro e prestar contas que a insegurança e o medo se convertem em respeito às regras, às etapas e obrigações para com verbas públicas e assim, não há erros.

Como parte da equipe de EEx (Entidade Executora) da SME de Uberlândia MG falo que nos sentimos realizados quando sabemos que a escola está sendo elogiada por estar equipada, organizada, com pintura em dia, limpa, com IDEGES⁹ alto, enfim, como uma escola tem que ser.

Toda essa realização descrita acima é possível porque os diretores escolares podem contar com os Recursos PDDE e ações integradas disponíveis e sabem utilizá-los com planejamento, sabedoria e responsabilidade. Para isso, os diretores escolares têm o suporte de uma equipe na SME auxiliando-os nesse processo e essa ajuda faz toda a diferença.

Concluimos que o caminho do sucesso é a parceria das EEx, UEx e FNDE¹⁰ na busca por um ensino de qualidade, equidade, conhecimento e respeito às diferenças. A falta de um pilar desse tripé resultaria em dificuldades no atendimento e nas melhorias do ensino para os alunos e profissionais do município de Uberlândia.

9 O Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE) é um indicador para mensurar o desempenho da gestão descentralizada do PDDE em todo território nacional.

10 EEx - Entidades Executoras; UEx – Unidades Executoras; FNDE - *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*.

O USO DO CARTÃO MAGNÉTICO COMO APLICAÇÃO PRÁTICA DO PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS DAS CAIXAS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG

*Áquila Priscila Souza Santos
Julianne Peixoto Rodrigues
Lunara Costa Borges*

No Brasil, consoante Barcellos (2011), a educação é um dos meios para que o sujeito faça exercícios da cidadania e ingresso no mercado produtivo, como é previsto no artigo 205 da Carta Magna de 1988 e no artigo 53 e respectivos incisos, da lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Respectivamente, tais artigos preveem o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; ~~V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~

(Revogado)

V – acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (BRASIL, 1990).

É sabido que, a educação, além de ser um direito fundamental, é o primeiro dentre outros direitos sociais, discriminados ao longo do artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Por esta razão, considera ser oportuno

registrar, de modo objetivo, a origem, formação e desenvolvimento da educação básica no Brasil.

A educação brasileira, em sentido democrático, é decorrente de realizações de vários movimentos sociais, especialmente na década de 80 (fato que ocorria em outros países sulamericanos, como a Argentina, que vivia uma ditadura militar nesse período histórico), que visavam à redemocratização do país, em nome do princípio da igualdade. Movimentos que lutavam para a implantação de políticas públicas pelo Estado. Dentre as quais, que todos, sem distinções de cor, origem e religião, por exemplo, tivessem acesso ao ensino público e um ensino com qualidade, a partir de uma gestão democrática.

Barcellos (2011) destaca que, em suma, a oferta de vagas, pelo Estado, desde o ensino infantil (a partir de 04 anos de idade) até o ensino médio (17 anos de idade), faz cumprir o mandamento da Constituição Federal, de o Estado fornecer a educação à população, nos termos do artigo 208 e nos moldes da Lei 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma das conquistas obtidas por consequência dos movimentos realizados pela sociedade civil. Segundo Soares (2010), esta lei visa “uma educação em que a qualidade, o rendimento dos estabelecimentos são constantemente avaliados e fiscalizados pelo Estado e no qual as falhas [...] devem ser sanadas [...] em busca de um melhor desempenho”.

Mas, para isto, não basta somente o fornecimento da vaga. É necessário que haja instrumentos, isto é, meios para que a obtenção de conhecimento, ou seja, a educação que é o fim almejado, um direito fundamental, seja proporcionada de modo eficaz ao indivíduo. Dentre vários instrumentos necessários além do fornecimento da vaga na unidade escolar pretendida pelo candidato, se destacam como exemplos, o transporte, a alimentação e o fornecimento do material didático necessário. E, para tudo isto, se faz necessária uma gestão financeira eficaz, o que será discutido de modo mais objetivo adiante.

Todos estes são fornecidos pelo Estado, de forma sucinta, nos termos previstos nos artigos 37 e 211, §4º da Constituição Federal, para a caixa escolar, através de parcerias firmadas com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Tais artigos mencionados preveem o que se segue, respectivamente:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório (BRASIL, 1988).

Para isto, é necessário que, conforme Oliveira (2019) haja uma administração que “promova a dignidade da pessoa e dos direitos fundamentais que lhe são inerentes, devendo, para tanto, ser uma administração pautada pela probidade e moralidade, impessoalidade eficiência e proporcionalidade”. São estes princípios basilares da Administração Pública brasileira.

Para tanto, o Estado deve, através dos três poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), realizar políticas públicas, com a aplicação dos recursos financeiros em demandas que vão satisfazer a cidadania e os demais direitos constitucionais efetivamente garantidos. Isto é, aplicados os recursos financeiros de modo assertivo, os seus resultados irão ser de modo efetivo às políticas públicas e aos direitos sociais.

Nesse sentido, para que a unidade escolar seja beneficiada com tais recursos, se faz necessária menção de tais gastos em legislações, destinando recursos financeiros com a finalidade de manutenção da unidade escolar que a caixa escolar representa. Em suma, se fazem necessárias análises das normas que versam sobre o tema e, a partir disso, depreender que tais normas estão para que o objetivo seja atingido, qual seja: que haja garantia de condições verdadeiras de aprendizado.

Em vista disso, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE foi criado pelo Ministério da Educação em 1995 e é atualmente regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, o PDDE possui caráter complementar e tem como objetivo contribuir para o provimento das necessidades prioritárias das instituições educacionais e, também, incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania através da participação da comunidade no controle social (BRASIL, 2022a).

O PDDE se divide duas linhas, sendo uma PDDE Básico e a outra PDDE Ações Integradas. O PDDE Básico se destina à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos necessários para a garantia do bom funcionamento escolar, melhoria da infraestrutura física e das práticas pedagógicas. Já as Ações Integradas têm finalidades, objetos e públicos-alvo específicos como, por exemplo, o PDDE Educação Conectada destinado apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, e o PDDE Emergencial, que surgiu em 2020 para adequação das estruturas e aquisição de materiais necessários para seguir os protocolos de segurança relacionados à pandemia de COVID-19 (BRASIL, 2022a).

Para mensurar o desempenho da gestão dos recursos do PDDE em todo território nacional, a Coordenação de Monitoramento e Apoio à Gestão de Programas (COMAG), vinculada à Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar, da Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE) do FNDE criou o

Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE). Segundo o IdeGES-PDDE, o desempenho do programa somente pode ser considerado satisfatório se as escolas realizarem a adesão ao programa, sendo o processo de atualização cadastral ou recadastramento no portal PDDEWeb; se executarem os recursos em sua totalidade dentro do ano civil, a partir de um índice calculado pela razão entre o valor total executado e o valor disponível no período de apuração, multiplicado por 10; e se prestarem contas, ou seja, demonstraram que os recursos foram empregados nas finalidades do programa (BRASIL, 2022b).

O IdeGES-PDDE abrange todo o território nacional, possui periodicidade anual e é disponibilizado para acesso público através da plataforma Painel IdeGES, com base de dados disponível dos anos 2018 a 2021 (BRASIL, 2022d). A partir da análise das notas IdeGES é possível observar que a execução do recurso em sua totalidade é o item que tem tido o maior impacto no desempenho das escolas. Uma das barreiras encontradas na execução do recurso que podemos citar como um ponto de melhoria expressivo foi o meio de pagamento.

Por vários anos, a única forma de pagamento que as unidades executoras, ou Caixas Escolares, tinham de efetuar pagamentos das aquisições realizadas com o recurso PDDE Básico era através do cheque. Em 1996, ano que foram constituídas as primeiras Uex em Uberlândia, a exemplo da Caixa Escolar Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha, o uso do cheque era muito comum e os estabelecimentos de forma geral aceitavam essa forma de pagamento. Com o passar dos anos e com a evolução da tecnologia, surgiram outros meios de pagamentos como transferências bancárias e cartão magnético, mas como o PDDE tem resoluções a serem seguidas, esses outros meios de pagamento que foram surgindo ainda não estavam permitidos como formas de pagamento dos recursos do PDDE.

Como o cheque estava ficando cada vez menos usual, as/os presidentes das Caixas Escolares começaram a ter dificuldades para realizar as compras, já que tornou-se mais difícil encontrar fornecedores que aceitavam essa forma de pagamento. Isso limitava aos presidentes das caixas escolares comprarem sempre nos mesmos estabelecimentos, pois em outros fornecedores o cheque não era aceito como forma de pagamento. A limitação se estendia na variedade de produtos e diminuía o poder de negociação, para o melhor aproveitamento do dinheiro público.

De acordo com os relatos dos presidentes das caixas escolares, os fornecedores alegavam que o cheque não era garantia de recebimento, pois ele poderia estar sem fundos e assim a empresa ficaria no prejuízo. E com essa insegurança por parte dos fornecedores, eles preferiam não vender para as Caixas Escolares. Já outros fornecedores até aceitavam o cheque, mas só entregavam os produtos e emitiam a nota fiscal após a compensação do mesmo, o que caracterizaria o

pagamento antecipado, vedado pelas Resoluções do PDDE que prevê que o pagamento deve ser feito no mesmo dia da emissão da nota fiscal e da entrega do produto. Todas essas adversidades deixava o processo de compra muito difícil e isso desestimulava a presidente a executar o recurso recebido.

Em 2019, o FNDE instituiu o uso do cartão magnético para o Recurso PDDE Básico. As presidentes das Caixas escolares aceitaram muito bem a novidade. Elas acreditavam que com o uso do cartão, a execução do recurso ficaria mais simples, ampliaria as opções de fornecedores que elas poderiam comprar e aumentaria o poder de negociação, já que teriam mais concorrência.

Porém, ao analisar o Estatuto das Caixas Escolares, vigente à época, de 2007, foi verificado que a única forma de pagamento permitida era através do cheque. Então, para que as presidentes pudessem utilizar o cartão, primeiramente teriam que fazer a alteração do estatuto. Todas as caixas escolares de Uberlândia tiveram seus estatutos alterados e muitas delas utilizaram o recurso do PDDE Básico para pagar a despesas cartorárias dessa alteração.

Com os estatutos alterados, as presidentes das Caixas escolares se dirigiram até os bancos para retirada do cartão para começarem a executar o recurso utilizando essa nova forma de pagamento. Todavia, ao chegarem nas agências bancárias, encontraram outras dificuldades com os gerentes. Estes últimos não tinham muito conhecimento sobre essa novidade. Tiveram que retornar ao banco muitas vezes para resolver problemas relacionados ao cartão, pois ele não passava na hora da efetivação da compra.

Após esse período inicial de ajustes para o cartão funcionar, as presidentes das caixas escolares já percebiam as vantagens que o cartão trazia para a execução do recurso. A maioria das empresas do comércio de Uberlândia aceitam essa forma de pagamento e isso expande as opções de compras, que antes era restrito com o uso do cheque. Com essa maior abrangência de fornecedores, elas conseguem negociar melhor os preços dos itens que pretendem comprar, otimizando o dinheiro público e fazendo bom uso do recurso.

Em caráter conclusivo, identificamos que o cartão magnético proporcionou melhorias na execução dos programas do governo federal, colaborando para o alcance das metas pretendidas nos planos de atendimento executados, bem como, pode impactar positivamente no desempenho das escolas no Índice IdeGes, contribuindo para o alcance do objetivo da participação da comunidade no controle social.

Tudo isso mostra a interligação entre o modo de execução do programa, as avaliações que são feitas, os impactos e resultados sociais obtidos, além de ser observado ainda a aplicação de um dos princípios basilares da administração pública, qual seja, o princípio da eficiência.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. p. 368.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BRADBURY, Leonardo Cacau Santos La. **Direito à educação: judicialização, políticas públicas e efetividade do direito fundamental**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

BRASIL 2022. **Especificações Técnicas do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE)**. Brasília, DF: ME; FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pdde/area-para-gestores/monitore-o-pdde>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL 2022. **Evolução do IDEGES entre 2018 e 2021**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoi-ZDNmNTg2NzItNDdmNy00MjBkLTkwOGQtM2JjOTRkMTBkYzBmIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWlzM2YmRiNmY0NTlkNSJ9&pageName=ReportSection69c8bfd662be29d9600d>. Acesso em: 24/04/2022.

BRASIL. 2022. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Sobre o PDDE**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL 2022. **Monitore o PDDE**. Brasil, Brasília, DF: ME; FNDE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-opdde>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 9394/96 de 20 de dez. 1996. **Diário Oficial da União**, nº 248 de 23. 12. 1996. Seção I.

OLIVEIRA, Thalles Passos de. Improbidade Administrativa e Implementação de Políticas Públicas: a omissão do administrador como ofensa à dignidade. Rio de Janeiro: **Revista EMERJ**, maio/ago. v. 21, n. 2, p. 246, 2019. ISSN 2236-8957. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v21_n2/revista_v21_n2_23_8.pdf. Acesso em: 5 nov. 2020.

SOARES, Dilmanoel de Araujo. **O direito fundamental à educação e a teoria do não retrocesso social.** Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198687/000888837.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 set. 2019.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações integradas 8, 11, 57, 58, 59, 63, 69, 71, 99, 111, 116, 119

C

Comunidade escolar 11, 12, 15, 17, 18, 25, 26, 29, 32, 33, 37, 44, 55, 56, 57, 61, 62, 64, 65, 70, 71, 74, 80, 82, 94, 102, 107, 108, 109, 116

Conselho escolar 7, 12, 17, 44, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59

E

Educação básica 19, 23, 27, 31, 43, 44, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 63, 80, 81, 84, 87, 104, 117, 118, 119, 127, 129

Educação conectada 44, 49, 69, 82, 83, 84, 114, 115, 116, 119

Educação infantil 7, 8, 11, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 39, 53, 54, 56, 60, 64, 65, 71, 79, 81, 83, 102, 127, 128

Escola municipal 7, 8, 11, 26, 28, 31, 43, 44, 48, 53, 54, 107, 127, 129

F

Fnde 9, 25, 30, 55, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 99, 100, 113, 115, 116, 119, 120, 121, 122

G

Gestão democrática 7, 11, 12, 26, 29, 30, 31, 33, 35, 37, 40, 43, 44, 55, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 81, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 118

Gestão escolar 12, 17, 40, 44, 75, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 104

P

Pdde 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 29, 30, 34, 37, 38, 40, 43, 44, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122

Políticas públicas 4, 10, 13, 64, 80, 81, 86, 100, 118, 119, 122, 123, 128

Programa dinheiro 7, 8, 9, 12, 25, 43, 53, 55, 58, 61, 62, 65, 79, 82, 87, 89, 99, 119

Programa educação 44, 45, 47, 48, 69, 82, 84, 114, 115

R

Recursos financeiros 7, 11, 12, 26, 34, 53, 55, 61, 63, 66, 70, 79, 81, 84, 85, 102, 119

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), CECAMPE Sudeste <http://lattes.cnpq.br/8239652570307384>

Peterson Elisandro Gandolfi

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), CECAMPE Sudeste. <http://lattes.cnpq.br/8009321964299536>

Elisandra Beatriz de Faria

Doutoranda em Estudos Literários (PPLET/UFU), Ex-diretora na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia.

Eduardo Silva Benetti

Mestrando em Docência para Educação Básica (UNESP/Bauru). Especialista em Jogos e Brincadeiras na Educação e Neurociências na Educação Professor Recreacionista na Rede Municipal de Educação de Catanduva – SP.

Fábio Luiz Colombo

Especialista em Jogos e Brincadeiras na Educação e Psicomotricidade. Professor Recreacionista na Rede Municipal de Educação de Catanduva – SP.

Pedro Fernandes da Silva Neto

Diretor de Escola, Pós-graduando em Educação Infantil.

Maria Isabel Bezerra de Lima

Mestra em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Diretora da creche Municipal Prof.^a Adalgisa Boccacino Pinheiro de Faro.

Elisabete Filomena dos Santos

Mestra em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Coord. pedagógica da creche Municipal Prof.^a Adalgisa Boccacino Pinheiro de Faro.

Caroline Cardoso Marra

Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU). Analista Pedagógico na Escola Municipal Hilda Leão Carneiro Cívico Militar. Vice-diretora da escola e tesoureira da respectiva Caixa Escolar

Marivania Xavier Cavalcanti Costa

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU). Professora na E. M. Prefeito Camilo Chaves Júnior / Ituiutaba-MG. Membro do Grupo de estudos LAPEGE/SANKOFA/NEABI/NEPERE .

Keila Cristina Alves Carneiro

Especialista em Psicologia Clínica Diretora da E. M. Prefeito Camilo Chaves Júnior.

Yone Maria Gonzaga

Doutora e Mestra em Educação/Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Colaboradora do Programa Mestrado Profissional Educação e Docência da FaE/UFMG. Membro da Equipe do CECAMPE-Sudeste/ UFU.

Débora Borges Martins

Diretora da EMEI Lucy Elena Gomes Bortoletto- Igarapava/SP. Pedagoga com Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba.

Teresinha Minelli Tavares

Psicopedagoga Mestra em Educação pela Universidade UNICID Diretora da E.E. Dr. Benedito Estevam dos Santos.

Glaucia Cristina Cruz Severi

Pedagoga pela Universidade UNICID – COE Coordenador de Organização Escolar E.E. Dr. Benedito Estevam dos Santos.

Denise Cristina Sartori Granja

Pedagoga pela Universidade Cruzeiro do Sul. Especialista em Neuropsicopedagogia pela Universidade Campos Elíseos – CGPG Coordenadora de Gestão Pedagógica Geral E.E. Dr. Benedito Estevam dos Santos.

Buarque Caetano Garíglío Dumont

Coord. do Setor de Programas Federais da Secretaria Municipal de Educação de Ibirité/Minas Gerais. Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas - Faculdade Latina Americana de Ciências Sociais (FLASCO - Brasil).

Lenir Mendes Miguel

Diretora do Centro de Educação Infantil - CEI Águia Dourada Ibirité/MG. Pós-Graduação em Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica. Pós-Graduação em Educação Infantil e Letramento.

Yone Maria Gonzaga

Doutora em Educação (UFMG). Professora Consultora em Relações Étnico-Raciais e de Gênero.

Helter Rogério Bochi

Secretário Municipal de Educação do Município de Marília/SP.

Renata Guedes do Nascimento Azevedo

Secretária Adjunta de Educação do Município de Marília/SP.

Érika Christina Kohle

Diretora de Escola Municipal do Município de Marília/SP. Professora da Educação Básica do Estado de São Paulo

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

Professora Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Campus Pontal (FACIP/UFU)

Carlos Antonio Resende Filho

Gestor da Escola Municipal Manoel Alves.

Farley Júnio Rocha

Diretor Escolar - Escola Municipal José Paulo de Amorim.

Lúcia Ferraz da Silva

Coord. Administrativa das Caixas Escolares da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia.

Áquila Priscila Souza Santos

Gestora de parcerias firmadas pela Secretaria Municipal de Educação com as Caixas Escolares de Uberlândia-MG.

Julianne Peixoto Rodrigues

Gestora de parcerias firmadas pela Secretaria Municipal de Educação com as Caixas Escolares de Uberlândia-MG.

Lunara Costa Borges

Gestora de parcerias firmadas pela Secretaria Municipal de Educação com as Caixas Escolares de Uberlândia-MG.

SOBRE O LIVRO

Tiragem: Não comercializado

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5/11,5/13/16/18

Arial 8/8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização